

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL

João Timóteo de los Santos

**DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE
AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Santa Maria, RS
2018

João Timóteo de los Santos

**DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE
AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Eliza Rosa Gama

Santa Maria, RS
2018

Santos, João Timóteo de los Santos
Diretrizes para o desenvolvimento de processos de
autoavaliação de cursos de graduação / João Timóteo de los
Santos Santos.- 2018.
184 p.; 30 cm

Orientadora: Maria Eliza Rosa Gama
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2018

1. Autoavaliação de Cursos 2. Diretrizes 3. Processos
autoavaliativos participativos I. Rosa Gama, Maria
Eliza II. Título.

João Timóteo de los Santos

**DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE
AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovado em 27 de junho de 2018:



Maria Eliza Rosa Gama, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Alberto Souza Schmidt, Dr. (UFSM)
(avaliador)



Júlio Cesar Godoy Bertolin, Dr. (UPF)
(avaliador)

Santa Maria, RS
2018

DEDICATÓRIA

À minha esposa Márcia Raquel Ferreira de los Santos, à minha filha Ísis Ferreira de los Santos, aos meus pais, irmãos e irmãs, que torceram por mim durante essa trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Márcia Raquel Ferreira de los Santos, minha fonte inspiradora, por entender meus momentos de ausências e apoiar-me em todas as minhas escolhas. Mantendo-se firme nos momentos de dificuldades e sempre pronta para me auxiliar no que fosse preciso.

À minha filha Ísis Ferreira de los Santos, que é a razão de minha busca incansável pela qualificação profissional, e que por muitos momentos questionou minhas ausências e as vezes minha falta de atenção. Mas sempre soube entender minhas necessidades.

Aos meus pais, irmão e irmãs, que torceram por mim durante essa trajetória acadêmica.

À minha orientadora, professora Dra. Maria Eliza Rosa Gama, que confiou em minha proposta de pesquisa e foi incansável no auxílio para que este trabalho fosse concluído.

Aos professores Dr. Alberto Souza Schmidt e Dr. Júlio Cesar Godoy Bertolin, avaliadores do trabalho, que foram fundamentais desde a qualificação, auxiliando nos rumos para a pesquisa, sempre dispostos a contribuir na construção do trabalho.

Aos colegas da Universidade Federal do Pampa, que confiaram em minha proposta de pesquisa e participaram ativamente nos momentos de coleta das informações.

RESUMO

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

AUTOR: João Timóteo de los Santos
ORIENTADORA: Maria Eliza Rosa Gama

Este trabalho de pesquisa, desenvolvido no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa referente à Gestão pedagógica e contextos educativos, sob a orientação da professora Dr.^a Maria Eliza Rosa Gama. Apresenta como temática geral de pesquisa o estudo aprofundado com relação à avaliação de cursos de graduação, tendo como temática específica o estudo voltado para as diretrizes para o desenvolvimento de processos de autoavaliação de cursos de graduação desenvolvidos pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no curso de graduação em Administração, do campus de Santana do Livramento - RS. O foco da pesquisa está nas expectativas da comunidade interna da instituição para compor um processo de autoavaliação para os cursos de graduação, tendo como objetivo a compreensão das demandas para a institucionalização dos processos de gestão de autoavaliação de cursos de graduação na Unipampa. Para chegar a uma resposta, foram desdobradas três perguntas que são: Que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa? Como se caracterizam os processos de Autoavaliação realizados pela Unipampa? e que implicações a Autoavaliação têm na organização e funcionamento do Curso de Graduação? Para chegar às respostas dessas questões foram definidas ferramentas de coleta de dados e fontes de consulta específicas para cada tipo de questionamento. A análise dessas respostas trouxe subsídios para solucionar uma quarta questão, que se refere a Que possibilidades para a gestão institucional de processos de autoavaliação de cursos são evidenciadas? Solucionado esse último questionamento, foi possível elaborar o produto final do trabalho, que compreende um conjunto de diretrizes para auxiliar a gestão de um processo autoavaliativo para os cursos de graduação da Instituição que atenda as expectativas da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Autoavaliação de cursos. Diretrizes. Processo autoavaliativo participativo.

ABSTRACT

GUIDELINES FOR THE DEVELOPMENT OF SELF-EVALUATION PROCESSES OF GRADUATION COURSES

AUTHOR: João Timóteo de los Santos
MASTER'S ADVISOR: Maria Eliza Rosa Gama

This research work, developed in the Professional Master's Program of the Graduate Program in Public Policies and Educational Management, Federal University of Santa Maria, in the line of research concerning pedagogical management and educational contexts, under the guidance of the teacher Dr. Maria Eliza Rosa Gama. It presents as general topic of research the in-depth study with respect to the evaluation of undergraduate courses, having as specific theme the study focused on the guidelines for the development of self-assessment processes of undergraduate courses developed by the Federal University of Pampa (Unipampa), in the course degree in Administration, from the campus of Santana do Livramento - RS. The focus of the research is on the expectations of the internal community of the institution to compose a process of self-assessment for the undergraduate courses, aiming at understanding the demands for the institutionalization of the management processes of self-assessment of undergraduate courses at Unipampa. In order to arrive at an answer, three questions were unfolded: What conceptions about the institutionalization of evaluation processes and self-assessment of undergraduate courses reveal the management practices at Unipampa? How are the Self-Assessment processes performed by Unipampa characterized? and what implications does the Self-Assessment have on the organization and operation of the Undergraduate Course? In order to arrive at the answers of these questions, data collection tools and specific query sources were defined for each type of questioning. The analysis of these answers provided support to solve a fourth question, which refers to What possibilities for the institutional management of course self-assessment processes are evidenced? Once this last question was solved, it was possible to elaborate the final product of the work, which includes a set of guidelines to assist the management of a self-assessment process for the undergraduate courses of the Institution that meets the expectations of the academic community

Keywords: Self-assessment of courses. Guidelines. Participatory self-assessment process.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo de avaliações in loco realizadas de 2012 a Maio/2015 73

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Evolução da avaliação e suas finalidades | 36 |
| Quadro 2 - Pontuação dos conceitos para avaliação externa das IES | 57 |
| Quadro 3 - Comparativo entre dimensões do PDI e do SINAES com relação aos eixos avaliativos | 58 |
| Quadro 4 - Mapa de produções referentes à temática da pesquisa | 66 |
| Quadro 5 - Pesos das avaliações por dimensão | 71 |
| Quadro 6 - Número de IES e de Matrículas de Graduação, por Organização Acadêmica até 2015 | 72 |
| Quadro 7- Estrutura Curricular do Curso de Administração da Unipampa | 83 |
| Quadro 8 - Definição das questões e sistematização dos instrumentos de coleta de informações | 97 |
| Quadro 9 - Informações profissionais dos entrevistados | 100 |
| Quadro 10 – Demonstrativo de categorização das questões | 104 |
| Quadro 11 – Esquemas de fluxos autoavaliativos existente e propostos | 123 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Mapa com a localização dos Campi da Unipampa | 76 |
| Figura 2 - Imagem do Campus de Santana do Livramento | 78 |
| Figura 3 - Localização geográfica da cidade de Santana do Livramento | 81 |
| Figura 4 - Mapa da Pesquisa | 85 |
| Figura 5 - Representação de fluxo proposto para autoavaliação de cursos | 146 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| BM | Banco Mundial |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CCA | Comitê Central de Avaliação |
| CES | Câmara de Educação Superior |
| CLA | Comitê Local de Avaliação |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CONAES | Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior |
| CONSUNI | Conselho Universitário da Unipampa |
| CPA | Comissão Própria de Avaliação |
| CPC | Conceito Preliminar de Curso |
| CPPD | Comissão Permanente de Pessoal Docente |
| DAES | Diretoria de Avaliação da Educação Superior |
| DOCEFORM | Docência, escola, e formação de professores |
| ENADE | Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes |
| ENC | Exame Nacional de Cursos |
| ENEM | Exame Nacional de Ensino Médio |
| FNQ | Fundação Nacional da Qualidade |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| NAP | Núcleo de Apoio Pedagógico |
| NDE | Núcleo Docente Estruturante |
| NUDE | Núcleo de Desenvolvimento Educacional |
| NUDEPE | Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal |
| MEC | Ministério da Educação |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| PARU | Programa de Avaliação da Reforma Universitária |
| PECR | Planejamento Estratégico dos Campi e Reitoria da Unipampa |

| | |
|----------|---|
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PPC | Projeto Pedagógico de Curso |
| SINAES | Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior |
| UFFS | Universidade Federal da Fronteira Sul |
| UFPeI | Universidade Federal de Pelotas |
| UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |
| UNILA | Universidade Federal da Integração Latino-Americana |
| UNINTER | Centro Universitário Internacional |
| UNIPAMPA | Universidade Federal do Pampa |
| URCAMP | Universidade da Região da Campanha |
| UTN | Universidad Tecnológica Nacional |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----|
| | APRESENTAÇÃO | 23 |
| 1 | INTRODUÇÃO | 29 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 35 |
| 3 | UMA ABORDAGEM SOBRE AVALIAÇÃO | 36 |
| 3.1 | GESTÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS AVALIAÇÕES DE SUAS PRÁTICAS | 39 |
| 3.2 | AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL | 42 |
| 3.2.1 | Avaliação institucional externa | 44 |
| 3.2.1.1 | <i>O Exame Nacional de Cursos</i> | 44 |
| 3.2.1.2 | <i>O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.</i> | 47 |
| 3.2.2 | Avaliação institucional interna | 48 |
| 3.2.2.1 | <i>Avaliação institucional participativa no ensino superior</i> | 49 |
| 3.2.3 | Autoavaliação institucional | 52 |
| 3.2.3.1 | <i>Autoavaliação institucional no contexto da Universidade Federal do Pampa</i> | 53 |
| 4 | AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL: REVISANDO A LITERATURA | 61 |
| 4.1 | DESAFIOS PARA IMPLEMENTAR A AUTOAVALIAÇÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO PAÍS | 66 |
| 4.1.1 | Avaliação externa e sua inter-relação com a necessidade de autoavaliar os cursos de graduação | 69 |
| 5 | METODOLOGIA DA PESQUISA | 73 |
| 5.1 | CONTEXTO DA PESQUISA | 74 |
| 5.1.1 | A Universidade Federal do Pampa e o Campus de Santana do Livramento | 74 |
| 5.1.1.1 | <i>O plano de desenvolvimento institucional da Unipampa – PDI 2014-2018</i> | 79 |
| 5.1.1.2 | <i>Caracterizando o Curso de administração da Unipampa</i> | 80 |
| 5.2 | PROBLEMA | 83 |
| 5.3 | QUESTÕES DE PESQUISA | 83 |
| 5.4 | NATUREZA DA PESQUISA | 86 |
| 5.5 | FONTES DE INFORMAÇÕES E OS INSTRUMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS | 88 |
| 5.5.1 | Grupos focais e suas orientações teóricas | 90 |
| 5.5.1 | Entrevistas | 93 |
| 5.6 | PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA | 100 |
| 6 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 102 |
| 6.1 | RESPONDENDO AS QUESTÕES DE PESQUISA | 103 |
| 6.1.1 | Respondendo a primeira questão de pesquisa | 104 |
| 6.1.1.1 | <i>Entendimento sobre os processos de autoavaliação institucional</i> | 104 |
| 6.1.1.2 | <i>Como estão organizados os processos de autoavaliação de cursos na Unipampa</i> | 107 |
| 6.1.1.3 | <i>Periodicidade de aplicação dos instrumentos</i> | 112 |
| 6.1.1.4 | <i>Público considerado para participar da construção dos instrumentos e como respondentes</i> | 113 |
| 6.1.1.5 | <i>Dificuldades e possibilidades para implantação desses processos</i> ... | 116 |

| | | |
|--------------|---|-----|
| 6.1.2 | Respondendo a segunda questão de pesquisa | 118 |
| 6.1.2.1 | <i>Composição da CPA</i> | 119 |
| 6.1.2.2 | <i>Formação dos membros</i> | 120 |
| 6.1.2.3 | <i>Participantes do processo: como participam</i> | 121 |
| 6.1.2.4 | <i>Instrumentos utilizados</i> | 124 |
| 6.1.2.5 | <i>Formas de elaboração dos instrumentos</i> | 125 |
| 6.1.2.6 | <i>Articulação com a avaliação institucional</i> | 127 |
| 6.1.2.7 | <i>Forma de aplicação dos instrumentos</i> | 128 |
| 6.1.2.8 | <i>Análise e composição dos resultados</i> | 130 |
| 6.1.2.9 | <i>Divulgação e uso dos resultados</i> | 131 |
| 6.1.3 | Respondendo a terceira questão de pesquisa | 133 |
| 6.1.3.1 | <i>Processos de autoavaliação existentes na IES e suas implicações com os cursos de graduação</i> | 133 |
| 6.1.3.2 | <i>Formas de interlocução do processo de autoavaliação feito pela CPA com os cursos</i> | 136 |
| 6.1.3.3 | <i>Ações geradas a partir dos resultados</i> | 137 |
| 6.1.4 | Respondendo a quarta questão de pesquisa | 138 |
| 7 | PRODUTO | 140 |
| 8 | CONCLUSÕES DA PESQUISA | 147 |
| | REFERÊNCIAS | 151 |
| | REFERÊNCIAS CONSULTADAS | 157 |
| | APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS | 159 |
| | APÊNDICE B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE | 161 |
| | APÊNDICE C - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADOR | 163 |
| | APÊNDICE D - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL | 165 |
| | APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 167 |
| | APÊNDICE F - RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO | 169 |
| | APÊNDICE G - DEVOLUTIVA DE QUESTIONÁRIO POR E-MAIL .. | 171 |
| | APÊNDICE H - DEMONSTRATIVO DE QUADRO PARA TABULAÇÃO DAS ENTREVISTAS | 173 |
| | APÊNDICE I – FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL | 175 |
| | ANEXO A - PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO | 177 |
| | ANEXO B – ORIENTAÇÕES DA PROPOSTA DE INSTRUMENTO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO | 181 |
| | ANEXO C – MEMORANDO CIRCULAR 01/2017/CPD | 183 |

APRESENTAÇÃO

Este texto objetiva expor os motivos que me levaram ao desenvolvimento do estudo relacionado ao tema “autoavaliação de cursos de graduação”, no Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa referente à Gestão pedagógica e contextos educativos.

Desenhar uma trajetória para a vida é uma tarefa que poucos ousam fazer. Pois os caminhos que percorremos nem sempre nos levam para o destino que almejamos. São os tropeços e os empurrões que nos direcionam para um norte de realidades. Onde nossos sonhos muitas vezes são deixados de lado e nos contentamos com pequenos objetivos alcançados.

Mas esses mesmos tropeços e empurrões podem nos colocar novamente nos trilhos de nossa meta de vida. E fazendo alusão as palavras de Cunha (1998, p.95), “a realidade é interdisciplinar [...] Não há necessidade de planejar estruturas forçadas; elas acontecem ao natural.”

Então, é só deixar que o destino nos leve para aquela direção onde nasce um arco-íris. Ainda não é o baú do tesouro, mas já sabemos que, no outro lado desse mesmo arco-íris nossa almejada recompensa estará nos esperando. Agora só falta um esforço pessoal para escalar esse emaranhado de cores e saberes, para então deslizar em nossas conquistas e atingir o objetivo esperado.

Com esse pensamento, buscarei expressar um pouco de minha trajetória de vida demonstrando que, mesmo tendo desviado por alguns momentos de meu destino pessoal e profissional, a vida me trouxe de volta. Com empurrões e talvez tropeços, hoje me considero realizado. Pois atuo com o que gosto (educação) e estou tendo a possibilidade de me qualificar em um programa de pós-graduação que realmente atende minha linha de atuação.

Nascido em 4 de junho de 1979, casado e com uma filha de cinco anos, sou o segundo filho entre cinco homens e duas mulheres. Sou natural de Santo Ângelo – RS, cidade natal de minha mãe, mas resido em Santana do Livramento - RS desde meu primeiro ano de vida. Por isso, me considerando um santanense por afinidade. Minha família sempre foi de poucos recursos financeiros. Meu pai trabalhou como representante comercial e minha mãe como vendedora autônoma. Tendo que

sustentar os sete filhos com pouco mais de dois salários mínimos. Por essa razão, sempre estudei em escola pública.

Conclui o ensino médio, antigo segundo grau, em 1996, tendo enfrentado apenas uma recuperação, na disciplina de literatura. Durante a educação básica tive bons professores, mas nunca fui o aluno nota dez, isso pelo fato de nunca ter estudado nas vésperas das provas. Tinha por convicção que os exames, ou testes, deveriam medir o que realmente aprendi.

No ano de 1995, conclui um curso de informática básica, apostando em uma nova possibilidade de qualificação, justificada com o que também pensava Marcos Masetto:

[...] hoje, encontramos em uma situação que defende a necessidade de sermos eficientes e queremos que nossos objetivos sejam atingidos da forma mais completa e adequada possível, e para isso, não podemos abrir mão da ajuda de uma tecnologia pertinente. (MASETTO, 1998, p. 23)

No ano de 1997 esse curso me propiciou o primeiro emprego com carteira assinada, trabalhando durante um ano na Câmara Municipal de Vereadores, onde a informatização dos setores estava sendo prejudicada pela falta de pessoal capacitado.

No ano de 1998 fui servir ao Exército Brasileiro. E após passar por processo seletivo, fui selecionado para o Núcleo de Preparação de Oficial da Reserva, na cidade de Bagé. Esse período foi de muito aprendizado, principalmente em atividades administrativas, como noções de contabilidade, finanças, provisionamento e estocagem, além de atividades de instrutor dos novos soldados.

Em dezembro de 1998 conclui o curso de formação, e para poder exercer a carreira temporária como oficial do Exército, deveria estar matriculado em curso de educação superior. Por isso, no primeiro semestre de 1999, prestei vestibular na Universidade da Região da Campanha (Urcamp), sendo aprovado para os cursos de Direito, Letras e Biologia. Dei preferência para o curso de letras, talvez por ter sido a literatura e a língua portuguesa as disciplinas que mais me atormentaram durante o ensino médio. Claro que não foi somente esse o motivo que me direcionou para a Licenciatura em Letras, mas outros fatores considerados por mim como sendo muito importantes na escolha: a possibilidade de conseguir pagar o curso com o salário que recebia de um supermercado onde trabalhava, a maior possibilidade de inserir-me no mercado de trabalho e a necessidade em dominar uma disciplina que era e

continua sendo fundamental em concursos. Então, iniciei minha vida acadêmica, sendo o primeiro universitário entre meus familiares.

A licenciatura em Letras não demorou para começar a gerar frutos. Em 2002 prestei alguns concursos públicos, nos quais obtive boa classificação por conta da Língua Portuguesa, logrando aprovação no concurso para soldado da Polícia Militar do estado do Rio Grande do Sul. Permanecendo na Polícia Militar entre os anos de 2003 à 2012.

Foram nos anos de atuação como policial que alcei os principais voos na vida acadêmica. Quando, após o curso de formação policial, fui transferido para a cidade de Alegrete, onde trabalhei entre os anos de 2004 a 2007, e pude concluir o curso de Letras na Universidade da Região da Campanha - Urcamp. Foi como acadêmico, na cidade de Alegrete, que acompanhei o início da expansão do ensino público superior no Brasil, bem como o nascimento da Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Foi também nesse período que, iniciei o curso de Pós-graduação em Docência Universitária na Universidade Tecnológica Nacional (UTN), na Argentina. Pois compreendia que não bastaria apenas a graduação em letras para desempenhar um bom trabalho como docente.

É preciso perceber que, modernamente, o professor que apenas ensina será substituído pelas instrumentações eletrônicas, muito mais eficientes na reprodução. O professor continuará insubstituível como formulador, organizador, revisor, atualizador dos conteúdos a serem socializados, o que exige atitude de sujeito crítico e criativo. Sobretudo isto é válido na educação superior, onde a construção de conhecimento próprio e atualizado torna-se desafio essencial. Aí, professor que apenas ensina vai tornando-se sucata. (DEMO, 1998, p. 155)

O curso de pós-graduação seguiu uma metodologia que ainda desconhecia. Era organizado pelo Sistema Educacional Galileu – SEG, da cidade de Santiago-RS, que organizou uma turma com trinta alunos da cidade de Alegrete, e após um curso intensivo de seis meses promovido pela universidade do Contestado, de Caçador – SC, e aprovação pela universidade argentina da carta de aceite e das disciplinas cursadas no Brasil, iniciamos um período de formação em Buenos Aires – Argentina. O curso na capital portenha foi dividido em duas etapas, compreendendo a primeira no mês de fevereiro de 2008 e a segunda etapa em julho do mesmo ano. Minha motivação na busca pela qualificação era tanta, que juntei férias com licença prêmio do serviço público estadual para poder afastar-me do País e frequentar as aulas presenciais na Argentina.

As experiências que tive nesse período fortaleceram ainda mais meu interesse pela sala de aula. Como minha formação em letras foi focada no espanhol, a convivência no país vizinho foi muito positiva.

Já no ano de 2008, quando transferido para a cidade de Santana do Livramento, procurei aproximar-me mais da atividade educativa e preventiva. Qualifiquei-me como instrutor do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), quando tive oportunidade de trabalhar o tema prevenção à violência e uso de drogas com crianças da educação infantil, do ensino fundamental e médio.

Particpei como palestrante de alguns seminários de formação policial e atuei como instrutor de Direitos Humanos em cursos de formação policial. Minha carreira policial encerrou-se em maio de 2012, quando já era Mentor do PROERD (espécie de formador de novos instrutores) e membro do policiamento escolar, onde atuei desde a sua criação.

Em maio de 2012 ingressei no serviço público federal, no cargo de Secretário Executivo, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no campus da cidade de Cerro Largo – RS, onde permaneci por três anos antes de conseguir ser transferido para o Campus da Unipampa na cidade de Santana do Livramento.

Foi na UFFS onde encontrei o rumo que estou seguindo em minha vida profissional. Concursado no cargo de secretário executivo, atuei como secretário da Coordenação Acadêmica do Campus e como membro da Comissão Própria de Avaliação (CPA), colaborando com a criação do primeiro instrumento de autoavaliação da instituição.

Por conta das necessidades do serviço é que busquei qualificar-me nessa nova área de atuação profissional, com a graduação em Secretariado Executivo pelo Centro Universitário Internacional (Uninter), além da especialização em Metodologia do Ensino na Educação Superior, também pela mesma Instituição de Ensino. Na UFFS também participei de diversas comissões organizadoras de eventos acadêmicos e de políticas afirmativas para discentes.

Já na Unipampa, a contar de janeiro de 2015, comecei a trabalhar de forma mais ativa no contexto da educação superior, coordenando um projeto de pesquisa que tratou do tema referente ao bilinguismo em regiões de fronteira, dois projetos de extensão e alguns projetos de ensino, destacando entre esses uma oficina de leitura e produção textual, direcionada para três turmas de alunos a Unipampa ingressantes do campus Livramento e duas turmas de formandos no Campus de São Borja.

Mesmo com a mudança de instituição, continuei com duas atribuições que considero fundamentais para a decisão em cursar o mestrado profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, e que motivou estudar a temática proposta em meu projeto: uma refere-se ao fato de continuar secretariando a Coordenação Acadêmica, que me proporciona estreito contato com o corpo docente e discente da Universidade, e a outra é continuar atuando na CPA, além de presidir o Comitê Local de Avaliação (CLA) do Campus Livramento.

Três linhas de investigação cruzaram meus estudos. O primeiro foi o tema relacionado ao ensino do espanhol para brasileiros em região de fronteira, tema este que veio motivado pela minha primeira graduação, quando ainda relutava em não afastar-me de minha formação acadêmica. Com essa linha de estudo, coordenei um projeto de pesquisa entre os anos de 2015 e 2016 na Unipampa. A segunda linha de investigação foi o uso das novas tecnologias em educação, que foi tema das duas especializações que cursei. Mas, mesmo aprovado em programa de mestrado na Argentina, não consegui concluir a dissertação, pois o tema não acompanhava minha linha de atuação.

A terceira linha de investigação, que nasceu fruto da vontade de contribuir com o crescimento das Instituições de Ensino Superior que trabalhei e estou trabalhando, foi a Autoavaliação Institucional, relacionada a busca pela melhoria no ensino superior. Que segundo McGEE (1994), é um processo destinado a medir a qualidade, devendo ser uma interação direta entre as partes interessadas na busca pela melhoria acadêmica.

Essa terceira linha de investigação foi a que apresentei como proposta de trabalho ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tendo como objeto de minha pesquisa o estudo com relação as autoavaliações dos cursos de graduação.

Iniciei meu primeiro semestre no Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional em agosto de 2016, tendo como proposta estudar o curso de Letras do Campus de Bagé da Unipampa, pois em minha visão, isso manteria a ligação com o curso de minha primeira formação, além de contemplar o que preconiza o programa de mestrado, que é focado na educação básica e superior, já que o público-alvo do estudo seriam acadêmicos de licenciatura que em breve ocupariam espaço na educação básica.

Porém, com o transcorrer das atividades acadêmicas do mestrado, foi aflorando a possibilidade de propor um trabalho investigativo que analise o processo de autoavaliação dos cursos de graduação existentes no Campus de Santana do Livramento da Unipampa. O problema desta pesquisa ficou visível ao observar que não existe uma cultura de autoavaliação de cursos no campus que é alvo do estudo. Refletindo a necessidade de criarem-se diretrizes para a gestão desses processos de autoavaliação.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa, vinculado ao Grupo de Pesquisa “Docência, escola, e formação de professores” (DOCEFOM), foi desenvolvido no Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa referente à Gestão pedagógica e contextos educativos.

A pesquisa contou com a orientação da professora Dra. Maria Eliza Rosa Gama, e apresentou como **temática geral** o estudo aprofundado com relação à avaliação de cursos de graduação, tendo como **temática específica** o estudo voltado para as diretrizes de desenvolvimento dos processos de autoavaliação de cursos de graduação desenvolvidos pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no curso de graduação em Administração, do campus de Santana do Livramento - RS.

Esta pesquisa teve como alvo de investigação as distintas possibilidades de organizar o desenvolvimento de um processo de autoavaliação para os cursos de graduação da Unipampa. Pois a existência de diretrizes que possam orientar a organização de um processo autoavaliativo nesses cursos, poderá prover a instituição de parâmetros que orientem a adequação das demandas internas de cada curso.

O **foco** desta pesquisa está nas expectativas da comunidade interna para compor um processo de autoavaliação para os cursos de graduação.

Justifica-se este estudo pelo fato de poder contribuir com a organização de um processo de autoavaliação de cursos na instituição em estudo.

Uma constatação feita pelo pesquisador, ao exercer sua atividade técnica administrativa na Secretaria da Coordenação Acadêmica do Campus de Santana do Livramento, da Universidade Federal do Pampa, é que a referida Instituição apenas disponibiliza aos cursos um esboço de instrumento avaliativo, e que nenhum dos cursos do referido Campus dispõem de instrumentos de autoavaliação.

Também justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa pela possibilidade de que a existência de um instrumento que propicie a constante avaliação interna dos cursos de graduação poderá prover a instituição de parâmetros que orientem a adequação das demandas internas de cada curso, no campo teórico e prático.

Com a vigência do atual Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pampa, que aponta como meta institucional quatro eixos estruturantes, sendo eles Excelência Acadêmica, Aperfeiçoamento Institucional, Dimensão Humana e Compromisso Social, e especifica as ações a serem realizadas nos próximos cinco anos pela Instituição de Ensino Superior (IES) em estudo, observou-se a preocupação da gestão em atingir sua excelência acadêmica. Essa preocupação com a busca pela Excelência na formação docente também é observada nas exigências do Ministério da Educação, que amparado pelos relatórios institucionais, exerce constante vigilância no 'fazer acadêmico' das Instituições de Ensino Superior (IES).

Nesse sentido, a pesquisa buscou sugestões para a implantação de um processo de autoavaliação para os cursos de graduação, que possibilite mapear as políticas de ensino praticadas pela instituição e a formação de seus alunos.

O **objetivo** desta pesquisa é compreender as demandas para a institucionalização de processos de autoavaliação de cursos de graduação na Unipampa.

Para atingirmos este objetivo proposto, buscou-se responder o problema de pesquisa: Que conjunto de diretrizes podem ser indicadas para o desenvolvimento de processos de autoavaliação de cursos de graduação na Unipampa?

Assim, a investigação teve como meta responder os seguintes questionamentos:

1. Que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa?
2. Como se caracterizam os processos de Autoavaliação realizados pela Unipampa?
3. Que implicações a Autoavaliação têm na organização e funcionamento dos Cursos de Graduação?

A análise das respostas obtidas contribuiu para a resolução de uma quarta questão, que procurou saber "que possibilidades para a gestão institucional de processos de autoavaliação de cursos são evidenciadas?"

Com a conclusão dessas etapas investigativas, chegou-se ao produto final desta pesquisa. Que corresponde a indicação de diretrizes para o desenvolvimento de um processo de autoavaliação dos cursos de graduação da Unipampa.

Com relação à estrutura do trabalho, sua primeira parte é composta pela apresentação do pesquisador. Trazendo um relato da trajetória acadêmica do mesmo, que auxiliará o leitor no entendimento dos motivos que o levaram ao desenvolvimento desta pesquisa.

O Referencial teórico é a próxima etapa do trabalho de pesquisa, e apresenta os conceitos de avaliação, gestão educacional, avaliação institucional com suas subdivisões e avaliação e autoavaliação de cursos de graduação. Este último tema iniciou pela descrição da revisão feita na literatura que explora a temática 'autoavaliação de cursos de graduação' nos últimos cinco anos. Essa revisão de literatura teve como alvo as dissertações e teses disponíveis nos principais acervos digitais do Brasil. Servindo de aporte para a análise da pertinência da proposta de estudo a ser desenvolvida.

É no referencial teórico que a relevância desta pesquisa ganha destaque. Pois identificou-se que muito pouco é estudado com relação à autoavaliação de cursos de graduação. Também foi identificado que, desde sua implantação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) não incluiu esse processo avaliativo em suas exigências.

A necessidade de se organizar um processo de autoavaliação para os cursos de graduação ganhou importância maior a partir do instrumento de avaliação externa de 2015, em que o Ministério da Educação (MEC) inclui o relatório de Autoavaliação Institucional como fonte de consulta para o avaliador externo de cursos de graduação. Devendo este avaliador utilizar o relatório da autoavaliação institucional para extrair dele os subsídios que lhe auxiliarão nas respostas para a dimensão referente a Organização Didático Pedagógica do curso.

O referencial teórico está dividido em dois capítulos, que estão subdivididos em temas relacionados com a pesquisa.

O primeiro capítulo trata do tema avaliação, iniciando por uma abordagem geral desse termo, que é definido por autores como Dias Sobrinho (1995), Piccoli, Souza e Dalbon (2007). Estes últimos autores, juntamente com Leite (2006), apresentam como subdivisões de avaliação as chamadas avaliação somativa, diagnóstica, formativa, amateur e avaliação profissional. Enfatizando o modelo formativo como sendo o que mais se aproxima de uma autoavaliação.

A primeira parte desse capítulo aborda o tema gestão na educação superior, com foco na avaliação de suas práticas. Iniciando pela definição de gestão, que é

apresentada por Castro e Werle (2004) e classificada por Wittmann e Gracindo (2001). O texto também descreve as diferentes formas de classificação para a gestão educacional, que Franco (2006) apresenta como sendo gestão propositiva, tradicional e democrática.

Na sequência o referencial trata da avaliação institucional. Com contribuições de Leite (2006), Zainco (2008), Dias Sobrinho (2003a) e Both (2011) que auxiliam no entendimento do termo e a relação do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES) com a construção de processos autoavaliativo nas IES.

No subtítulo avaliação institucional externa é apresentado um comparativo entre o Exame Nacional de Cursos (ENC), que esteve em vigor de 1996 até 2003, e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Foi feita uma análise crítica do ENC com aportes teóricos de Maués e Bastos (2016), Dias Sobrinho (2010) e Rodrigues (2005), que criticam a forma como foi pensado esse exame. Por fim, foi apresentado o ponto de vista de Polidori (2009), que faz contraponto salientando aspectos positivos do ENC.

O próximo subtítulo do capítulo fala da avaliação institucional interna, que é descrita por Leite (2006). Nesse subtítulo foi incluída a avaliação institucional participativa no ensino superior, que vem conceituada por Andriola (2005), Leite (2006), Souza e Marcondes (2005), que salientam a importância da participação de toda a comunidade acadêmica nos processos avaliativos da IES.

O termo autoavaliação institucional foi tratado no próximo subtítulo. Essa medida foi necessária para distingui-lo de avaliação interna. Evidenciando suas características pelo que dizem Zainco (2008), Franco (2006), Souza e Marcondes (2005).

Finalizando o capítulo é apresentada a autoavaliação no contexto da Unipampa. Em que é descrito o processo autoavaliativo da instituição que é organizado e aplicado pela Comissão Própria de Avaliação.

O segundo capítulo trata da autoavaliação de cursos de graduação no Brasil, iniciando pela revisão da literatura.

Baseado no que defendem Henwood e Pidgeon (in. CHARMAZ, 2009), a revisão bibliográfica foi feita no início da investigação, contribuindo para o entendimento de como o tema vem sendo abordado nos últimos cinco anos no País e quais são os teóricos que se destacam nessa investigação.

Na sequência são tratados os desafios para a implementação da autoavaliação de cursos no Brasil. Para ilustrar quais são esses desafios foi buscado aporte no que dizem Pimenta e Anastasiou (2002). Sendo a importância de implementação desse processo autoavaliativo evidenciado por Tavares (2014), Piccoli, Souza e Dalbon (2007), bem como pelas recomendações do Banco Mundial (1995) para melhorar a qualidade no ensino superior. O texto também traz contribuições de Tumolo (2010) que apresenta possibilidades para o diagnóstico autoavaliativo dos cursos de graduação.

Finalizando o capítulo e o referencial teórico, é descrita a relação entre avaliação externa e autoavaliação de cursos. Para a construção desse texto foram referenciadas as legislações em vigor no País que tratam do SINAES.

Na metodologia da pesquisa são descritas as diferentes ferramentas de investigação que foram utilizadas para responder as três questões iniciais, que originaram-se do problema referente a “que conjunto de diretrizes podem ser indicadas para a gestão de processos de autoavaliação de curso de graduação na Unipampa?” Como referência metodológica foram adotados conceitos de Ghedin e Franco (2011), seguindo uma abordagem qualitativa espelhada no que dizem Chizzotti (2009) e Strauss e Corbin (2008).

Para a coleta e análise dos dados, foram considerados preceitos da teoria fundamentada, defendidos por Charmaz (2009), bem como a observação etnográfica, conforme Angrosino (2009).

Outros autores que também foram consultados para o desenvolvimento dos instrumentos de coleta de dados são Flick e Barbour (2009) e Lankshear e Knobel (2008), para a aplicação das entrevistas em grupos focais. Estes últimos autores, juntamente com Charmaz (2009), foram utilizados para a análise textual, que auxiliou na resposta da primeira questão de pesquisa.

Os estudos de Gil (2008) e de Gerhardt e Silveira (2009) auxiliaram no desenvolvimento do questionário para complementar uma entrevista.

Ao iniciar a metodologia é apresentado um contexto histórico da Universidade Federal do Pampa, tendo como referencial os dados presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em vigor. Essa descrição começa pela caracterização da IES como um todo, finalizando com o contexto da pesquisa, que é o curso de administração do Campus de Santana do Livramento.

O resultado dessa pesquisa está exposto em formato de texto analítico, explicando as pontualidades identificadas em cada uma das três questões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender o que já foi, e vem sendo estudado, com relação ao tema que está sendo pesquisado, contribui para que o pesquisador não desgaste seu trabalho de pesquisa com temas que já detenham considerados estudos acadêmicos e científicos. Por esse motivo, antes de iniciar a pesquisa pelo referencial teórico, foi feita a revisão da literatura, relacionando as produções de dissertações, teses e artigos feitas nos últimos cinco anos, que abordaram a temática proposta nesta pesquisa.

Para Charmaz (2009, p. 220) qualquer tipo de trabalho pesquisa, além de exigir um referencial teórico, exige a pesquisa de revisão bibliográfica.

A autora descreve a revisão bibliográfica como sendo o espaço para se dedicar às ideias e à pesquisa nas áreas contempladas pela teoria fundamentada. A revisão bibliográfica oferece ao pesquisador a oportunidade de demonstrar sua compreensão dos trabalhos relevantes, além de auxiliá-lo na tarefa de situar seu estudo e esclarecer a sua contribuição com a produção científica já existente.

Alguns teóricos da revisão de literatura discordam com relação ao momento certo de aplicar tal revisão. Glauser e Straus (in. CHARMAZ, 2009, p. 222) defendem o adiamento da revisão bibliográfica até que a análise esteja concluída. Eles não querem que o pesquisador veja os seus dados pela lente das ideias anteriores, o que é denominado por eles como “teoria Recebida.”

Entretanto, para Karen Henwood e Nick Pidgeon (in. CHARMAZ, 2009, p. 223) a revisão bibliográfica deve ser feita no início da investigação, para que o pesquisador possa adotar uma postura crítica em relação às teorias anteriores.

Protelar a revisão da literatura não significa escrever uma revisão escassa. Nem esse adiamento justifica uma cobertura desatenta. As afirmações ou a falta de atenção por parte de alguns pesquisadores que utilizam a teoria fundamentada refletem uma atitude soberba em relação aos trabalhos anteriores. (CHARMAZ, 2009, p. 224)

Assim, os resultados desta revisão bibliográfica estão descritos no início do capítulo que trata do tema autoavaliação de cursos de graduação.

3 UMA ABORDAGEM SOBRE AVALIAÇÃO

Neste capítulo serão abordados os tipos de avaliações que podem ser utilizadas em processos de autoavaliação nas IES.

O termo Avaliação teve origem no latim *valere*, que significa ter ou dar valor para alguma coisa, validar ou tornar válido. Para Dias Sobrinho (1995), o conceito de avaliação compreende um empreendimento sistemático, plurirreferencial e complexo, que busca a compreensão global da universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões.

Com relação aos conceitos para avaliação, essas definições vêm evoluindo desde que os processos avaliativos passaram a ser aplicados com frequência. Leite (2006) descreve quatro gerações pelas quais passou a avaliação, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Evolução da avaliação e suas finalidades:

| | Período | Finalidade |
|-------------------------|---------------------------|---|
| Primeira Geração | Início do Século XX | Compreendida como Medida de Resultados |
| Segunda Geração | Entre os anos 1930 e 1950 | Alcance de Objetivos |
| Terceira Geração | Até 1960 | Avaliação como juízo ou apreciação de mérito ou valor de alguma coisa |
| Quarta Geração | Até os dias atuais | Avaliação como uma construção da realidade |

Fonte: LEITE, Denise (Org.). **Avaliação da Educação Superior**. Brasília-DF: Inep/MEC, 2006.

Nota-se que, mesmo tendo sido considerada para distintas finalidades ao longo do tempo, a avaliação mantém-se ligada às atividades de ensino/aprendizagem. Talvez por essa razão é que os estudos relacionados a avaliação sempre trazem como pano de fundo o viés da educação.

Piccoli, Souza e Dalbon (2007) conceituam avaliação como sendo o exame de um projeto ou programa que já foi finalizado ou está em curso, seguindo uma sistemática e objetivo para poder determinar o impacto, eficácia, eficiência e a

sustentabilidade do mesmo. A avaliação servirá para medir a implementação e os resultados de determinado projeto ou programa. Outra característica da avaliação é apontada por LEITE:

Faz parte de um campo de conhecimento cujo domínio é disputado por diversas disciplinas e práticas sociais de distintos lugares acadêmicos, políticos e sociais. Necessita de uma pluralidade de enfoques e a cooperação ou a concorrência de diversos ramos de conhecimentos e metodologias de várias áreas, não somente para que seja entendida ou reconhecida intelectualmente, mas também para poder ela própria se exercitar concretamente de modo fundamentado, de diferentes modos e com distintos modelos, em seu funcionamento sócio histórico. (LEITE, 2006, p. 461)

A autora ressalta que nas últimas décadas, em virtude do desenvolvimento tecnológico e das ferramentas para transmissão das informações, a avaliação passou a exigir a participação de profissionais mais capacitados. “Surgem as associações profissionais e a institucionalização de suas funções qualificadas predominantemente pela técnica e pela ética.” (LEITE, 2006, p. 461)

O acesso a rede mundial de computadores por quase toda a população fez com que as informações chegassem mais rápido e para todos. As instituições públicas também viram nessas novas tecnologias a possibilidade de diminuir custos em suas atividades administrativas. Por isso, a afirmação de LEITE (2006) pode ser associada ao que vem ocorrendo nos processos avaliativos das IES. Que também adotaram essas novas ferramentas de comunicação, abolindo a metodologia dos questionários em papel, para adotar formulários eletrônicos que propiciam melhor alcance ao público avaliador, bem como facilitam a tabulação dos dados obtidos.

De acordo com seus propósitos, alguns tipos de avaliações destacam-se como os métodos mais utilizados e diferenciam-se por suas funções. Entre as avaliações mais comumente utilizadas destacam-se:

Avaliação Somativa: Tem nos objetivos previamente traçados o seu principal referencial avaliativo. A instituição estipula metas e objetivos para o seu desenvolvimento e utiliza da avaliação para medir se está próximo de atingir ou já atingiu tais objetivos. Esse tipo de avaliação adota critérios de produtividade, com foco na eficácia dos processos e na geração de resultados. Piccoli, Souza e Dalbon (2007) entendem que esse tipo de avaliação é aquela voltada para a relação custo/benefício e para a satisfação do cliente. A característica que destaca-se nessa

avaliação é a preocupação com os dados obtidos, que são catalogados detalhadamente e arquivados para serem trabalhados na busca pelo melhoramento dos aspectos apontados como negativos. Os avaliadores preocupam-se em evitar a repetição dos erros cometidos. Leite (2006) resume o entendimento sobre avaliação somativa como sendo o tipo de avaliação feita ao final de um programa ou processo institucional, realizada para julgar o valor ou mérito das ações desenvolvidas, que resultará nas decisões de manter a continuidade, ampliar ou até mesmo encerrar o programa.

Avaliação Diagnóstica: Esta modalidade de avaliação tem seu foco na demonstração do estado atual do projeto ou programa avaliado para se pensar um tratamento adequado para melhorar seus índices futuros. Ela procura identificar as fragilidades e potencialidades antes do planejamento, para evitar incorrer em erros que são previsíveis.

Avaliação Formativa: É a avaliação que acontece durante a execução de determinado projeto ou programa. “Tem como finalidade comprovar que as atividades estão sendo desenvolvidas de acordo com o planejado, examinando, detalhadamente os processos implementados ou as metodologias empregadas.” (PICCOLI, SOUZA e DALBON, 2007, p. 24)

A avaliação formativa acontece durante a fase de planejamento e execução, procurando identificar os pontos fortes e fracos, as potencialidades e fragilidades, para então descrever ações que possibilitem atingir os objetivos desejados. Outra característica dessa avaliação é que pode intervir no projeto ou programa, quando identifica ações que ainda não foram implementadas e consegue identificar as dificuldades para a execução dessas ações, mostrando as correções que são necessárias.

Com ela se detectam problemas, falhas e erros visando sua correção. Serve para oferecer respostas aos grupos dirigentes ou planejadores ou à comunidade responsável pelo programa ou pela instituição ou outros interessados. (LEITE, 2006, p. 501)

Piccoli, Souza e Dalbon (2007) relatam que a avaliação formativa é o modelo de avaliação adotado por muitas IES, incluindo como exemplo a avaliação desenvolvida pela Universidade Federal de Rio Grande, e relacionam as seguintes características desse modelo de avaliação:

- Produzir melhorias através do autoconhecimento;

- Questionar os sentidos das atividades e finalidades da instituição;
- Identificar as causas de problemas e fragilidades;
- Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional dos docentes e técnicos administrativos em educação;
- Fortalecer relações de cooperação entre os agentes institucionais;
- Estabelecer a relevância científica e social das atividades e produtos da instituição;
- Prestar contas à sociedade;
- Efetivar a vinculação da instituição com a comunidade.

Avaliação Amateur: Este tipo de avaliação é descrito por Leite (2006) como sendo todo tipo de avaliação feita por pessoas que não possuem formação profissional para avaliar. Essa avaliação se faz presente em processos avaliativos internos, isolados de alguma instituição, sem cunho científico. Que servem para medir índices de satisfação em programas ou atividades específicas.

Avaliação Profissional: Ao contrário da avaliação Amateur, esse tipo de avaliação exige a participação de profissionais capacitados. Que sigam parâmetros científicos que darão credibilidade aos dados relatados.

No Brasil o(a) avaliador educacional ou profissional ou institucional constitui um novo segmento profissional. A ABAVE, Associação Brasileira de Avaliação Educacional, uma sociedade multidisciplinar científica sem fins lucrativos, recentemente fundada, reúne pessoas com credenciais em avaliação educacional. (LEITE, 2006, p. 502)

3.1 GESTÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS AVALIAÇÕES DE SUAS PRÁTICAS

O exercício da autonomia por uma Instituição de Ensino Superior (IES), que é assegurado pela Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB), exige da IES o desafio de se administrar, tanto no lado financeiro como acadêmico. Esse exercício administrativo é o que Castro e Werle (2004) chamam de “Administração da Educação.” Para esses autores, as políticas administrativas adotadas por uma IES, de forma a conduzir seu crescimento acadêmico, devem estar alicerçadas em três pilares que são: planejamento, gestão e avaliação da educação.

Nessa perspectiva, nota-se que a gestão ocupa o papel de executora dentro da tríade planejamento, execução e avaliação. No entanto, a gestão da educação

precisa preocupar-se com os três pilares administrativos. Quando se planeja alguma ação, quando se executa essa ação e quando se avalia a efetividade dessa ação, é que a gestão educacional demonstra fluir em uma IES.

Quando uma Instituição de Ensino Superior não planeja suas práticas, ou avalia seu funcionamento, não está exercendo sua autonomia, sua gestão. Pois quando ela não se apropria dessas ações, as mesmas serão desempenhadas por agentes externos.

Wittmann e Gracindo (2001) classificam a gestão educacional como uma categoria que transita entre o teórico e o prático. Sendo uma dimensão de organização e funcionamento de uma instituição, ou a ação de acompanhamento e controle da execução de um projeto ou plano. A gestão na educação constitui-se do ato de coordenar instituições e seus processos de formação.

Castro e Werle (2004) apontam que o caráter emancipatório que as IES vêm assumindo ao longo dos anos afasta a visão de administração universitária caracterizada pelo viés capitalista, em que essa instituição seguia fielmente o que o mercado exigia. Atualmente, a universidade busca cada vez mais sua emancipação do mercado, deixando de ser parte de uma empresa capitalista.

Para assumir esse novo perfil, as IESs precisaram rever seus processos de gestão. Assumindo características administrativas próprias, aliadas a ferramentas de controle para suas práticas. Por isso é que a gestão universitária está ligada com planejamento e avaliação.

Com seus Conselhos Universitários, que possuem caráter deliberativo, a universidade fortalece sua autonomia em processos decisórios. Nele a gestão superior, representada pela reitoria e direções de campi ou departamentos, respalda suas decisões com a participação democrática de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

A gestão da educação superior pode ser exercida de diferentes formas, que são classificadas por Franco (2006) de acordo como as características que apresentam:

Gestão Propositiva: essa forma de gestão considera as inovações que estão ocorrendo no panorama internacional para guiar as práticas de gestão na IES, mantendo vínculo com as demandas do mercado para pensar seu projeto institucional. Destaca-se o incremento da participação discente, bem como de equipe técnica administrativa capacitada e de docentes nos processos decisórios.

No entanto, esse modelo de gestão abre mão da autonomia institucional, cedendo ao controle do estado, que assume papel de supervisor.

Gestão Tradicional: modelo de gestão espelhado nas relações entre educação e sociedade. Seu modo administrativo pode oscilar em quatro formas distintas: por meio de colegiados, que enfatiza a cooperação da comunidade acadêmica nas decisões da instituição; pelo caráter burocrático, que enfatiza o grau hierárquico das autoridades para a tomada de decisões; pelo aspecto profissional, que espelha suas decisões sob o ponto de vista das autoridades especialistas no tema em discussão e pelo caráter político, caracterizado pela presente competição entre grupos de gestores que seguem ideais distintos.

Gestão democrática: compreende o exercício de administrar instituições, suas políticas, projetos e programas, incorporando processos que permitam não só a participação dos gestores nas tomadas de decisões, mas também dos responsáveis e beneficiários dos resultados. É marcante nessa forma de gestão a presença de instrumentos como assembleias, audiências públicas, plenárias, reuniões, fóruns, congressos, conferências, entre outros, que asseguram a democracia representativa e participativa.

A gestão universitária diz respeito ao pensar a universidade no sentido de entender qual sua finalidade. É saber o que a instituição precisa buscar para atingir seus objetivos propostos em seu planejamento institucional estratégico. Esse planejamento é espelhado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é a ferramenta construída com a participação democrática da comunidade acadêmica para nortear os caminhos da IES.

Pode-se, pois, considerar que a Gestão Universitária é um fenômeno cultural, produzido pela linguagem, pelos discursos; um fenômeno político, de construção de projetos/ideias, de fazer opções, de decidir quanto a regras de convivência e de credenciamento; portanto, um fenômeno de relações/ações humanas. (FRANCO, 2006, p. 216)

A gestão das universidades públicas brasileiras atualmente é pautada pelos princípios democráticos. Conforme previsto na LDB:

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. (BRASIL, 1996, p. 25)

A Unipampa que é alvo desta pesquisa não foge dessa regra. Tem seus cargos diretivos e a reitoria definidos a cada quatro anos mediante processo de consulta à comunidade acadêmica. Bem como, suas regulações lavradas em forma de portarias ou resoluções, as quais mesmo sendo pensadas pela gestão, só são validadas após aprovação do conselho universitário.

3.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O termo avaliação institucional, de uma forma geral, tem em seu significado a avaliação de práticas de uma instituição. Podendo ser na área de saúde, educação, segurança, entre outras. “O termo é empregado para a avaliação de políticas públicas, em especial das políticas setoriais e instituições prestadoras de serviços públicos,” (LEITE, 2006, p. 465) considerando a avaliação de planos e projetos praticados por essas instituições.

Um processo de avaliação institucional permite realizar o balanço das ações desenvolvidas, de forma que os rumos da instituição sigam no sentido da qualidade. Por isso, esse processo constitui-se como um serviço prestado à sociedade, que é a usuária do que é oferecido pelas instituições públicas.

A avaliação institucional pode ser exercida de duas formas: como avaliação externa, feita por órgão regulador, ou avaliação interna, feita por pessoal da própria instituição.

A avaliação institucional na educação superior brasileira também segue a sistemática de subdivisão em avaliações externas e internas. Para Leite (2006), a avaliação do sistema educacional brasileiro é assumida como uma estratégia capaz de propiciar o alcance dos objetivos de melhoria da eficiência e da qualidade da educação.

Com relação à avaliação de uma IES, Zainco (2008) defende que ela deva possibilitar a construção de um projeto de desenvolvimento acadêmico sustentado por princípios como a democracia, a autonomia, a pertinência e a responsabilidade social.

Foi com a implantação da lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004) que a avaliação institucional ganhou espaço nas atribuições do estado. Essa nova proposta de

avaliação caracteriza-se por considerar a avaliação das IES como o objeto central desse sistema, primando pelo respeito as características individuais de cada instituição.

Esse novo processo de avaliação institucional estabeleceu como modalidades a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) e a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), contemplando na avaliação institucional dois momentos principais, que são: autoavaliação, realizada pelas CPAs e avaliação externa, que é realizada por uma comissão designada pelo Inep, seguindo diretrizes estabelecidas pela Comissão nacional de Avaliação da Educação superior.

O objetivo a ser alcançado pelo SINAES é de “traçar um panorama da qualidade dos cursos e das instituições de ensino, fornecendo à sociedade informações sobre a educação superior no País.” (ZAINCO, 2008, p. 96). Esse sistema avaliativo da educação superior já é considerado alicerçado como uma política de governo para avaliação das IES, e na opinião de Dias Sobrinho (2003a) poderá servir como um dos pilares para se debater as propostas de reforma universitária que vem sendo discutidas no País. O autor afirma que esse mecanismo de avaliação institucional possui forte significado político e importante dimensão não só técnica, como ética. Pois sempre se produz em um espaço social de valores e disputas de poder.

É preciso conhecer a força transformadora da avaliação nas mudanças desejadas para a educação superior do País. Dias Sobrinho (2003b) relata que em muitos países desenvolvidos a avaliação da educação superior é tida como referencial para pensar novas políticas educacionais. Essa avaliação é considerada como instrumento da reforma do estado. Para o autor, nenhum estado moderno desenvolvido pode abrir mão da avaliação, que tem papel central nas reformas da educação superior.

Reforçando a importância que deve ser dada a avaliação, Both (2011) ressalta que toda a ação de avaliar deve vir acompanhada de tomadas de decisões a partir dos resultados demonstrados.

Com os resultados de avaliação à disposição, nada é mais importante que providenciar medidas acadêmicas realmente corretivas, sob pena de se cair em fracasso acadêmico, tanto na forma científica, técnica e administrativa. (BOTH, 2011, p 168)

Zainco (2008) defende que a avaliação institucional foi proposta pelo SINAES como sendo uma ferramenta organizadora da coerência do processo avaliativo que se desenvolve nas IES.

Envolvendo objeto, sujeitos e processos, a avaliação proposta tem como objeto a análise das dimensões, das estruturas, das relações, das atividades, das funções e das finalidades de uma IES; como sujeitos os conjuntos de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa especialmente convidados ou designados; como processos avaliativos o autodiagnóstico e a avaliação externa resultantes de procedimentos institucionais que se utilizam da infraestrutura da própria instituição. (ZAINKO, p 99, 2008)

3.2.1 Avaliação institucional externa

É o procedimento operado de fora para dentro de uma instituição. Seus operadores são órgãos do governo ou agências reguladoras, governamentais ou não governamentais. Quando feita por agências reguladoras, essa avaliação tem como objetivo identificar se a instituição avaliada ajusta-se as exigências do mercado. “Sua função é fornecer dados objetivos e confiáveis para a efetividade de políticas governamentais de regulação do sistema e fornecer informações para as escolhas dos usuários”. (LEITE, 2006, p. 467)

A avaliação externa, exercida por órgãos governamentais, tem como principal característica a execução do controle e supervisão dessas instituições.

3.2.1.1 O Exame Nacional de Cursos

O Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como “Provão do MEC”, foi criado em 1995 pela lei 9.131/95, sendo reconhecido como a principal ferramenta para a avaliação da educação superior no Brasil. Sua primeira aplicação foi em 1996, e vigorou até o ano de 2003, quando iniciou-se a transição para o atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Outros instrumentos avaliativos que transcorriam em conjunto com o ENC foram o Censo de Educação Superior e a Avaliação das Condições de Ensino (ACE), que era realizada através de visitas de comissões externas nos cursos de graduação. No entanto, o Provão foi o instrumento que recebeu maior visibilidade por parte das IES e do próprio estado. O ENC era composto por uma prova escrita, aplicada aos estudantes do ensino superior que estavam em fase de conclusão dos seus cursos, conforme as áreas preestabelecidas pelo MEC a cada ano.

Dos relatórios que eram extraídos dos exames, um era voltado para o estudante, que continha as informações referentes ao seu desempenho, com sua posição na escala de notas na respectiva área de conhecimento. Outro relatório, considerado importante para a IES, era o que continha o ranqueamento¹ da Instituição. Essa classificação do ranqueamento era originada pelos dados levantados no ENC em conjunto como o relatório produzido por avaliadores do INEP, após visitas *in loco*, que apontavam as condições de ensino, tendo como base a análise dos currículos, da qualificação do corpo docente e da infraestrutura física da IES avaliada. Os resultados das avaliações dos cursos serviam de base para os atos regulatórios de credenciamento e credenciamento das instituições, bem como para o reconhecimento de cursos.

Em uma análise crítica, feita por Maués e Bastos (2016, p. 705), o ENC foi fruto das exigências feitas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com relação as avaliações do ensino superior nos países-membros dessa Organização. O Decreto 2.026/96², que institui o ENC, deixa transparecer essa proposta, trazendo em seu texto a atenção voltada aos seguintes indicadores: taxas brutas e líquidas de matrícula, disponibilidade de vagas para novos alunos, taxa de evasão e de aprovação, tempo médio de conclusão do curso, níveis de qualificação docente, razão aluno/professor, tamanho médio das classes, custo por aluno, percentual dos custos da educação superior no total gasto com educação pública, além de avaliar o percentual do produto interno bruto (PIB) gasto com Educação Superior.

Além de seu caráter capitalista, o ENC também sofreu duras críticas vindas da comunidade acadêmica, Dias Sobrinho (2010, p. 204) considera que a não aceitação de parte da comunidade acadêmica foi por considerarem que a implantação do ENC não foi feita com base em consulta pública ou discutido entre os interessados (estudantes e professores), ou ao menos foram ouvidos especialistas em avaliação. Outro aspecto criticado foi com relação a impossibilidade

¹ Constituíam-se da pontuação que a Instituição de Ensino Superior recebia em forma de conceito, que variava de "A" a "E", sendo o conceito "A" considerado o melhor e o conceito "E" o pior. (POLIDORI, 2009, p. 441)

² Decreto 2.026/96 Institui o Exame Nacional de Cursos e estabelece procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior.

de se avaliar um curso de graduação como um todo a partir do desempenho dos alunos, que Rodrigues (2005) alerta como sendo um problema.

Os primeiros anos de aplicação desse instrumento avaliador foram caracterizados por um alto índice de boicotes por partes dos estudantes; que apenas assinavam suas provas para atestarem o comparecimento no exame, sendo esta uma exigência legal para a obtenção do diploma.

Mesmo não tendo aceitação inicial do público-alvo, o “Provão” foi ganhando força, principalmente alavancado pelo mercado de trabalho, que considerava os índices obtidos nesse exame como sinônimo de excelência acadêmica, tanto do aluno como de sua instituição. Essa aceitação por parte do mercado deu respaldo a proposta do governo em implantar mecanismos para avaliação do ensino superior que pudessem servir como orientadores de possíveis ajustes curriculares e modificações nas práticas de sala de aula, passando o Provão a ser considerado como instrumento de regulação e de informação do setor educativo de nível superior. O índice que categorizava os cursos superiores avaliados pelo ENC seguia uma escala de conceitos que partiam de A até o conceito E, que corresponderiam ao resultado do desempenho de seus alunos no Provão, sendo o conceito “A” atribuído aos cursos que obtinha índice de excelência e o conceito “E” aos cursos considerados piores.

Para Polidori (2009, p. 441), esse instrumento de avaliação em larga escala adotado pelo Brasil, além de seguir parâmetros avaliativos exigidos pelo mercado mundial, também teve como característica marcante o fim de uma era em que o estado atuava de forma controladora³ com relação à educação superior, e passa a agir como um ente regulador⁴ dos processos educativos, utilizando-se de sistemas de avaliação.

Em relação à educação superior, os principais elementos criados estavam fundamentados em uma proposta de avaliação que seguia, inclusive, as orientações internacionais de transformar o Estado de um órgão controlador

³ O Estado Controlador caracteriza-se por utilizar-se de políticas, segundo as quais as universidades são obrigadas a seguirem padrões preestabelecidos pelo governo. Neste modelo, é desenvolvido um controle detalhado de todos os aspectos relacionados com a educação superior e apoia-se no chamado Princípio da Homogeneidade Legal. No modelo do Controle pelo Estado são necessários extensos mecanismos de regulação e um controle a priori baseado na abundante publicação de leis, decretos, portarias, circulares e pareceres. (NEAVE; VAN VUGHT, 1994).

⁴ O Estado Regulador dos processos educativos segue modelo de supervisão caracterizado por possuir uma baixa intervenção nas decisões diárias das instituições, pois estas possuem uma autonomia ampla, e o governo centra-se numa atividade de dirigir, supervisionar e avaliar as performances das instituições numa fase posterior. (AMARAL; MAGALHÃES, 1999)

para um regulador utilizando-se de sistemas de avaliação. (POLIDORI, 2009, p. 441)

O caráter burocrático e formal do ENC para obtenção de seus índices, aliado ao descontentamento da comunidade acadêmica, contribuíram para o fim desse instrumento avaliativo, abrindo espaço para um novo sistema de avaliação da educação superior, que dá início a transição de um sistema de avaliação dos cursos de graduação para um sistema de Acreditação de cursos⁵.

3.2.1.2 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES

A partir de proposta elaborada pela Comissão Especial de Avaliação, criada pela Secretaria de Educação Superior, com o objetivo de atender a demanda da comunidade educacional do ensino superior, que vislumbrava a participação democrática na construção de um sistema de avaliação, foi discutida, no ano de 2003, a implantação de um novo sistema de avaliação da educação superior, o denominado SINAES, que foi implantado no ano de 2004 conforme a lei 10.861, de 14 de abril do mesmo ano.

Entre os objetivos do SINAES, está o de assegurar o processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação e a avaliação de desempenho acadêmico dos estudantes, focado na busca pela melhoria da qualidade do ensino superior no país. Os resultados de suas avaliações servem como subsídios para os processos de regulação e supervisão da educação superior, compreendendo as ações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, e credenciamento e credenciamento de IES. Para tanto, o SINAES apresenta três divisões de atuação: avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação do desempenho dos estudantes.

As avaliações institucionais e dos cursos são feitas por processos de avaliação *in loco* e complementados pelos resultados da avaliação interna de cada IES. Já a avaliação de desempenho do estudante é feita com base no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que avalia os estudantes concluintes na graduação.

⁵ Acreditação é o resultado do processo de avaliação por meio do qual é certificada a qualidade acadêmica dos cursos de graduação, satisfazendo o perfil do graduado e os critérios de qualidade previamente aprovados no âmbito regional para cada diploma.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é aplicado com regularidade de três anos, dando início ao chamado ciclo avaliativo do SINAES. O ENADE tem como objetivo aferir o rendimento e a aprendizagem dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. (INEP, 2015 V. 5, p. 33)

O SINAES teve como proposta ser instituído como uma política de Estado, e não simplesmente de um governo, pois atinge a perspectiva de ser considerado um sistema avaliativo e não somente um programa com prazo de vigência pré-definido. O que reforça essa ideia de enraizamento desse sistema são as diferentes notas técnicas publicadas pelo MEC, que mantêm a constante adequação das avaliações com as demandas existentes. Uma demonstração dessa evolução são os instrumentos de avaliação externa e suas orientações de preenchimento, tanto para as avaliações das IES como dos cursos de graduação, que constantemente vem sendo aperfeiçoados.

3.2.2 Avaliação institucional interna

Conforme descrito na lei do SINAES, a avaliação da educação superior é sempre institucional, desenvolvendo-se como processo e tendo com base tanto as autoavaliações como as avaliações externas.

Com relação a essa autoavaliação descrita pelo SINAES como integrante da avaliação institucional, Leite (2006) faz uma análise entre avaliação interna e autoavaliação. Distinguindo ambas pelas seguintes características de cada uma: a autoavaliação institucional é o processo interno de avaliação realizado pelos integrantes da instituição que se envolvem como avaliadores e/ou avaliados. Isto é, “eles são não só sujeitos mas também parte do objeto de avaliação.” (LEITE, 2006, p. 466)

A autora denomina autoavaliação como sendo um processo de autoanálise, que destaca os pontos fortes e os desafios que a instituição precisa enfrentar para melhorar a qualidade do seu fazer acadêmico, superando dificuldades e fragilidades apontadas.

Uma avaliação interna é aquela em que, segundo Leite (2006), a instituição orienta-se por indicadores externos e é operada por comissões próprias para esse fim. A existência dessa comissão caracteriza esse processo avaliativo como sendo

uma análise interna feita de forma independente. Que mesmo sendo composta por pessoas vinculadas à instituição, tem caráter avaliador das práticas da instituição que não envolve a equipe avaliadora. Coloca-se essa comissão em um patamar superior, que avalia de cima para baixo.

Mesmo tendo essas características marcantes, a autora destaca que a avaliação interna pode ser participativa:

Existe forte possibilidade de o processo ser participativo, dirigido ao social e destinado aos próprios sujeitos para efeitos de melhoria institucional, individual e coletiva. Isto estaria mais de acordo com os costumes acadêmicos, fundados nos princípios da autonomia e zelosos das práticas da colegialidade e das práticas democráticas institucionais. (LEITE, 2006, p. 466)

3.2.2.1 Avaliação institucional participativa no ensino superior

Em um primeiro conceito para o termo avaliação participativa, define-se como sendo o processo avaliativo que conta com a participação de todos os segmentos da comunidade avaliada. Com relação as instituições educacionais de ensino superior, essa comunidade é composta por seus quadros de servidores docentes, técnicos administrativos e de seu corpo discente.

Na gestão das instituições públicas de ensino superior brasileiras a presença desses segmentos da comunidade é assegurada por meio de representações dessas categorias em seus conselhos superiores. Sendo também exigida a presença de representação da comunidade externa para alguns desses conselhos.

Para avaliar o que é planejado e executado coletivamente em uma Instituição de Ensino Superior (IES) também é necessária a presença desses segmentos da comunidade acadêmica. A lei do SINAES, quando trata da composição das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), aponta claramente essa necessidade como exigência legal:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; (BRASIL, 2004, Seção 1, n. 72, p. 4.)

Pode-se dizer que a implantação de um processo participativo de avaliação ou autoavaliação institucional passa pela implantação das CPAs. Por isso, deve-se ter o cuidado na definição das representações e escolha democrática dos membros para essas Comissões. Andriola (2005) alerta que se não existir o envolvimento da comunidade, já a partir da escolha dos membros da CPA, a avaliação deixará de caracterizar-se como atividade democrática e participativa.

As CPAs passaram a ser regulamentadas em agosto de 2004, pelo documento da Conaes, intitulado Diretrizes para avaliação das instituições de ensino superior, que especificou suas atribuições. Essas comissões são responsáveis pela condução dos processos internos de avaliação nas IES. Elas são consideradas órgãos de representação acadêmica e não administrativa da instituição.

O formato de avaliação institucional participativa pode seguir duas vertentes, que são apresentadas por Leite (2006) como sendo: Primeira vertente, que é aquela conduzida por avaliadores profissionais em conjunto com os gestores da instituição. Essa vertente é caracterizada pela pesquisa-ação, e o avaliador tem a atribuição de treinar o pessoal participante para que possam dar continuidade a outros processos de avaliação. “Neste formato avaliativo os usuários aprendem a fazer avaliação junto com os profissionais avaliadores.” (LEITE, 2006, p. 500)

A segunda vertente aproxima-se mais dos processos de autoavaliação ou avaliação interna. A avaliação é centrada na participação de sujeitos que vivem o dia a dia da instituição. “Não há avaliadores especializados, os sujeitos participantes são atores e autores da avaliação.” (LEITE, 2006, p. 500) A autora classifica a avaliação que segue essa segunda vertente como sendo um instrumento de responsabilidade democrática e política, que segue metodologias qualitativas e quantitativas para informar processos e decisões, proporcionando autoanálise, autocrítica e autovigilância.

Para Andriola (2005), o processo de autoavaliação de uma instituição de ensino superior é um exemplo de atividade que deva ter caráter marcadamente participativo e democrático. O autor destaca a necessidade de se buscar ampla mobilização dos setores que compõem essas instituições educacionais. Esses setores são representados por docentes, discentes e servidores técnicos administrativos que integram essas IES.

Para marcar a diferença entre um processo avaliativo transparente, democrático e participativo de outro obscuro, centralizador e antidemocrático, o

autor afirma ser imprescindível contar com a participação dos três grupos de atores institucionais: corpo docente, discente e técnico administrativo.

Para que um processo de autoavaliação seja caracterizado como atividade participativa e democrática é preciso que os agentes engajem-se na participação ativa, de forma a surtir os efeitos desejados advindos dessa mobilização.

Entre os objetivos da autoavaliação participativa, Andriola (2005) destaca o aumento da consciência política e cidadã dos atores institucionais, e essa avaliação é vista como sendo uma tarefa eminentemente formativa. Outro objetivo desse tipo de autoavaliação, apontado pelo autor, é que a mesma servirá para o aprimoramento da realidade educacional avaliada.

Outros aspectos da realidade institucional também podem ser aprimorados com base nos resultados obtidos pela autoavaliação: o primeiro refere-se a mudança da comunidade interna a respeito da importância da avaliação. Também poderá ocorrer o engajamento dessa comunidade nas discussões e na busca de soluções inovadoras para alguns problemas detectados. Mas o que mais se destaca na comunidade acadêmica é a mudança geral na práxis desses atores, mudando a forma como veem-se dentro da IES. Passando a se enxergarem como agentes atuantes na vida institucional.

Sousa e Marcondes (2005) acrescentam que o caráter participativo deve estar presente não só na avaliação, mas também na autoavaliação. Por esse motivo, os documentos orientadores desses processos avaliativos emitidos pelo Ministério da Educação (MEC) destacam a importância da sensibilização da comunidade acadêmica, para que a mesma seja partícipe desses processos avaliativos.

Em uma Avaliação Participativa (AP) não pode haver espaço para um agente centralizador. Aquele participante que, detentor do conhecimento a respeito da avaliação, domina as discussões e tem seu ponto de vista como o norte para os demais participantes. Todos os participantes devem ter voz em todo o processo avaliativo. Leite e Nunes (2009) destacam que esse *expert* em avaliação não pode receber destaque nas comissões avaliativas. Pois converterá num dominante do processo avaliativo, que não dá voz aos demais participantes. Os protagonistas de uma Avaliação Participativa tem a tarefa de produzirem conhecimento sobre si, sobre a instituição e sobre suas relações. A AP é “uma forma de conhecimento social por todos produzida e em permanente reconstrução.” (LEITE e NUNES, 2009, p. 152)

3.2.3 Autoavaliação Institucional

Autoavaliação é o processo de autoconhecimento que passa um curso ou instituição, avaliando o que é, e analisando o que pretende ser.

Por meio de processos de autoanálise, questões como o que foi realizado, como se dá a administração, quais as informações disponíveis para análise e interpretação, quais os pontos fortes e as fragilidades da instituição no seu todo, servem de base para a elaboração de relatório com a identificação de práticas exitosas, para serem divulgadas, e de equívocos, para poderem ser evitados no futuro. (ZAINKO, 2008, p. 99)

Com a criação do programa de Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), implantado pela lei do SINAES, passou-se a exigir das IES a coleta de informações válidas e confiáveis em seus processos autoavaliativos, bem como o uso efetivo de seus resultados. Pois estes também subsidiarão as avaliações externas.

Assim, adquire importância nesse processo a Avaliação Interna, ou seja, a Autoavaliação:

Que se configura num processo contínuo de construção de conhecimentos sobre a própria realidade institucional, a fim de compreender os significados do conjunto das atividades desenvolvidas para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social, identificar pontos fracos e fortes, potencialidades, e estabelecer estratégias de superação de problemas. (FRANCO, 2006, p.193)

Os requisitos básicos são: a formação da Comissão Própria de Avaliação – CPA; a participação de todos os segmentos da instituição nesta Comissão; o compromisso explícito por parte dos dirigentes das IES em manter um programa de autoavaliação.

Em suas diretrizes, o SINAES define a autoavaliação como sendo um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a instituição. É por meio dela que torna possível fazer uma reflexão da instituição como um todo. Avaliando seu passado e presente para pensar o seu futuro.

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, em vigor desde outubro de 2017, descreve a autoavaliação institucional de seguinte forma:

A autoavaliação institucional tem como objetivos produzir conhecimentos, refletir sobre as atividades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas, aperfeiçoar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações

de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, além de prestar contas à sociedade. (INEP/MEC, 2017, p. 45)

Sousa e Marcondes (2005) mostram preocupação como três aspectos importantes em um processo de autoavaliação: Para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar?

Assegurar a participação da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação parece ser um desafio que deve ser enfrentado pelas IES. Principalmente por aquelas de médio e grande porte, estruturadas em multicampia, com diversidade de cursos, grande número de alunos, docentes e servidores técnicos administrativos.

Uma característica marcante na participação de toda a comunidade acadêmica nesses processos avaliativos, principalmente nos processos de autoavaliação, é a heterogeneidade de pensamentos. O ambiente acadêmico é composto por diferentes linhas filosóficas, causando distintas interpretações e conclusões. “As óticas específicas, esses juízos particulares de sujeitos e grupos, tendem a definir diferentes indicadores.” (SOUSA e MARCONDES, 2005, p. 26) Isso poderá acarretar diferentes expectativas para as questões que compõem um processo de avaliação.

Para atenuar esse problema, os autores sugerem que um processo de autoavaliação conte com a presença de um avaliador externo, que denominam de “avaliador parceiro”. Esse avaliador será convidado pelo grupo e se propõe a colaborar na execução de trabalhos de iniciativa da equipe, procurando manter relação de confiabilidade com o grupo e atuando como mediador.

Uma avaliação participativa pressupõe um exercício de autonomia para a instituição de ensino. Uma forma de fortalecer o diálogo entre a gestão e demais integrantes da comunidade acadêmica, “o pensar junto, a construção sócio individual, que implica no compromisso com a ação.” (SOUSA e MARCONDES, 2005, p. 28)

3.2.3.1 Autoavaliação institucional no contexto da Universidade Federal do Pampa

Ao publicar a lei 10.861, em 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e implantou a Comissão

Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, o governo federal define e normatiza um processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Com a criação do SINAES também ficou estipulada a obrigatoriedade do processo de autoavaliação das Instituições de Ensino Superior – IES, tendo como agentes responsáveis por esse processo as Comissões Próprias de Avaliação, organizadas em cada IES, que tem como atribuição a implantação de uma cultura de autoavaliação que contribuirá com a avaliação institucional feita pelo Ministério da Educação. As IES devem instituir a Comissão Própria de Avaliação conforme descrito:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA, [...] com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP [...] (Brasil. Lei nº 10.861, 2004).

O projeto de autoavaliação institucional da Unipampa, elaborado e executado por sua Comissão Própria de Avaliação, está respaldando suas pesquisas autoavaliativas, desde o ano de 2015, nos preceitos legais em vigor que regulam as avaliações externas. Demonstrando a importância da existência de indicadores avaliativos para o desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação focado em objetivos específicos.

A Comissão Própria de Avaliação da Unipampa é um órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna da instituição, conforme determinação legal do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES. (BRASIL, 2017).

O processo de implantação da CPA da Unipampa teve início em outubro de 2009, por ocasião do Seminário de Avaliação Institucional. A peculiaridade dessa Comissão está em sua forma de constituição, conforme previsto em seu regimento, que organiza a mesma em Comitês Locais de Avaliação (CLA) e na Comissão Central de Avaliação (CCA). Cada CLA é formado por quatro integrantes das seguintes representações: docente, técnico-administrativo em educação, discente e sociedade civil. Dos Comitês Locais são eleitos dois representantes para a Comissão Central de Avaliação, com objetivo de garantir a unidade entre os campi.

O primeiro relatório de Autoavaliação desta CPA foi apresentado em 2010, desenvolvido com base nos dados do Planejamento Estratégico dos Campi e

Reitoria (PECR) e do Relatório de Gestão. Nesse ano teve início a elaboração do projeto de autoavaliação da instituição.

A Comissão dedicou os anos de 2011 e 2012 para a realização de um trabalho de capacitação dos seus membros e definição do primeiro projeto de autoavaliação institucional denominado “AvaliAÇÃO”, que teve sua aplicação iniciada em 2013.

No ano de 2012 os cursos de graduação da Unipampa já estavam em processo de avaliação externa para reconhecimento do Ministério da Educação. Nesse ano a CPA desenvolveu o relatório de avaliação com base nos dados dessas avaliações. Transparecendo a possibilidade de que os indicadores a serem avaliados pela instituição poderiam ser os mesmos que o instrumento de avaliação externa contemplava.

A aplicação da primeira pesquisa de satisfação pela CPA voltada para a comunidade acadêmica da Unipampa (professores, alunos e técnico-administrativos em educação) ocorreu em 2013, sendo organizada em um ciclo de três anos, que encerrou no ano de 2015. A Comissão definiu que no primeiro ano de aplicação, a pesquisa avaliaria as dimensões Gestão e Extensão; no segundo ano foram avaliadas as dimensões Ensino e Pesquisa; e ao final do ciclo foi a vez das dimensões Assistência Estudantil e Infraestrutura, sendo o relatório integral postado no sistema e-MEC em 31 de março de 2016.

No entanto, esse ciclo autoavaliativo desenvolvido pela CPA da Unipampa não apresentou um relatório substanciado, pois sem ter a segunda avaliação de cada uma das dimensões, não foi possível gerar um parâmetro comparativo de desenvolvimento das mesmas. Outro ponto que merece observação é o fato de que as escolhas de quais dimensões seriam avaliadas decorreu da deliberação dos membros desta Comissão, caracterizando-se por apenas seis das dez dimensões definidas pelo SINAES.

A segunda etapa da autoavaliação, que ocorreu no ano de 2014, recebeu muitas críticas do corpo técnico e docente da instituição, pois avaliou quesitos em que os índices de satisfação ficaram abaixo do esperado, gerando descontentamento quando a metodologia utilizada pela Comissão para formular as questões, bem como os índices de satisfação adotados.

Em meio a esse impasse a Comissão observou a necessidade de buscar embasamento técnico para a formulação dos novos instrumentos de autoavaliação,

de forma que já pudesse ser aplicado na última etapa do ciclo avaliativo. Para tanto, foi buscar guarida nas normativas implantadas pelo MEC para os processos de avaliação externa das instituições de ensino superior no Brasil. Essa metodologia de trabalho das CPAs já era defendida por Andriola (2005, p. 60), que descrevia como principal atribuição das CPAs a sistematização e prestação das informações que venham a ser solicitadas pelo INEP.

Iniciados os trabalhos para finalizar o ciclo de autoavaliação da Unipampa, o ano de 2015 foi o marco para as mudanças na formatação dos novos instrumentos de autoavaliação desenvolvidos pela CPA da Unipampa. Foi a partir desse ano, quando novos membros recompuseram a Comissão, e as normativas nacionais para os processos de avaliações institucionais e de cursos passaram por notórias reformulações, que a comissão adotou uma nova linha de trabalho, norteadas pelo que estava sendo ditado no cenário nacional.

Em vigor desde janeiro de 2014 e reformulado em agosto do mesmo ano, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa⁶, que tem como objetivo subsidiar os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação das organizações acadêmicas, trouxe em suas alterações a substituição das dez dimensões avaliativas por cinco eixos, sendo eles: eixo 1– Planejamento e Avaliação Institucional, que considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES. Incluindo também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios elaborados pela CPA do período que constituiu o objeto de avaliação; eixo 2 – Desenvolvimento Institucional, que contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES; eixo 3 – Políticas Acadêmicas, que abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES; eixo 4 – Políticas de Gestão, que compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES e eixo 5 – Infraestrutura Física, que

⁶ Instrumento de Avaliação Institucional Externa SINAES/CONAES/INEP/DAES: subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação das organizações acadêmicas (presencial), publicado em ago. 2014.

corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES. O instrumento também apresentou um novo índice para os conceitos. Pontuando-os conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 2 - Pontuação dos conceitos para avaliação externa das IES

| CONCEITO | DESCRIÇÃO |
|----------|---|
| 1 | Quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO EXISTE(M)/ NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS. |
| 2 | Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE. |
| 3 | Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE. |
| 4 | Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/MUITO BEM. |
| 5 | Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE. |

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional Externa. 2014

Assim, a avaliação das dimensões Assistência Estudantil e Infraestrutura, que encerraram o ciclo avaliativo 2013 – 2015, teve seus conceitos baseados no que passou a ser utilizado nas avaliações externas. Esse experimento foi bem aceito pela comunidade acadêmica, que assimilou positivamente a descrição feita a cada ponto avaliado e a relação com o conceito obtido. Os indicadores utilizados nesta etapa da pesquisa também foram balizados pelo referido instrumento, de forma a respaldar a necessidade de aplicação do questionário, evitando assim os questionamentos feitos na segunda etapa deste ciclo avaliativo com relação aos motivadores para formulação de questões específicas. Os indicadores foram separados em quantitativos (quando os dados a serem apresentados fossem de forma numérica), que originaram questões direcionadas às pró-reitorias e setores responsáveis, e indicadores qualitativos, que analisou dados de satisfação tendo como público alvo a comunidade acadêmica.

Em 2015, paralelo a conclusão do ciclo avaliativo em vigor, inicia-se a elaboração do segundo projeto de autoavaliação institucional considerando sua adequação às orientações previstas na Nota Técnica nº 065/2014⁷. Esta Nota Técnica estabelece o período de transição relativo ao ano de 2015, como sendo o

⁷ Nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014. Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, publicada em 09 out. 2014.

primeiro ano de um novo ciclo de autoavaliação. Assim, o Projeto de Autoavaliação Institucional passa a seguir as premissas propostas pelo SINAES, sendo a avaliação um instrumento de apoio à instituição para alcançar os objetivos e metas preconizados no PDI.

Considerando os eixos previstos na Lei do SINAES e expressos de acordo com a Nota Técnica nº 65/2014, e observando os objetivos presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional da Unipampa - PDI, que tem como vigência o período 2014 - 2018, elaboramos um quadro relacionando os eixos e as dimensões do SINAES com o referido planejamento institucional. Demonstrando que a proposta de desenvolvimento da Unipampa está em harmonia com as metas no Ministério da Educação.

Quadro 3 - Comparativo entre dimensões do PDI e do SINAES com relação aos eixos avaliativos.

| Eixo SINAES | Dimensões do PDI | Dimensões do SINAES |
|--|--|---|
| Planejamento e Avaliação Institucional | <ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento institucional | <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e Avaliação |
| Desenvolvimento Institucional | <ul style="list-style-type: none"> • Compromisso Social • Aperfeiçoamento | <ul style="list-style-type: none"> • Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional • Responsabilidade Social da Instituição |
| Políticas Acadêmicas | <ul style="list-style-type: none"> • Excelência Acadêmica • Compromisso Social | <ul style="list-style-type: none"> • Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão • Comunicação com a Sociedade Política de Atendimento aos discentes |
| Políticas de Gestão | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Humano • Compromisso social | <ul style="list-style-type: none"> • Políticas de Pessoal • Organização e Gestão da Instituição • Sustentabilidade Financeira |
| Infraestrutura Física | <ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento institucional | <ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura Física |

Fonte: Nota Técnica 65/2014 e PDI Unipampa 2014-2018.

Como pode se observar, as Dimensões do PDI entrecruzam com os eixos e dimensões do SINAES, elevando a necessidade de utilização de parâmetros avaliativos externos para a elaboração do processo de autoavaliação institucional.

A nota técnica 65/2014 regula o processo de autoavaliação em três ciclos, com início em 2016 e término em 2018. Sendo que do primeiro e segundo ciclos serão lançados relatórios parciais na plataforma e-MEC, já no terceiro ciclo será lançado o relatório integral, que contemplará as informações e ações desenvolvidas

pela CPA no ano de referência, bem como discutirá o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais. Devendo ainda prever um plano de ações de melhoria para a IES.

Encerrados os trabalhos do primeiro ciclo de autoavaliação da CPA Unipampa, com a aprovação do Relatório de Avaliação Institucional pelo Conselho Universitário e sua publicação ao final de 2015, finda-se um projeto de autoavaliação que não apresentou ao longo de seus três anos um parâmetro comparativo para os indicadores pesquisados.

No ano de 2016 a CPA Unipampa apresentou ao Ministério da Educação o seu novo Projeto de Avaliação Institucional Interna. Nesse mesmo ano desenvolveu e aplicou sua pesquisa quantitativa aos setores administrativos e a pesquisa qualitativa para a comunidade acadêmica, envolvendo docentes, alunos e técnicos administrativos. Essa pesquisa seguiu o recomendado pela nota técnica 65/2014, originando o primeiro relatório parcial do novo ciclo estipulado pela referida nota.

Essa nota técnica traz em seu texto a indicação de que a CPA deverá utilizar-se dos cinco eixos de Avaliação Externa do SINAIS para formular seus indicadores, relacionando os mesmos com os eixos previstos no PDI da IES. Porém, a mesma não deixa claro quais eixos deverão ser avaliados em cada etapa do ciclo avaliativo.

A seção do relatório destinada ao desenvolvimento deverá ser organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861, que institui o SINAES. (BRASIL, N.T. 65/2014 p. 03)

Considerando a necessidade apontada no ciclo avaliativo anterior, de possibilitar um parâmetro comparativo em curto espaço de tempo, a Comissão resolveu por contemplar os cinco eixos do SINAES nos dois primeiros anos do novo ciclo de autoavaliação. Para a formulação das perguntas a Comissão baseou-se nos indicadores para avaliação externa, constantes no Instrumento de Avaliação Institucional Externa/2014, bem como nas dimensões previstas no PDI que não estavam contempladas no referido instrumento. O resultado foi a formulação de 67 indicadores avaliativos ante os 51 previstos no Instrumento de avaliação externa.

Formulados os indicadores, a comissão separou quais comporiam a pesquisa quantitativa direcionada aos setores administrativos que poderiam suprir as informações demandadas e quais questões fariam parte da pesquisa qualitativa direcionada à comunidade acadêmica da Instituição. Sendo aplicada a referida pesquisa no mês de dezembro de 2016.

Entre 2013 e 2015 a CPA da Unipampa aplicou seu primeiro projeto de autoavaliação, nele eram previstas três etapas avaliativas, uma a cada ano, que abordavam duas dimensões distintas em cada etapa. Nesse período, o Ministério da Educação inicia uma crescente adequação das normas reguladoras para avaliação institucional externa. Bem como a criação de novas regulamentações para os processos de autoavaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), que reforçaram a ideia de um alinhamento institucional com o que estava sendo adotado pelo Ministério da Educação.

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) já havia definido em sua normativa que a autoavaliação “deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos.” (BRASIL, N.T. 65/2014 p. 02)

Fica claro com a nota técnica 65/2014, que os instrumentos de avaliação externa poderão servir como base para os trabalhos de autoavaliação, pois na sua introdução, ela descreve que “tal proposta baseia-se no Instrumento de Avaliação Institucional Externa Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria N° 92, de 31 de janeiro de 2014 [...]” (BRASIL, N.T. 65/2014 p. 02)

Buscando se aproximar do que versa a legislação federal, o atual projeto de autoavaliação Institucional da Unipampa contempla todos os indicadores propostos no instrumento de avaliação institucional externa do MEC, além de indicadores previstos no PDI da Unipampa. Sendo apresentado seu primeiro relatório parcial ao Ministério da Educação em março de 2017.

Essa sistemática de autoavaliação pareceu ter sido melhor aceita pela comunidade acadêmica e pelos integrantes da Comissão do que os instrumentos aplicados anteriormente. Pois a apreciação do relatório de autoavaliação 2016 no Conselho Universitário transcorreu normalmente, sem receber questionamentos quanto a sua forma.

A Avaliação institucional pode ser considerada parte do instrumento da gestão, pois está a serviço da gestão institucional que tem a missão de organizar, orientar e mobilizar esforços e recursos para o desenvolvimento do trabalho educacional. Esse instrumento integra o trabalho da gestão como parte de um dos três pilares: planejamento, monitoramento e avaliação. As práticas educacionais devem vir precedidas de profundo planejamento, pois o ambiente acadêmico não é

espaço aberto a experimentos. Para Luck (2012), o monitoramento dessas práticas faz com que a instituição educacional consiga antever possíveis consequências negativas no processo de formação acadêmica, possibilitando a correção de práticas que não estão sendo desenvolvidas da forma esperada. Mas é na avaliação que os resultados do ensino desenvolvido na IES aparece de forma mais clara. É nesse instrumento que o gestor consegue identificar a opinião de sua clientela, alunos e professores, a respeito de como está sendo desenvolvido o trabalho acadêmico na instituição.

A avaliação institucional contribui para o autoconhecimento da instituição, com ela a instituição terá respaldo científico para rever suas práticas acadêmicas, buscando a constante melhoria. Para isso ser possível, a equipe gestora precisa superar suas opiniões preconcebidas e abrir os olhos para o que não está resultando positivamente com relação ao que era esperado no plano de gestão.

4 AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL: REVISANDO A LITERATURA

Para entender como poderá ser estruturado o processo de autoavaliação para os cursos de uma Universidade Federal é preciso saber como está sendo tratado esse assunto à nível de País. Para tanto, foram delimitadas como referencial as pesquisas publicadas nos últimos cinco anos. Pois com esse espaço de tempo é possível ter acesso aos estudos mais recentes que abordam o assunto.

A pesquisa pela literatura existente no Brasil, que embasou o início deste trabalho, teve como ferramentas de consulta os portais de periódicos e de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o portal de pesquisa da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT), tendo como descritores para as pesquisas os termos “autoavaliação de curso de graduação e autoavaliação de curso.”

Cabe salientar que a pesquisa com os descritores nominados, nos últimos cinco anos, não apresentou significativo número de publicações sobre o tema. O que se observou é que foi entre os anos de 2004 e 2009 que um grande número de artigos e livros foram publicados explorando o tema autoavaliação e avaliação institucional. Esse acontecimento pode ser explicado pelo fato de ser nessa época

que o SINAES ganhou espaço no cenário nacional como sendo um novo processo de avaliação nas IES, substituindo o desprestigiado Exame Nacional de Cursos (ENC), que recebia críticas de grande parte da comunidade científica.

O provão foi um mecanismo de regulação estatal com critérios relacionados ao mercado, com o estabelecimento de rankings que estimulavam a concorrência entre as IES. Que em contrapartida causava polêmicas entre os estudantes, que criticavam a classificação das Universidades através das notas obtidas no exame. (BARREYRO; ROTHEN 2006).

Outra observação a ser feita na revisão da literatura é que, mesmo considerando as publicações anteriores ao ano de 2012, não foram identificados estudos que tratem especificamente do tema autoavaliação de cursos de graduação.

As publicações existentes aproximam-se da proposta desta pesquisa, mas não fazem alusão direta aos cursos. Elas tratam de avaliação institucional, interna ou externa. Mas deixam no limbo o tema referente a autoavaliação em cursos de graduação, da mesma forma que fez a legislação que implantou o SINAES.

Utilizando o descritor 'autoavaliação de cursos de graduação', foi feita uma primeira pesquisa no banco de dissertações e teses da Capes em janeiro de 2017, sendo desenvolvida uma busca refinada a partir do ano de 2012, tendo como grandes áreas de conhecimento as "ciências Humanas" e "ciências sociais aplicadas". Com relação as áreas de conhecimento, avaliação e concentração, foi selecionada a "educação". Com relação ao nome do programa, foram selecionados Educação, direito e administração. Dessa primeira busca não foram encontrados trabalhos relevantes com relação ao tema proposto nesta pesquisa.

Em um segundo momento foram feitas pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Com o descritor **autoavaliação de curso de graduação**, filtrado pelo título da obra; sendo localizada uma tese de doutorado que trata da "autoavaliação institucional e suas articulações com a reforma curricular de cursos de graduação". Com o descritor **autoavaliação de curso** foi localizada uma dissertação que estudou os "sentidos e significados do índice geral de cursos na regulação da qualidade da educação superior."

Retomando a pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes, foram utilizados os descritores **autoavaliação de cursos**, tendo como base para pesquisa os últimos cinco anos de publicações, com filtros de refinamento que consideraram como grande área de conhecimento as Ciências Sociais aplicadas e com foco em Instituições Públicas Federais, Obtendo 36 trabalhos, sendo que apenas duas

dissertações tratam do tema autoavaliação. Em pesquisa no portal de periódicos da Capes, com o descritor **autoavaliação de curso de graduação** foi encontrado um artigo que trata do tema referente a autoavaliação do ensino por alunos.

Os cinco trabalhos selecionados na revisão da literatura foram os que mais se aproximaram do tema proposto para esta pesquisa. Todos, com suas especificidades, mas que de alguma forma contribuem para o entendimento de como está sendo estudada a autoavaliação de cursos de graduação do Brasil.

A tese de doutorado, localizada no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e intitulada “Autoavaliação Institucional e suas articulações com a reformulação curricular de cursos de graduação”, foi apresentada no ano de 2016 ao programa de pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O estudo é voltado para a análise sobre o processo de autoavaliação institucional e suas articulações com a reformulação curricular dos projetos pedagógicos. Como o trabalho está voltado para o estudo da autoavaliação nas IES, não é feita abordagem direta aos cursos de graduação e seus processos avaliativos.

Mas o que se destaca no trabalho estudado, com relação a proposta desta pesquisa, é que o referido trabalho apresenta um importante referencial com relação aos processos de avaliação em larga escala e ao SINAES. Referenciando autores como José Dias Sobrinho, Denise Balarine Cavalheiro Leite, Licínio Lima e Marlis Morosini Polidori, que tratam especificamente de temas relacionados a processos de autoavaliação.

A dissertação de mestrado, que também foi encontrada no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, intitulada ‘Sentidos e significados do índice geral de cursos na regulação da qualidade da educação superior’, foi apresentada, no ano de 2013, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação. Compreendendo um estudo sobre o índice geral de cursos na regulação da qualidade da educação superior.

O trabalho, que tem como palavra-chave regulação da educação superior, trata-se de um estudo sobre o índice geral de cursos na regulação da qualidade da educação superior. Mas apresenta um bom estudo com relação aos conceitos sobre processos avaliativos e suas relações com políticas públicas. Que poderá ser

utilizado no início deste trabalho. Como ilustração aos conceitos de avaliação educacional.

Referenciando José Dias Sobrinho, a autora ratifica que a avaliação deve fazer parte do cotidiano escolar. Desde a educação básica até a superior. A boa avaliação deve trazer reflexão sobre os pontos analisados. Não deve ater-se somente em analisar números pontuais da instituição de ensino, mas considerar o cotidiano escolar como agente inter-relacionado ao processo.

A autora também referencia Isaura Belloni e José Ângelo Belloni como teóricos que abordam um sentido diferente para o real motivo da existência de avaliação universitária. Eles afirmam que o Estado assume postura de Estado avaliador, numa visão reguladora do estado sob o coletivo.

No Banco de Dissertações e Teses da CAPES foram localizadas duas dissertações que se aproximam do tema desta pesquisa. A primeira tem como título 'Proposta metodológica para análise dos resultados de avaliações dos cursos de graduação', e foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos, no ano de 2015.

O que destaca-se no estudo dessa dissertação é que a autora utilizou como referenciais para coleta dos dados referentes aos cursos de graduação as seguintes fontes: relatório da autoavaliação institucional, relatório das Comissões de Avaliação *in loco* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), oriundos dos processos regulatórios de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos graduação, e o Relatório de Curso do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Observou-se que a autora não utilizou como fonte de consulta algum resultado de autoavaliação de curso, supondo que é comum não existir instrumentos de autoavaliação de cursos nas IES.

Outro ponto que merece destaque na dissertação analisada é o referencial bibliográfico. Artigos de Gladys Beatriz Barreyro e livros de José Dias Sobrinho fazem parte da bibliografia, que tratam de temas como avaliação democrática no ensino superior.

A segunda dissertação de mestrado encontrada no Banco de Dissertações e Teses da Capes intitula-se "a contribuição dos critérios de excelência na gestão de cursos de graduação: um estudo de caso", que foi apresentada ao Curso de

Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas do Programa de Pós-Graduação em Administração, na Área de Concentração Sistemas de Gestão e Estruturas, da Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2015.

A dissertação traz em suas referências algumas obras de José Dias Sobrinho. Mas tem como essência a abordagem voltada para a área de administração, explorando pouco a pesquisa em educação.

Em suas conclusões, o autor considera que para uma autoavaliação assumir seu compromisso com a excelência de determinado curso de graduação é necessário a existência de uma liderança para o processo, que atue de forma aberta, democrática, inspiradora e motivadora das pessoas, visando ao desenvolvimento ininterrupto da cultura da excelência, à promoção de relações de qualidade e à proteção dos interesses das partes envolvidas.

O artigo localizado no Portal de Periódicos da CAPES, com o título “Avaliação do ensino por alunos”, foi publicado na revista *Iberoamericana de Evaluación Educativa* em 2016. E mesmo não trazendo no título o termo autoavaliação, foi possível localizar o referido artigo por meio da palavra-chave autoavaliação de curso de graduação, pois em seu texto, os autores referenciam artigos de Léa Depresbiteris, que tratam do tema. Bem como artigos de José Dias Sobrinho, que também exploram a temática da avaliação como políticas educacionais.

Esse artigo reforça a ideia de que não ha um consenso sobre como deve ser feita avaliação interna nos cursos de graduação. Para os autores, o instrumento que avalia um curso deve ser direcionado apenas ao corpo discente do referido curso, que responderão aos questionamentos da avaliação e serão os responsáveis pela definição do índice de satisfação do curso avaliado. Os autores afirmam que não há uma tradição de avaliação formal do ensino e da docência. E definem que o ponto principal a ser avaliado em um curso de graduação é a experiência acadêmica dos docentes.

Quadro 4 - Mapa de produções referentes à temática da pesquisa.

| Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações | | |
|--|--------------------------|---|
| Descritor | Tipo de Texto | Assunto |
| Autoavaliação de curso de graduação | Tese de doutorado (2016) | Autoavaliação institucional e suas articulações com a reforma curricular de cursos de graduação |
| Autoavaliação de curso | Dissertação (2013) | Estudo com relação aos conceitos sobre processos avaliativos e suas relações com políticas públicas |
| Banco de Teses e Dissertações da Capes | | |
| Descritor | Tipo de Texto | Assunto |
| Autoavaliação de cursos | Dissertação 1 (2015) | Proposta metodológica para análise dos resultados de avaliações dos cursos de graduação |
| Autoavaliação de cursos | Dissertação 2 (2015) | A contribuição dos critérios de excelência na gestão de cursos de graduação |
| Portal de periódicos da Capes | | |
| Descritor | Tipo de Texto | Assunto |
| Autoavaliação de curso de graduação | Artigo Quális B1 (2016) | Autoavaliação do ensino por alunos |

Fonte: Levantamento feito pelo autor.

4.1 DESAFIOS PARA IMPLEMENTAR A AUTOAVALIAÇÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO PAÍS

Em um curso de graduação, a avaliação tem como foco o seu projeto político e pedagógico, analisando a implementação deste e seu reflexo no funcionamento do curso. O resultado de uma avaliação “permite a correção de rumos e processos, a partir da identificação de sucessos e falhas, de forma que os resultados desejados sejam alcançados com maior eficiência e aptidão.” (PICCOLI, SOUZA e DALBON, 2007, p23)

A não obrigatoriedade de existência dos instrumentos de autoavaliação nos cursos de graduação pela lei do SINAES pode ser notada claramente quando, em seu texto, a referida lei traz a tona a necessidade de criação das CPA, que terão como atribuição desenvolverem instrumentos de autoavaliação institucionais. Nota-se, por tanto, que a autoavaliação institucional ganha destaque entre as ferramentas avaliativas em vigor, mas tem como seu foco a IES em seu todo.

É possível que, ao avaliar internamente uma Instituição, sua Comissão também atente para aspectos específicos dos cursos existentes na referida IES.

Mas essa não é uma regra a ser seguida, pois o SINAES não expressa a avaliação dos cursos de graduação como sendo atribuição das CPAs.

Para o Banco Mundial (1995, p. 78), no documento intitulado *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, o principal fator determinante para o desenvolvimento acadêmico está condicionado a criar nas IES a capacidade de avaliar e vigiar a qualidade de seus processos de ensino. Esse mesmo documento faz alusão a importância de existirem os mecanismos institucionais de autoavaliação. Que são considerados fundamentais para promoverem um sentido de verdadeira responsabilidade institucional.

Em vários países, as universidades examinam periodicamente o trabalho realizado com objetivo de julgar, entre outras coisas, a qualidade e a pertinência dos programas, a eficiência interna e a necessidade de financiamentos. (BANCO MUNDIAL, 1995, p 78,79. Traduzido pelo autor)

Parece que os legisladores já notaram a lacuna deixada com relação à criação de instrumentos específicos para autoavaliação dos cursos de graduação. Pois no volume 5 do periódico que trata do SINAES, os pesquisadores do INEP expõem que “[...] a avaliação interna ganha destaque na avaliação institucional por ter como foco a IES como um todo, mas é imprescindível que ela contemple os cursos.” (INEP, 2015, V. 5, p. 34).

Os cursos também precisam ter seus instrumentos de autoavaliação. Podendo estes serem desenvolvidos a partir das discussões feitas nos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e nas comissões dos cursos. O SINAES não inclui como atribuição das CPAs a aplicação de autoavaliação nos cursos, mas essa falha legislativa não impede a referida comissão de contribuir com os processos de autoavaliação dos cursos de graduação. Talvez seja essa lacuna na lei do SINAES que contribui para a não execução dos referidos processos.

Já no ano de 2002, antes mesmo da implantação do SINAES e de se cogitar a institucionalização da autoavaliação nas IES, alguns pesquisadores já defendiam que, baseados na pesquisa pedagógica, os professores do ensino superior precisavam dedicar parte de seus trabalhos para investigar suas próprias práticas, seria o início do que hoje descreve-se como autoavaliação. Segundo apontado por Pimenta e Anastasiou (2002, p. 190), as exigências da legislação brasileira com relação à qualificação dos professores para o ensino superior, faz com que sua

grande maioria seja de profissionais com conhecimento de pesquisa, facilitando o desenvolvimento de algum tipo de trabalho que analise suas práticas acadêmicas.

No entanto, para as autoras, desenvolver um trabalho de pesquisa que tenha como foco as práticas docentes não é uma tarefa fácil. Principalmente quando os resultados encontrados não condizem com os esperados. Cabendo ao pesquisador a tarefa de direcionar seus colegas no sentido de reverem suas ações docentes.

Tomar decisões sobre as ações docentes em equipe é posicionar-se, deixar-se conhecer profissionalmente, substituir formas inicialmente pensadas por outras, definidas pelo coletivo. Exige flexibilidade para atuar e alterar formas de ação. Exige saber ouvir, ponderar, decidir. (PIMENTA e ANASTASIOU 2002, p. 193)

Os dados levantados por esta pesquisa inicial sinalizam que a cultura da autoavaliação dos cursos de graduação não está implantada na Unipampa, mais especificamente no Campus de Santana do Livramento. A aplicabilidade desses instrumentos avaliativos se quer é exigida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que regula o credenciamento e funcionamento das IES e de seus cursos.

Para Tavares (2014, p. 95), desde a década de 1990 na América Latina, já se pensava em desenvolver sistemas avaliativos para o ensino superior que tivessem como objetivo identificar nas IES as fragilidades que deveriam ser enfrentadas e as potencialidades a serem fortalecidas. Nesse contexto, a autora destaca a importância da autoavaliação para desenvolver a formação e o autoconhecimento das instituições. Fortalecendo a perspectiva da emancipação dessas IES com relação ao controle do estado.

A escassez de bibliografias que descrevam como deve ser um instrumento para autoavaliação de cursos de graduação, e a lacuna deixada pela legislação vigente com relação a esta etapa avaliativa, levam alguns pesquisadores a defenderem a utilização de instrumentos de avaliação externa como ferramentas possíveis de serem utilizadas para autoavaliação desses cursos.

Tumolo (2010, p. 3) afirma que dois dos instrumentos de avaliação constantes no ENADE podem servir ao diagnóstico autoavaliativo dos cursos de Graduação. A autora discorre sobre o questionário do estudante e o questionário do Coordenador do curso, caracterizando ambos como sendo partes que subsidiam a autoavaliação do curso.

O questionário do estudante é o instrumento que objetiva traçar o perfil dos estudantes, ingressantes e concluintes, dos cursos de graduação do País; conhecer a opinião dos estudantes sobre o ambiente acadêmico em que realizam a sua formação e consolidar informações para promover a melhoria das condições de ensino e dos procedimentos didático-pedagógicos. O questionário do Coordenador tem o objetivo de reunir informações que contribuam para a definição do perfil do curso. Ele possibilita investigar a percepção do coordenador sobre aspectos pedagógicos e estruturais do curso. (TUMOLO, 2010, p. 3)

Como o ENADE é composto por esses dois indicadores e mais a prova aplicada ao aluno, e esta última representará 100% da nota do aluno, a autora não visualizou o caráter avaliativo externo dos dois primeiros instrumentos. Mesmo descrevendo que “os resultados do questionário do estudante geram diretamente 10% do Conceito Preliminar do Curso (CPC)” (TUMOLO, 2010, p. 4). Assim, ela incorpora ao ENADE a característica de ser um “processo de autoconhecimento e de autoavaliação para os cursos de graduação” (TUMOLO, 2010, p. 1).

4.1.1 Avaliação externa e sua inter-relação com a necessidade de autoavaliar os cursos de graduação

De acordo com o que versa o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, o processo avaliativo educacional tem entre seus objetivos a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta. Para atender a esses objetivos, a constante avaliação das instituições de ensino superior assume importante papel.

O SINAES regulou a avaliação da educação superior no País por meio da avaliação de Instituições de Ensino Superior, de cursos e do desempenho dos estudantes. Tais avaliações são de responsabilidade da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Os cursos de todas as organizações acadêmicas submetem-se aos atos regulatórios de reconhecimento e de renovação de reconhecimento, este, por sua vez, está atrelado ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), cujo resultado satisfatório dispensa a visita. A avaliação de cursos de graduação é organizada com base em três dimensões: organização didático-pedagógica; corpo docente e tutorial; e infraestrutura. (INEP, 2015 V. 5, p. 34)

O primeiro instrumento de avaliação de cursos entrou em vigor o ano de 2010. A partir disso, o Inep vem constantemente reformulando esses instrumentos

de avaliação. O referido instrumento já passou por, pelo menos, duas atualizações significativas, sendo a primeira em 2012 e as mais recentes realizadas em 2015 e 2016 e 2017. No entanto, esse último instrumento ainda não está sendo aplicado.

As avaliações de cursos feitas pelo Inep têm como meta atender dois objetivos gerais, sendo eles: autorização ou credenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Nesse processo de avaliação dos cursos de graduação, o Inep também desenvolve a avaliação do desempenho discente. Para a autorização ou credenciamento de cursos, o foco da avaliação está no projeto do curso, apurando o que é pretendido pela IES. Já nos atos de reconhecimento, renovação de reconhecimento e recredenciamento é avaliado o projeto implementado.

São três as dimensões a serem avaliadas nos cursos de graduação: a primeira refere-se a dimensão da organização didático pedagógica, que avaliará como se desenvolve o projeto político pedagógico do curso; a segunda dimensão refere-se ao perfil docente, analisando os perfis dos profissionais que integram o corpo docente do referido curso, além do perfil dos discentes; a última dimensão é a que analisa as condições das dependências físicas do curso, analisando onde acontece o processo de ensino. Para essas três dimensões são criados indicadores que nortearão suas avaliações.

A escala de conceitos para avaliação dos cursos de graduação segue a mesma tabela de pontuação adotada pelo SINAES nas avaliações institucionais, recebendo o conceito 1 aquele indicador que não existir no curso. Essa metodologia de pontuação torna mais clara a interpretação dos conceitos mais baixos, já que ao conceituar um indicador com 2, significará dizer que o mesmo é insuficiente, diferenciando-o de quando o mesmo não existir. A partir do conceito 3 é que um indicador passa a ser considerado suficiente, podendo ser classificado como muito bom quando receber conceito 4 e chegar até sua excelência quando atingir o conceito 5.

Cabe lembrar que os pesos para cada dimensão mudam de acordo como o ato regulatório. Quando o MEC está desenvolvendo o processo de autorização de um curso de graduação, a dimensão que recebe maior peso avaliativo é a que refere-se à infraestrutura, já nos processos de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, a maior pontuação está voltada para a organização didático pedagógica. Isso é justificado pois é nessa etapa que está se desenvolvendo o

projeto pedagógico do curso em avaliação. Essa avaliação do projeto pedagógico é feita com base no PDI da IES, devendo estar os dois documentos em consonância um com o outro.

A partir da etapa de autorização, a instituição precisa focar seus esforços no trabalho acadêmico. A preocupação do avaliador deixa de ser nas instalações físicas que asseguram a implantação do curso, e passa para a preocupação em atingir sua excelência acadêmica, tanto com relação ao corpo docente, como com o projeto político pedagógico do curso.

Muitas vezes são observados que projetos autorizados e credenciados com notas máximas nem sempre são concretizados pelas instituições proponentes. Isso ocorre porque provavelmente o que foi pensado não condiz com a realidade financeira ou acadêmica da instituição.

Quadro 5 - Pesos das avaliações por dimensão:

| Dimensões | Atos Regulatórios / Pesos | |
|-----------------------------------|---------------------------|---|
| | Autorização de Cursos | Reconhecimento, renovação de reconhecimento de cursos |
| Organização Didático - Pedagógica | 30 | 40 |
| Corpo Docente | 30 | 30 |
| Infraestrutura | 40 | 30 |

Fonte: Diretoria de Avaliação da Educação - DAES/INEP 2015.

Conforme pode ser observado nos índices apresentados pelo Censo da Educação Superior, entre 2013 e 2015 (quadro 6), bem como no comparativo de avaliações *in loco* realizadas entre 2012 até o mês de maio de 2015 (gráfico 1), segundo dados apresentados pela Diretoria de Avaliação da Educação, de um total de mais de 32.000 cursos de graduação regularmente cadastrados no país, menos da metade desses cursos foram objeto de avaliação externa.

Entretanto, com a possibilidade das próximas avaliações externas nos cursos de graduação, na modalidade visita *in loco*, ficarem condicionadas à obtenção de nota baixa no Conceito Preliminar de Curso (CPC), os cursos que obtiverem pontuação suficiente no CPC não serão contemplados com essa etapa avaliativa do SINAES. Refletindo assim, a diminuição ainda maior das avaliações externas presenciais, o que reforça a necessidade das instituições criarem seus próprios mecanismos de avaliação dos cursos para que consigam projetar seus índices de

satisfação sem a necessidade de dependência das avaliações externas *in loco* feitas pelo INEP.

Segundo o Inep (2015, V. 5, p. 23), são atribuídos para o CPC⁸ os conceitos que vão de 1 até 5. Dessa forma, os cursos que obtiverem CPC 3, 4 ou 5 têm a prerrogativa de dispensar a visita dos avaliadores. Nesse caso, o conceito preliminar automaticamente passa a ser o Conceito do Curso (CC).

O mesmo texto diz que os cursos que obtiverem CPC 1 ou 2 devem obrigatoriamente solicitar a avaliação *in loco* para que recebam um novo conceito, que poderá ser igual, maior ou menor que o CPC.

O quadro 6 expõe o número total de matrículas feitas no ano de 2015, conforme levantamento do censo da Educação Superior. A planilha também subdivide essas matrículas nas respectivas IES, demonstrando que o maior número de matriculados em graduação estão nas Universidades, representando quase o dobro das matrículas em faculdades, que ocupam o segundo lugar em adesão.

Porém, se analisados sob a ótica da proporcionalidade real, considerando o número de Universidades existentes, o quantitativo de alunos matriculados nos cursos destas instituições dispara com relação às outras IES.

Quadro 6 - Número de IES e de Matrículas de Graduação, por Organização Acadêmica até 2015:

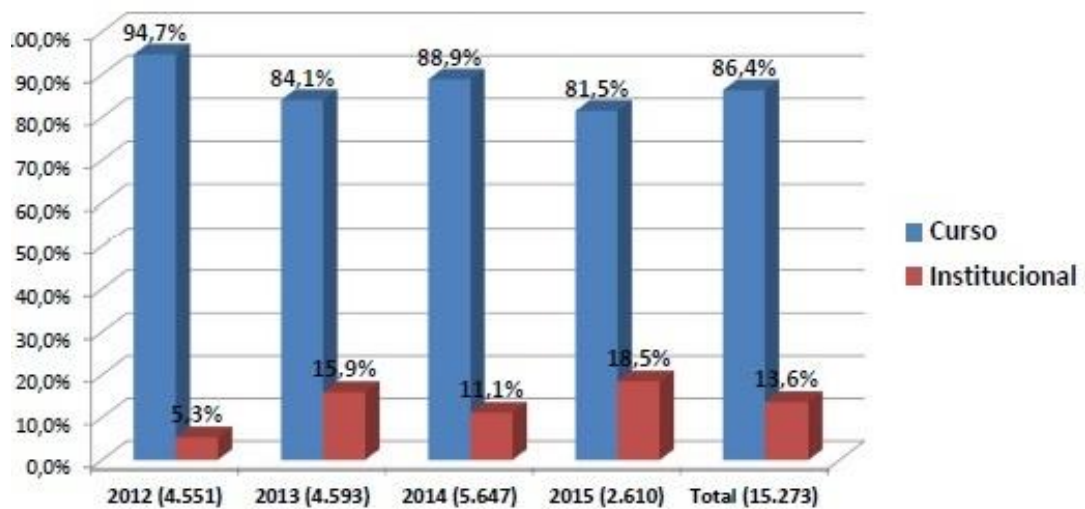
| Organização Acadêmica | Instituições | | Matrículas (em um total de 32.049 Cursos de Graduação) | |
|-------------------------------|--------------|--------------|---|--------------|
| | Número | % | Número | % |
| Universidades | 195 | 8,20 % | 3.898.880 | 53,40 % |
| Centros Universitários | 140 | 5,90 % | 1.154.863 | 15,80 % |
| Faculdades | 2.016 | 84,30 % | 2.131.827 | 29,20 % |
| IFs e CEFETs | 40 | 1,70 % | 120.407 | 1,60 % |
| Total | 2.391 | 100 % | 7.305.977 | 100 % |

Fonte: Censo da Educação Superior 2013 - INEP - atualizado em 07/05/2015 (GRIBOSKI, 2015, p. 1)

⁸ O CPC, criado pela Portaria Normativa MEC nº 4, de 5 de agosto de 2008 e ratificado na Portaria nº 40/2007, editada em 2010, consubstancia os resultados do ENADE e complementa o diagnóstico inicialmente traçado por meio do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Na composição desse índice, são agregados outros componentes à avaliação, tais como infraestrutura e corpo docente. Além disso, por meio do questionário do estudante, reúnem-se dados sobre infraestrutura, instalações físicas e recursos didático-pedagógicos oferecidos pelo curso. Outro insumo na composição do CPC é coletado no cadastro docente e se refere à titulação e ao regime de trabalho. (INEP, 2015 V. 5, p. 23)

Já os dados apresentados no gráfico seguinte, mesmo com oscilação nos índices analisados, demonstram que desde o ano de 2012 o número de cursos de graduação que passaram por avaliação externa *in loco* não atingiu a metade do total de cursos existentes no País. No entanto, as IES avaliadas somaram 2.077 instituições de um total de 2.391 existentes.

Gráfico 1 - Comparativo de avaliações *in loco* realizadas de 2012 a Maio/2015



Fonte: Diretoria de Avaliação da Educação - DAES/INEP 2015. (GRIBOSKI, 2015, p. 19)

Até o ano de 2015 quando os dados foram pesquisados, somavam-se 13.196 cursos de graduação que passaram por avaliação externa, de um total de 32.049 cursos existentes. Com esses dados é visível a necessidade de que os cursos de graduação desenvolvam seus processos de autoavaliação, pois muitos desses cursos não podem contar com um instrumento externo de avaliação.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, explicaremos a abordagem metodológica que foi utilizada para encontrar respostas que auxiliaram na conclusão desta pesquisa. Partimos da delimitação do problema para definirmos a metodologia que foi utilizada e como transcorrer o trabalho investigativo.

Com relação ao objetivo da metodologia da pesquisa, Ghedin e Franco (2011) defendem que:

A metodologia deve constantemente proporcionar bases científicas das relações estabelecidas entre o ato de pesquisar e as novas compreensões que vão surgindo do diálogo do pesquisador com o mundo. A metodologia é também a organização do pensamento reflexivo-investigativo durante todo o processo da pesquisa. (GHEDIN e FRANCO, 2011, Pg. 108)

5.1 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no Campus de Santana do Livramento, da Universidade Federal do Pampa, tendo como objeto de estudo o curso de Administração.

Justifica-se a escolha deste curso como objeto de estudo pelo fato de ser um dos primeiros cursos criados na instituição, e por ser o que mais forma acadêmicos, entre os dez campi da IES estudada. O curso de administração do Campus de Santana do Livramento também é o que disponibiliza mais vagas a cada semestre letivo, num total de cem vagas, divididas entre 50 no turno da manhã e 50 no turno da noite. Esse curso foi o primeiro implantado no referido Campus, e atualmente não tem uma política de autoavaliação.

Devido à impossibilidade de pesquisar a realidade de todos os cursos de graduação da IES, foi definido esse curso como foco da investigação, ancorado pela hipótese apontada por Andriola (2005) de que quando houver a mobilização dos agentes acadêmicos responsáveis por um curso qualquer, isso afetará positivamente os cursos circunvizinhos, que contaminarão as esferas superiores, tais como os departamentos acadêmicos, as pró-reitorias e até mesmo a Reitoria e os demais campi da IES.

5.1.1 A Universidade Federal do Pampa e o Campus de Santana do Livramento⁹

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, e fruto da política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Conforme descrito no seu PDI, sua responsabilidade é de contribuir com desenvolvimento da região da fronteira oeste

⁹ Dados coletados do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Unipampa. Publicado em 2014 com vigência até 2018.

do Rio Grande do Sul, melhorando o acesso à educação superior nessa parte do estado.

Sua implantação também teve como objetivo contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina. O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nessa região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel. Ficando sob responsabilidade da UFPel os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento.

As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da IES, sendo estes: Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); Campus Caçapava do Sul: Geofísica; Campus Dom Pedrito: Zootecnia; Campus Itaqui: Agronomia; Campus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); Campus Santana do Livramento: Administração; Campus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; Campus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação. Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos

campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM.

Figura 1 - Mapa com a localização dos Campi da Unipampa



Fonte: Acervo digital da universidade

Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os campi. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com

lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º: A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação. Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa.

No esforço de ampliar as ações da Universidade, em face de seu compromisso com a região onde está inserida, foram criados, nos últimos anos, mais 31 cursos, sendo estes: Engenharia Mecânica, Engenharia Agrícola, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações no Campus Alegrete; Licenciatura em Música no Campus Bagé; Licenciatura em Ciências Exatas, Curso Superior de Tecnologia em Mineração, Geologia e Engenharia Ambiental e Sanitária no Campus Caçapava do Sul; Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios, Licenciatura em Ciências da Natureza e Bacharelado em Enologia no Campus Dom Pedrito; Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia de Agrimensura e Matemática no Campus Itaqui; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, Licenciatura em História e Produção e Política Cultural no Campus Jaguarão; Relações Internacionais, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Ciências Econômicas no Campus de Santana do Livramento; Ciências Sociais – Ciência Política, Relações Públicas e Licenciatura em Ciências Humanas no Campus São Borja; Biotecnologia, Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas no Campus São Gabriel; Medicina Veterinária, Licenciatura em Educação Física, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura e Licenciatura em Ciências da Natureza no Campus Uruguaiana. A oferta desses cursos contemplou, também, o turno da noite em todos os campi, contribuindo para a ampliação do acesso ao Ensino Superior e a expansão deste nível de ensino na região de abrangência da Universidade.

Com relação ao número de matrículas no ensino de graduação, passou-se de 1.527 alunos no ano de 2006, para 9.080 no ano de 2012. Da mesma forma com relação ao ensino de pós-graduação, que ampliou de 50 alunos matriculados no ano de 2008 para 315 no ano de 2012. Também são relevantes os números relacionados ao corpo de servidores docentes e técnico-administrativos em educação. Em 2008, havia 237 professores e 148 técnicos. Até o final de 2013, havia 675 docentes, sendo 61,63% doutores e 34,96% mestres, e, 659 técnico-administrativos.

Figura 2 - Imagem do Campus de Santana do Livramento.



Fonte: Jornal Folha do Sul. Ano 7. Nº 2185. Bagé, 2015.

Atualmente, o Campus de Santana do Livramento, que será alvo desta pesquisa, conta com cinco cursos de graduação, sendo eles: Administração, Relações Internacionais, Ciências Econômicas, Tecnólogo em Gestão Pública e Direito, que teve o início de suas atividades no segundo semestre de 2015.

Nesse Campus, um fator que o difere dos demais campi é a característica de todos os cursos de graduação serem bacharelados. O corpo docente desses cinco cursos caracteriza-se por profissionais com formação específica em suas áreas, mas carecendo de formação didática e pedagógica.

Outra observação feita no Campus de Santana do Livramento é que os cursos de graduação não possuem um programa de autoavaliação. A Comissão

Própria de Avaliação formulou uma proposta superficial de autoavaliação de curso para a instituição, mas além dessa proposta não ter sido aperfeiçoada pelos cursos, se quer é aplicada pelos mesmos. As coordenações dos cursos preocupam-se com um programa de avaliação docente, de responsabilidade da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), direcionado aos alunos de graduação, pois é exigência legal para a progressão dos docentes em suas carreiras.

5.1.1.1 O plano de desenvolvimento institucional da Unipampa – PDI 2014-2018

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pampa, aprovado pelo Conselho Universitário em fevereiro de 2014, apresenta uma proposta de trabalho para o período de 2014 - 2018. O documento foi elaborado ao longo de 2013, sendo desenvolvido de forma participativa com a comunidade acadêmica. É a partir desse planejamento plurianual que estão pautas as práticas da gestão, educadores, técnico-administrativos e discentes empenhados em contribuir para que a UNIPAMPA cumpra a missão para a qual foi criada:

Promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional. (UNIPAMPA, 2014, p. 4)

O referido PDI propõe o fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão; focados na inovação, no desenvolvimento sustentável, na interdisciplinaridade e na manutenção e ampliação dos laboratórios de ensino. O documento aponta como metas para o ensino promover e desenvolver atividades Integrativas de ensino, pesquisa e extensão, apoiar a integração entre cursos e dos cursos com a comunidade, garantir o atendimento educacional especializado transversalizado no ensino, na pesquisa e na extensão, construir a internacionalização como política institucional, perpassando todos os níveis de atuação através da cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais para ampliação do programa de mobilidade de toda a comunidade acadêmica e a Implementação de uma Política Linguística em nível institucional, incluindo o aperfeiçoamento do corpo discente, docente e técnico-administrativo para favorecer a inserção internacional.

Em seu planejamento estratégico, conforme descrito no PDI em vigor, a Unipampa tem como objetivo primeiro o aperfeiçoamento do ensino de graduação, tendo como principal iniciativa a busca pela excelência nas Unidades Acadêmicas,

pela qualidade dos cursos de graduação e pela melhoria dos índices de avaliação externa e autoavaliação. Tendo como indicadores avaliativos os percentuais de crescimento por ano dos indicadores de avaliação dos cursos, segundo as dimensões: didático-pedagógica, corpo docente, recursos e infraestrutura, desempenho discente. (UNIPAMPA, 2014, p 92)

A autoavaliação, em consonância com o PDI da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Pois as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

5.1.1.2 Caracterizando o Curso de administração da Unipampa

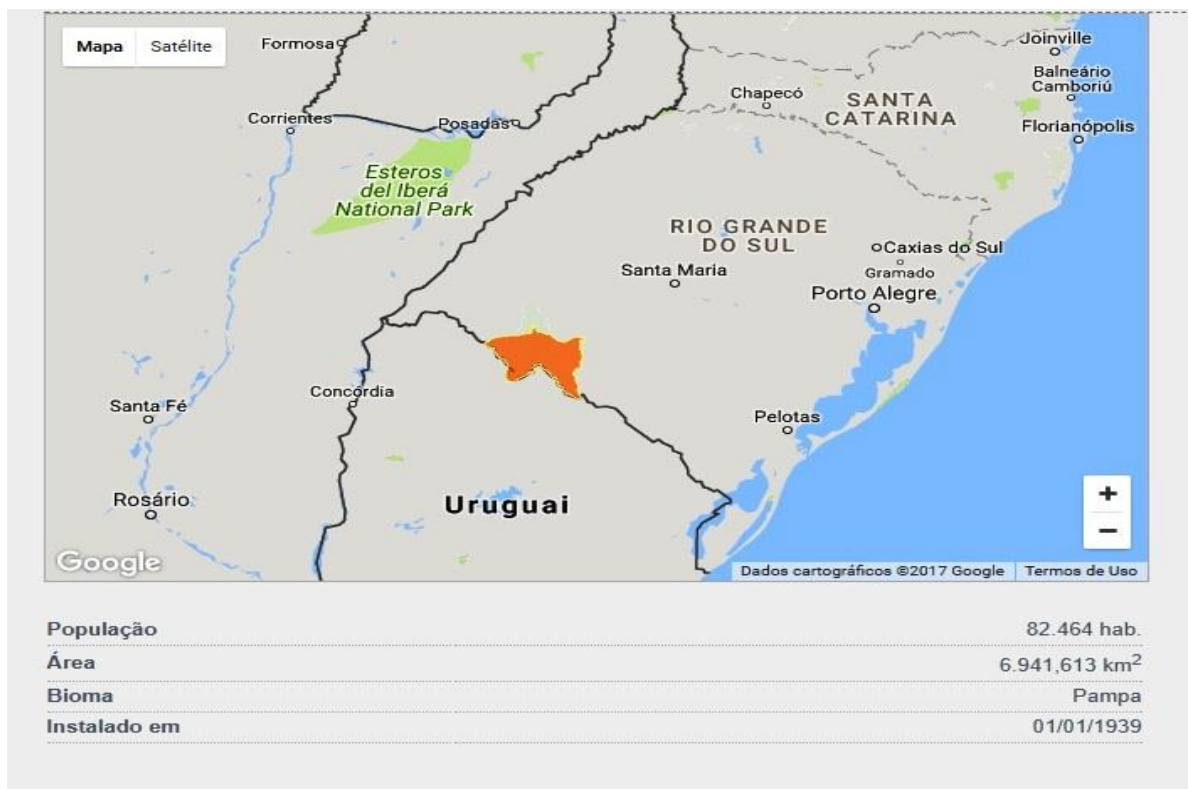
Segundo descrito em seu novo Projeto Pedagógico, o Curso de Graduação em Administração, modalidade Bacharelado, do campus de Santana do Livramento, da Universidade Federal do Pampa, foi o primeiro curso a ser implantado no referido Campus. O Curso possui duração de quatro anos e meio, divididos em nove semestres agrupados de forma interdisciplinar, possibilitando uma formação diferenciada, se comparada ao que se apresenta tradicionalmente nos cursos de Administração. Além do ensino de qualidade, o curso prevê contribuir para o desenvolvimento da pesquisa e da produção intelectual, bem como das práticas extensionistas, com foco em um futuro administrador que saberá interagir com o ambiente de forma a buscar o desenvolvimento.

Por estar presente na cidade de Santana do Livramento, que é uma cidade limítrofe a Rivera – Uruguai, o curso prevê em seu PPC as peculiaridades desse contexto, com possibilidade de internacionalização, ofertando a cada semestre letivo quatro vagas para alunos considerados fronteiriços, que são aqueles de nacionalidade uruguaia, mas que estão providenciando nacionalidade brasileira. Entre essas vagas, duas são para o curso de administração diurno e outras duas para o curso noturno. Cabe ressaltar que ambos os cursos, atualmente, seguem o mesmo PPC. Fato que não ocorreu quando da criação do curso noturno.

A oferta total de vagas anual é de 100 (cem) vagas, sendo 50 (cinquenta) para o curso diurno, que inicia suas atividades no primeiro semestre do ano corrente, e 50 (cinquenta) vagas para curso noturno, que tem suas atividades iniciadas no segundo semestre letivo do ano.

A cidade de Santana do Livramento, onde se encontra o curso de Administração da Unipampa, situa-se na fronteira Brasil/Uruguai. O município tem como limites geográficos, as cidades de Rosário do Sul, ao norte; Bagé e Dom Pedrito, a leste; Quaraí, a oeste; e ao sul a cidade de Rivera, capital do Departamento de Rivera, da República Oriental do Uruguai.

Figura 3 - Localização geográfica da cidade de Santana do Livramento



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

As atividades acadêmicas no Campus de Santana do Livramento iniciaram em outubro de 2006, com 7 docentes, 11 servidores técnicos administrativos e 100 alunos, tendo o Curso de Administração como seu primeiro curso de graduação. Atualmente, conta com um corpo docente formado por 67 docentes, sendo 35 doutores e 19 mestres com dedicação exclusiva, e 13 substitutos. O corpo técnico administrativo em educação constitui-se de 31 servidores, sendo 14 de nível médio e

17 de nível superior. No primeiro semestre de 2017, o Campus computava 1093 acadêmicos matriculados em cinco cursos de graduação e um de pós-graduação *stricto sensu*, segundo dados disponibilizados pela secretaria acadêmica do Campus.

o campus Santana do Livramento da UNIPAMPA tem um papel fundamental no aperfeiçoamento de profissionais do ensino superior, visando a formação de mão de obra qualificada para o mundo do trabalho e despertando os estudantes para o empreendedorismo. O curso de graduação em Administração tem um impacto significativo na região, sendo que já formou mais de 150 estudantes, beneficiando não só a cidade, mas também toda a metade sul do estado do Rio Grande do Sul. O curso contribui para a formação qualificada dos discentes, por meio de estudos, pesquisas e extensão. (PPC, 2016. P. 19)

Em sua Gestão Acadêmica, o Curso de Administração conta com coordenação e secretaria de curso, e está organizado com base em duas grandes comissões que tratam de seu funcionamento. Uma delas é a comissão de curso que tem suas atribuições definidas institucionalmente pela Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010, no seu art. 97, que é viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas. Outra comissão instituída no curso de Administração é o Núcleo Docente Estruturante (NDE), que tem sua finalidade definida pela Portaria MEC nº 147, de 02/02/2007 e Parecer CONAES nº 4, de 17/06/2010, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção de um curso de graduação.

O Curso de Administração confere ao seu formando o título de Bacharel em Administração. O modo de entrada até o ano de 2009 era o vestibular, que era organizado pela CESPE – UNB. Este procedimento foi adotado em todas as edições até a mudança no ano de 2010, que passou a adotar exclusivamente a nota do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM.

Quadro 7 - Estrutura Curricular do Curso de Administração da Unipampa.

| Estrutura do Currículo | Carga Horária Teórica | Carga Horária Prática |
|--|------------------------------|------------------------------|
| Formação Básica | 540 | - |
| Formação Profissional | 1290 | 270 |
| Formação Quantitativa Tecnológica | 240 | - |
| Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) | 480 | - |
| Atividades Complementares de Graduação | 240 | - |
| TOTAL | 2790 | 270 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO | 3060 | |

Fonte: PPC 2016 do Curso de Administração da Unipampa.

5.2 PROBLEMA

Para Gil (2008, p. 33) um problema é “qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento.”

O **problema** desta pesquisa refere-se a que conjunto de diretrizes podem ser indicadas para o desenvolvimento de processos de autoavaliação de curso de graduação na Unipampa?

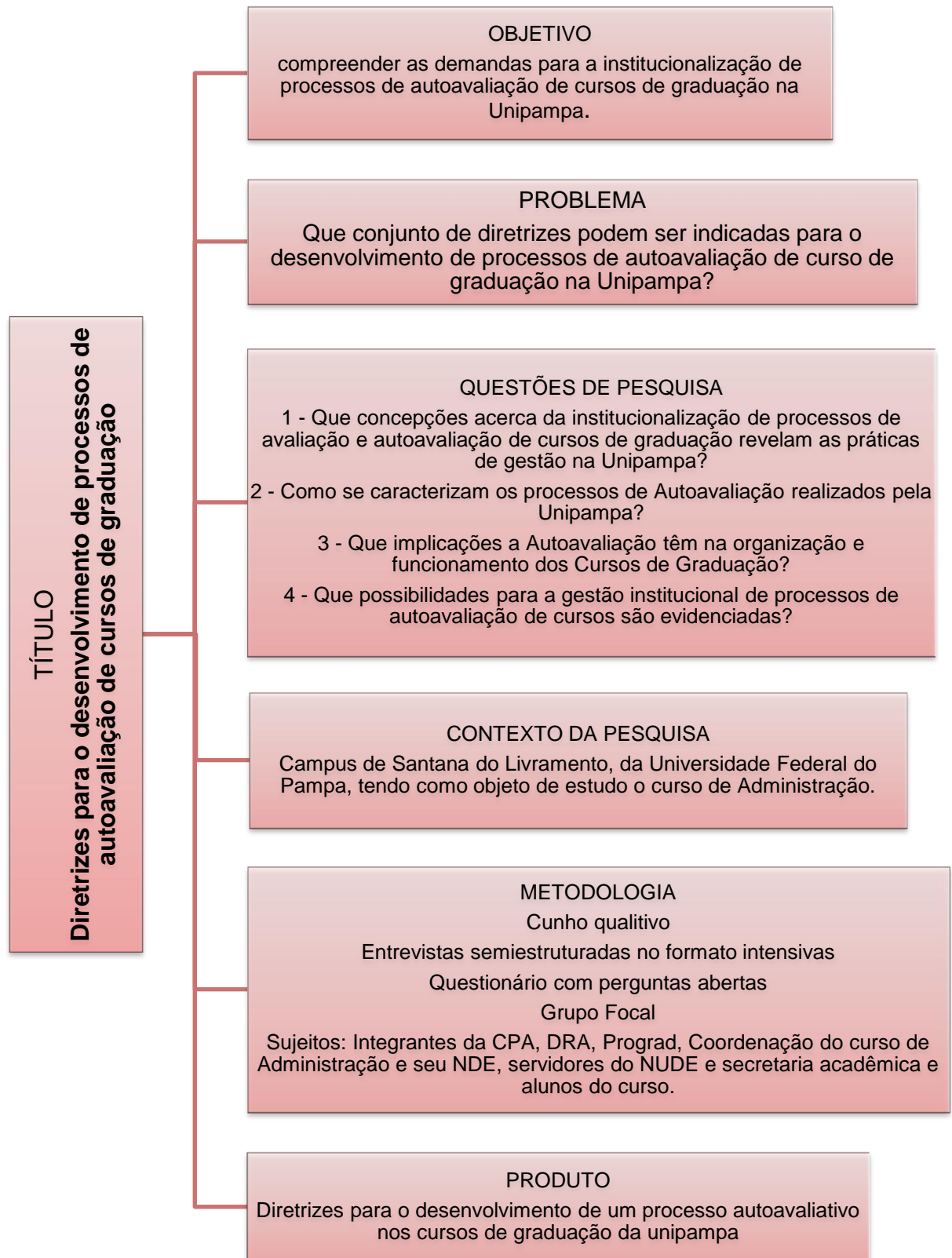
5.3 QUESTÕES DE PESQUISA

Para atingirmos o objetivo proposto nesta pesquisa, que é compreender as demandas para a institucionalização de processos de desenvolvimento de autoavaliação de cursos de graduação na Unipampa, a investigação teve como meta responder os seguintes questionamentos:

- 1) Que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa?
- 2) Como se caracterizam os processos de Autoavaliação realizados pela Unipampa?
- 3) Que implicações a Autoavaliação têm na organização e funcionamento dos Cursos de Graduação?

A análise das respostas obtidas contribuiu para a resolução de uma quarta questão, que procurou saber “que possibilidades para o desenvolvimento institucional de processos de autoavaliação de cursos são evidenciadas?”

Figura 4 – Mapa da Pesquisa.



5.4 NATUREZA DA PESQUISA

Ao delimitar o problema da pesquisa, definimos a abordagem **qualitativa** como sendo a mais indicada para o desenvolvimento do trabalho investigativo, partindo do estudo voltado para o entendimento dos investigados com relação ao tema que está sendo pesquisado.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 2009, p. 79).

Um conceito simplificado sobre o que é pesquisa qualitativa, é o que dizem Strauss e Corbin:

[...] qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também a pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. (STRAUSS e CORBIN, 2008, p.23)

Caracterizamos nossa pesquisa como qualitativa por tratar-se de uma investigação voltada ao funcionamento de uma organização. Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo de caso relacionado ao desenvolvimento de processos autoavaliativos para os cursos de graduação da IES em estudo.

Para Martins (2008) um estudo de caso refere-se a investigação de um fenômeno passado ou atual, utilizando-se de múltiplas fontes de consulta que pode incluir dados de observação direta e entrevistas sistemáticas. É sustentado por um referencial teórico que orienta as questões e proposições do estudo, reunindo informações obtidas por meio de diversas técnicas de levantamento de dados e evidências.

Uma característica marcante na pesquisa qualitativa, segundo Strauss e Corbin (2008, p. 20), é que ela promove no pesquisador o senso de absorção e devoção ao trabalho de investigação, e garante integridade nas informações coletadas. Os autores acreditam que um trabalho que siga essa abordagem, “tenha relevância direta ou potencial tanto para o público não acadêmico como acadêmico. Isso porque a metodologia ordena que se leve muito a sério as palavras e as ações das pessoas estudadas.” (STRAUSS e CORBIN, 2008, p.19)

Como modelo de aplicação, esta pesquisa seguiu o dialético, “tendo como princípios básicos de sua concepção a historicidade como condição para a compreensão do conhecimento, e a realidade como processo histórico construído.” (GHEDIN e FRANCO, 2011, Pg. 118)

Para a coleta e análise de dados desta pesquisa, foi definida como metodologia a utilização de preceitos da **Teoria Fundamentada**¹⁰, facilitando a condução, controle e organização da coleta e análise dos dados qualitativos. Para Charmaz (2009, p. 15) os pesquisadores que utilizam a teoria fundamentada caracterizam-se por reunirem dados para elaborar análises teóricas desde o início do projeto.

A pesquisa teve como público um curso de graduação de um campus de uma universidade federal estruturada no formato de multicampia. Podendo os resultados obtidos refletirem o que ocorre nos demais cursos da IES. Assim como propõe a teoria fundamentada.

A maioria das teorias fundamentadas compõe-se de teorias substantivas por tratarem de problemas delimitados em áreas substantivas específicas, como um estudo sobre como jovens que recentemente tornaram-se deficientes reconstróem suas identidades. A lógica da teoria fundamentada pode alcançar áreas substantivas e o domínio da teoria formal, o que significa gerar conceitos abstratos e especificar as relações entre eles para compreender os problemas em múltiplas áreas substantivas. (CHARMAZ, 2009, p. 22)

Outro aspecto que caracterizou a pesquisa é que, por ter como ambiente de investigação o Campus da IES onde o pesquisador exerce suas atividades administrativas e também atua no Comitê Local de Avaliação, ela foi caracterizada como **observação etnográfica**¹¹. Pois segundo Angrosino (2009, P.74) Essa pesquisa “é feita em campo, no cenário de vida do pesquisador. Podendo este

¹⁰ Teoria fundamentada é um método de pesquisa criado pelos sociólogos norte americanos Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss no início dos anos de 1960, estudando como as equipes de funcionários dos hospitais americanos lidavam com o processo da morte de seus pacientes. A teoria fundamentada é fortemente utilizada em pesquisa qualitativa, e compreende o desenvolvimento de teorias a partir de pesquisa baseada em dados, em vez da dedução de hipóteses analisáveis a partir de teorias existentes. (CHARMAZ, 2009, p. 17)

¹¹ Para Angrosino (2009), é a mistura equilibrada de observação, entrevistas e estudo em arquivo. Em que o observador está inserido no meio pesquisado, observando tanto seus aspectos como participante, quanto não participante.

observador, em maior ou menor grau, ter um envolvimento com aquilo que está observando.”

Esta pesquisa caracterizou-se como educacional, e oscilou entre investigações de cunho pedagógico, com estudos fora do ambiente escolar, respaldando-se em dados oriundos de fontes bibliográficas existentes fora do ambiente acadêmico, seguindo o que afirmam Ghedin e Franco (2011).

Uma pesquisa científica em educação não pode contentar-se em estudar a dupla professor e aluno, muito menos separar teoria e prática. Será preciso que a metodologia em educação incorpore as condições de vida, a complexidade das variáveis que compõem um meio ambiente, sempre em constante evolução e em interdependência com sujeitos. (GHEDIN e FRANCO, 2011)

5.5 FONTES DE INFORMAÇÕES E OS INSTRUMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS

A proposta para a aplicação da pesquisa seguiu diferentes sistemáticas, considerando a ferramenta mais adequada para buscar a resposta de cada questionamento. Como explica Charmaz (2009, p. 32), “determinados problemas de pesquisa indicam a utilização de diversas abordagens combinadas ou em sequência.”

Definimos como alvo da pesquisa o curso de Administração da Universidade Federal do Pampa, no Campus da Cidade de Santana do Livramento. Após a qualificação do projeto e a aplicação dos ajustes propostos pela banca de avaliadores, encaminhamos à direção do referido Campus uma carta de apresentação do pesquisador, no dia 27 de novembro de 2017 (APÊNDICE C). Em ato contínuo, recebemos a autorização da instituição para desenvolvermos nossa pesquisa naquele Campus (APÊNDICE D). De imediato iniciamos a pesquisa documental, analisando o Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração, o relatório de autoavaliação institucional de 2017 e as regulamentações existentes na instituição que tinham relação com processos de autoavaliação. Com isso, definimos o público-alvo da pesquisa, as ferramentas para coleta dos dados e as categorias para as três questões da pesquisa.

Definimos o início de segundo bimestre letivo, entre março e abril, como sendo o melhor período para executarmos as entrevistas. Pois foi nesse período que as atividades acadêmicas no curso estavam mais tranquilas.

Um fato que transcorreu durante o período das entrevistas foi que a Pró-reitoria de Graduação, em Conjunto com a Divisão de Regulação e Avaliação, colocaram em discussão nos cursos de graduação uma proposta de instrumento de autoavaliação para os cursos (ANEXO A), que gerou discussões nas comissões dos cursos.

Com isso, incluímos em nossa pesquisa uma nova fonte de consulta, que foi uma observação feita na reunião da Comissão do Curso de Administração, que originou um relatório de observação (APÊNDICE F). Esse relatório não atendeu especificamente alguma das questões da pesquisa, mas contribuiu para o entendimento de que a falta de diretrizes para o desenvolvimento dos processos autoavaliativos da Unipampa afeta o desenvolvimento desses processos.

Para responderem as três questões da pesquisa, separamos os entrevistados em três fontes de informação:

Gestão superior: em que incluímos uma representante da Pró-reitoria de Graduação que foi a Pró-reitora Adjunta de Graduação da época, uma representante da Divisão de Regulação e Avaliação e uma representante da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que foi a presidente da Comissão.

Gestão Local: que consideramos a coordenadora do Curso de Administração, os integrantes do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), os servidores técnicos administrativos lotados no Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE), que apoiam pedagogicamente os docentes e discentes do Campus, e os servidores técnicos administrativos da secretaria acadêmica do Campus que ocupam acento na comissão do Curso de Administração.

Alunos: que devido à impossibilidade de aplicar uma entrevista semiestruturada com todos os alunos do curso, e pelo fato de entendermos que um questionário fechado não traria o retorno que desejávamos, optamos por convidar as representações discentes no curso para aplicarmos entrevista coletiva ou mesmo um grupo focal. No entanto, mesmo com três chamadas na forma de convite via correio eletrônico aos integrantes do diretório acadêmico do curso, nenhum desses alunos se fez presente nos três encontros agendados. Então, convidamos os representantes discentes na Comissão do Curso, conseguindo contar com a participação de dois alunos de um total de quatro.

A primeira questão da pesquisa, que referiu-se a “que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de

graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa?” direcionamos para as três fontes de informação. Também incluímos como fonte de informação para essa questão a pesquisa em documentos relacionados a regulações de processos avaliativos da instituição.

Para a segunda questão, em que perguntamos “como se caracterizam os processos de Autoavaliação realizados pela Unipampa?”, não incluímos a participação dos alunos por entender que essa resposta só poderia vir dos entrevistados que atuam ou atuaram em algum processo autoavaliativo da instituição.

Na terceira questão, que questionou “que implicações a Autoavaliação tem na organização e funcionamento do Curso de Graduação?” contamos com as três fontes de informação.

Da análise dessas três questões, chegamos a resposta para uma quarta questão, que refere-se a “que possibilidades para a gestão institucional de processos de autoavaliação de cursos são evidenciadas?”. Surgindo assim o produto desta pesquisa.

5.5.1 Grupos focais e suas orientações teóricas

As coletas das informações dos integrantes do NDE de Administração e dos servidores técnicos administrativos do NUDE e da Secretaria Acadêmica foram feitas no formato de grupo focal.

Flick e Barbour (2009, p. 20) definem grupo focal como sendo a modalidade de entrevista em grupo que baseia-se em gerar e analisar a interação entre participantes, em vez de perguntar a mesma questão para cada integrante do grupo por vez.

Para os autores, “uma grande vantagem dos grupos focais é a sua capacidade de capturar respostas a eventos enquanto se desenrolam.” (FLICK e BARBOUR, 2009, p. 46).

Os entrevistados foram divididos em dois grupos, sendo um formado pelos servidores técnicos e o outro pelos docentes do NDE. Para esses dois públicos foram desenvolvidos roteiros de entrevistas e, com a aceitação de todos, foram feitas as gravações dos encontros com equipamento gravador digital de áudio e por câmera de Vídeo, que foram transcritas. Seguindo a proposta de Lankshear e

Knobel (2008, p. 172), que reforçam que “a coleta desses dados pode ser registrada em anotações, gravação em áudio ou em vídeo, esses dois últimos poderão ser utilizados desde que previamente autorizado pelos entrevistados.”

Um cuidado a ser tomado é com relação à composição do grupo focal, sendo necessário “que os participantes tenham o suficiente em comum entre si, de modo que a discussão pareça apropriada, mas que apresentem experiências ou perspectivas variadas o bastante para que ocorra algum debate ou diferença de opinião.” (FLICK e BARBOUR, 2009, p. 21).

Por isso, separamos os participantes em dois grupos. **O primeiro** foi composto pelos servidores técnicos lotados no NUDE e pelos servidores técnicos da secretaria acadêmica do Campus.

Foi definido, em conjunto com esses participantes, o dia 04 de abril de 2018 como data para realização do encontro. Reunimos o grupo na sala do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE), iniciando a reunião as 15h44min, que teve 1h10min. de duração. Foi escolhido o turno da tarde pois era quando todos os participantes estavam presentes no Campus, e segundo os responsáveis pelo setor onde estávamos acomodados, era o horário que tinha menos atendimento ao público.

Contamos com a participação de dois integrantes do NUDE, sendo uma pedagoga e um assistente social. Pois os demais servidores, que são uma técnica em assuntos educacionais e uma intérprete de libras, estavam em licença para capacitação. Da secretaria acadêmica contamos com a participação dos dois servidores que assessoram o curso de Administração e possuem assento na comissão desse curso.

Preparei a sala com uma mesa redonda onde tinham cinco acentos, que possibilitou a todos os participantes terem contato visual um com o outro. Também instalei uma câmera de vídeo em um tripé ao fundo da sala, de forma que não atraísse a atenção desses participantes. O gravador de áudio ficou à minha frente, localizado de forma discreta para que não causasse desconforto neles. Com essas medidas, não notei nenhum desconforto dos participantes.

As conversas iniciaram tímidas, e foi centralizada nas falas da pedagoga do NUDE, que expôs ao grupo um instrumento autoavaliativo que o setor aplicava no Campus. Logo após, quando retomei o foco da entrevista, estimulei os demais participantes, que começaram a participar ativamente das discussões, e então

consegui coletar as informações necessárias para responder o guia de entrevista, composto por tópicos que serviram como roteiro para a conversa.

Quando se fala em estimular a participação dos entrevistados, observa-se o que dizem Flick e Barbour (2009, p. 21) com relação ao estímulo ativo:

O estímulo ativo à interação do grupo está relacionado, obviamente, a conduzir a discussão do grupo focal e garantir que os participantes conversem entre si em vez de somente interagir como pesquisador ou moderador. (FLICK e BARBOUR, 2009, p. 21).

O segundo grupo focal contou com a participação dos docentes com acento no Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Administração. Para esse encontro, contei com o apoio da presidente do NDE, que convocou os professores para uma reunião e convidou os mesmos para participarem, após esgotada a pauta do dia, do grupo focal.

Foi reservada uma sala de aula do Campus, onde distribuí as cadeiras no formato semicírculo e instalei uma câmera de vídeo em um canto da sala. Por problemas no equipamento, essa gravação não ocorreu, mas garanti a preservação das falas com um gravador de áudio que também estava em uso.

Estavam presentes na reunião cinco docentes de um total de sete. Os dois ausentes justificaram suas faltas por motivo de outros compromissos acadêmicos.

Esses cinco professores, após encerrarem a reunião do NDE, se prontificaram em participar do grupo focal e autorizaram as gravações. Assim, dei início à conversa, guiando as falas dos participantes por meio de um guia de entrevistas que tinha em mãos. O encontro foi no dia 24 de abril de 2018. Tendo início às 16h05min e término às 17h02min, totalizando 57 minutos de conversação.

A participação dos cinco professores foi bem ativa e havia consenso nas falas com relação aos pontos de vistas sobre as questões da pesquisa. Porém, a participação desse grupo foi influenciada pela proposta de instrumento de autoavaliação para os cursos de graduação que foi encaminhada pela Pró-reitoria de Graduação (Prograd) e que estava sendo discutida no Campus.

Por diversas vezes eram feitas críticas à forma como a Prograd estava coordenando esse processo de construção de um instrumento de autoavaliação para os cursos de graduação.

Para nenhum dos grupos focais tive a necessidade de contar com algum colaborador que auxilia-se nas anotações. Pois como conhecia todos os

participantes, estava seguro em conseguir identificar as falas de cada um durante as gravações. Fiz algumas anotações nos guias de entrevistas, mas tive o cuidado de não deixar que essas anotações prejudicassem minha atenção à falas dos participantes. Tive como principal ferramenta de análise as gravações das falas, que a meu ver foram feitas sem alguma dificuldade, pois tive o cuidado de iniciar as descrições dos áudios no dia seguinte aos encontros, quando ainda estava com as entrevistas memorizadas.

5.5.1 Entrevistas

Outro instrumento de coleta utilizado nesta pesquisa foi a aplicação de entrevistas, seguindo roteiros de entrevistas previamente construídos.

Para Gil (2008), a entrevista é classificada como uma modalidade de questionário em que as questões são formuladas de forma oral pelo pesquisador.

Para a realização das entrevistas segui o formato de **entrevista Intensiva**. “Essa entrevista é uma conversa orientada. Considerada há muito tempo como sendo um método vantajoso para a coleta de dados em tipos variados de pesquisa qualitativa.” (CHARMAZ, 2009, p. 46)

A natureza detalhada de uma entrevista intensiva promove o esclarecimento da interpretação de cada participante sobre a sua própria experiência. O entrevistador procura compreender o tópico, e o participante tem as experiências relevantes para esclarecê-lo. [...] O entrevistador está lá para escutar, ouvir com sensibilidade e estimular a pessoa a responder. Assim, nessa conversa, o participante é quem mais fala. (CHARMAZ, 2009, p. 46)

As entrevistas tiveram como sujeitos fontes das informações: a representante da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unipampa, a representante da Pró-reitoria de Graduação (Prograd), a representante da Divisão de Regulação e Avaliação (DRA), a coordenação do curso de administração do Campus de Santana do Livramento e os representantes discentes do curso, sendo utilizadas **entrevistas semiestruturadas**, que compreendem “uma lista de questões previamente preparadas, mas o pesquisador utiliza-a apenas como um guia, acompanhando os comentários importantes feitos pelo entrevistado.” (LANKSHEAR e KNOBEL, 2008, p. 174).

Com relação a elaboração das questões das entrevistas, foi dada atenção especial às questões que proporcionassem a obtenção de material mais rico possível,

evitando impor conceitos preconcebidos a estes. Procurei estimular os participantes a expressarem suas opiniões com relação às categorias das questões da pesquisa.

Questões de entrevista que permitem que o participante reflita de uma nova forma sobre os fenômenos extraem dados relevantes. Questões do tipo “fala sobre”, “como”, “o que” e “quando” produzem dados relevantes, em particular quando você as reforça com perguntas que o levam a elaborar melhor ou especificar como “você poderia descrever melhor [...]” (CHARMAZ, 2009, p. 55)

A coleta desses dados, que segundo Lankshear e Knobel (2008) pode ser registrada em anotações, gravação em áudio ou em vídeo, foi feita com o uso de gravador de áudio, mediante autorização dos entrevistados.

Entrevista com a representante da Comissão própria de Avaliação: foi a primeira entrevista realizada, e teve como participante a presidente da referida comissão. Defini essa entrevista como sendo a primeira pois a CPA é a comissão encarregada do processo autoavaliativo da Unipampa, podendo trazer contribuições importantes para saber como a instituição entende a autoavaliação nos cursos de graduação, e que poderiam auxiliar na reformulação das questões a serem feitas aos demais participantes.

A entrevista ocorreu no dia 28 de março de 2018, com início às 15h27min e duração de 56 minutos, e foi feita por videoconferência, utilizando da ferramenta de videochamada *Hangouts* do *Gmail*, pois a entrevistada estava no Campus da cidade de Jaguarão.

Entrevista com as representantes da Prograd e DRA: a segunda entrevista que realizei foi com a Pró-reitora Adjunta de Graduação da época e com a chefe da Divisão de Regulação e Avaliação da Unipampa. Essa entrevista aconteceu no Campus de Santana do Livramento, no dia 09 de abril de 2018, com início às 13h30 min e término às 13h57min., encerrando as entrevistas com a fonte denominada de Gestão Superior.

A entrevista foi coletiva e transcorreu em uma sala de aula onde na sequência as entrevistadas tiveram uma reunião com o curso de Direito do Campus.

O tempo de duração da entrevista foi prejudicado pois, como as participantes estavam no Campus para uma reunião agendada com o curso de Direito, e aceitaram participar da entrevista antes do início da referida reunião, tivemos que interromper as conversas quando nos aproximamos das 14 horas.

Mesmo não tendo tempo de duração maior, essa entrevista foi de grande valia, pois trouxe conhecimento técnico de setores que também trabalham com avaliações e autoavaliações.

A participação da representante da DRA foi prejudicada por falta de tempo. Por isso, combinei com ela de darmos continuidade à entrevista na forma de questionário, que envie por correio eletrônico e recebi a devolutiva (APÊNDICE G) pela mesma forma de envio. Classifiquei esse documento como texto extraído¹².

Ghedin e Franco (2011) defendem que as situações educativas estão sempre sujeitas a circunstâncias imprevistas. Um método científico, ao estudar a educação, precisa reservar espaço de ação e de análise ao não planejado, ao imprevisto, à desordem aparente. Por isso, a pesquisa sofreu alterações em seu formato de coleta das informações, e abriu espaço para a inclusão de um **questionário¹³ com perguntas abertas** que não estava previsto na qualificação.

Segundo conceito defendido por Gil, um questionário define-se por:

Uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc. (GIL, 2008, p. 121)

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 56) um questionário de pesquisa é parte integrante da terceira etapa de coleta de dados, divididas pelas autoras em três questões, sendo elas: o que coletar? com quem coletar? E como coletar?

A escolha entre diferentes métodos de coleta de dados depende das hipóteses de trabalho e da definição dos dados pertinentes decorrentes da problemática. É igualmente importante levar em conta as exigências de formação necessárias para colocar em prática de forma correta cada método escolhido. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 57)

Nas questões abertas, os respondentes oferecem suas próprias respostas. “Este tipo de questão possibilita ampla liberdade de resposta. Mas nem sempre as respostas oferecidas são relevantes para as intenções do pesquisador.” (GIL, 2008, p. 122)

¹² Charmaz (2009, p. 58) define texto extraído como sendo aquele que envolve os participantes na produção de dados escritos em resposta a uma solicitação do pesquisador e, assim, fornecem os meios para a geração de dados.

¹³ Segundo Guimarães (2005) um questionário pode ser um instrumento de coleta ou de medida.

Perguntas abertas têm como vantagem relatar o nível de informação do respondente e descrever aspectos desconhecidos. Porém podem produzir resposta vaga ou induzir a não-resposta. As perguntas fechadas permitem comparações e são mais fáceis de serem tratadas quantitativamente. Mas podem induzir ou distorcer a resposta, além de requererem conhecimento das possíveis alternativas. (QUIMARÃES, 2005)

Gil (2008) recomenda que primeiramente sejam aplicadas as entrevistas, individuais ou coletivas, antes que formular os questionários. Pois nesta entrevistas é que o pesquisador colherá indicadores para as perguntas fechadas do questionário. Por isso, a construção do questionário foi feita com base nas questões que não puderam ser respondidas pela entrevistada durante sua participação na entrevista realizada no Campus.

Entrevista com a coordenação do curso de Administração: foi a terceira entrevista realizada e teve como participante a coordenadora do curso. A entrevista aconteceu na sala da secretaria da direção do campus, que é local onde trabalho.

Com duração de 50 minutos, a entrevista aconteceu no dia 10 de abril de 2018, com início às 09h50min, que foi o horário escolhido pela entrevistada.

Entrevista com os representantes discentes: foi a última entrevista realizada, e também ocorreu no dia 10 de abril de 2018. A pedido dos alunos, foi feita no turno inverso de suas aulas, iniciando as 14h14min e encerrando as 15h02min, com 48 minutos de duração. A entrevista foi feita na sala da secretaria da direção do Campus, que foi fechada para atendimento ao público durante esse período. Assim, a entrevista transcorreu sem interrupções.

Para essa entrevista contei com a participação de dois entrevistados, pois os outros dois representantes da Comissão do Curso não quiseram participar. No título “alunos” do item 5.5 descrevo os motivos para a escolha desse grupo de alunos.

Para esses dois alunos, optei por aplicar uma entrevista coletiva com questões semiestruturadas, não incluindo nesse roteiro de entrevista os questionamentos referentes a questão dois da pesquisa, por entender que esses respondentes não conseguiriam responder esse ponto, pois não participam ou participaram da formulação dos instrumentos de autoavaliação da IES estudada.

Para auxiliar nas respostas das categorias da primeira questão da pesquisa, que questionou “que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa?”, inclui como fonte de informação a pesquisa documental em conjunto com as entrevistas.

A pesquisa documental foi feita com a análise do PPC do curso de Administração, o último relatório de autoavaliação institucional e as documentações da Prograd, CPPD, NUDE e do Conselho Universitário (Consuni), que tratam de processos avaliativos e autoavaliativos. Pois “toda pesquisa qualitativa requer a análise de textos” (CHARMAZ, 2009, p. 58). Esses textos existentes¹⁴ foram utilizados como fontes suplementares de dados, e suas análises foram feitas com base num formulário de análise documental (APÊNDICE I) utilizado pelo grupo de pesquisa “Docência, escola, e formação de professores” (DOCEFORM), que foi adaptado para atender nossa demanda.

QUADRO 8: Definição das questões e sistematização dos instrumentos de coleta de informações:

(continua)

| Questão de Pesquisa | Fontes de Informação | Especificação das fontes | Instrumentos para coleta das informações | Ferramentas para análise |
|---|----------------------|---|--|--|
| 1 - Que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa? | Gestão Superior | <ul style="list-style-type: none"> - Representante da Pró-reitoria da Graduação - Representante da Divisão de Regulação e Avaliação - representante da CPA | - Entrevista | <ul style="list-style-type: none"> - Roteiro de entrevista - Questionário - Videoconferência - Gravador de áudio - Transcrições |
| | Gestão Local | <ul style="list-style-type: none"> - Integrantes do NDE de Administração - Servidores Lotados no NUDE e na Secretaria Acadêmica | Grupos Focais | <ul style="list-style-type: none"> - Roteiro de entrevista - Gravador de áudio - Gravador de Vídeo - Transcrições |
| | | <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação do curso de Administração | - Entrevista | <ul style="list-style-type: none"> - Roteiro de entrevista - Gravador de áudio - Transcrições |

¹⁴ Para Charmaz (2009, p. 58), textos existentes consistem de documentos variados, cuja elaboração não tenha tido a participação do pesquisador.

(continuação)

| Questão de Pesquisa | Fontes de Informação | Especificação das fontes | Instrumentos para coleta das informações | Ferramentas para análise |
|---|----------------------|---|--|--|
| 1 - Que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa? | Alunos | Integrantes da Comissão do Curso de Administração | - Entrevista | - Roteiro de entrevista - Gravador de áudio - Transcrições |
| | Documental | - PPC do Curso de Administração - Relatório de autoavaliação institucional - Resoluções do Consuni - Documentações da Prograd, CPPD e NUDE | - Roteiro para Análise documental | - Roteiro de análise textual |
| 2. Como se caracterizam os processos de Autoavaliação realizados pela Unipampa? | Gestão Superior | - Representante da Pró-reitoria da Graduação - Representante da Divisão de Regulação e Avaliação - representante da CPA | - Entrevista | - Roteiro de entrevista - Questionário - Videoconferência - Gravador de áudio - Transcrições |
| | Gestão Local | - Integrantes do NDE de Administração - Servidores Lotados no NUDE e na Secretaria Acadêmica | Grupos Focais | - Roteiro de entrevista - Gravador de áudio - Gravador de Vídeo - Transcrições |
| | | - Coordenação do curso de Administração | - Entrevista | - Roteiro de entrevista - Gravador de áudio - Transcrições |
| 3. Que implicações a Autoavaliação tem na organização e funcionamento do Curso de Graduação? | Gestão Superior | - Representante da Pró-reitoria da Graduação - Representante da Divisão de Regulação e Avaliação - representante da CPA | - Entrevista | - Roteiro de entrevista - Questionário - Videoconferência - Gravador de áudio - Transcrições |

(conclusão)

| Questão de Pesquisa | Fontes de Informação | Especificação das fontes | Instrumentos para coleta das informações | Ferramentas para análise |
|---|--|---|--|---|
| 3. Que implicações a Autoavaliação tem na organização e funcionamento do Curso de Graduação? | Gestão Local | - Integrantes do NDE de Administração - Servidores Lotados no NUDE e na Secretaria Acadêmica | Grupos Focais | - Roteiro de entrevista - Gravador de áudio - Gravador de Vídeo - Transcrições |
| | | - Coordenação do curso de Administração | - Entrevista | - Roteiro de entrevista - Gravador de áudio - Transcrições |
| | Alunos | Integrantes da Comissão do Curso de Administração | - Entrevista | - Roteiro de entrevista - Gravador de áudio - Transcrições |
| 4. Que possibilidades para a gestão institucional de processos de autoavaliação de cursos são evidenciadas? | As respostas para esta última questão virão da análise feita nos metadados advindos das questões anteriores. Sendo úteis para a formulação do produto . | | | |

Fonte: Elaborado pelo Autor

A pesquisa integra o projeto guarda-chuva “Elementos Constitutivos do Trabalho Docente em Escolas Públicas de Ensino Médio”, que é de responsabilidade da professora e pesquisadora Dra. Maria Eliza Rosa gama, registrado no GAP/CE/UFSM N° 037986. Este projeto encontra-se registrado na Plataforma Brasil, Área temática: versão 1, sob o número CAAE:67176116.3.0000.5346 que foi aprovado no Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria.

5.6 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O perfil dos participantes da pesquisa foi traçado considerando as informações coletadas na parte inicial dos roteiros de entrevistas. Essas informações foram as que considerei importantes para o entendimento das respostas desses participantes. E são elas: curso de graduação e formação complementar dos entrevistados, setor ou curso que atuam, bem como o tempo de atuação no mesmo, e dados para contato.

O quadro 7 apresenta a tabulação dos dados dos entrevistados para facilitar a compreensão de seus perfis.

Os entrevistados com mais tempo de atuação profissional são as representantes da CPA e da Prograd, ambas com mais de 20 anos de atuação no magistério superior. Sobre a representante da CPA, notamos que ela está em seu segundo mandato nessa Comissão. Pois cada mandato é por dois anos, podendo ser reconduzida por mais dois anos.

Outra entrevistada que também está em seu segundo mandato é a coordenadora do curso de Administração. Essa entrevistada também faz parte do NDE do curso, e também participou o grupo focal do NDE.

As professoras vinculadas ao Campus de Santana do Livramento estão a pelo menos 4 anos desempenhando a atividade docente, e ao menos dois anos atuando no NDE do curso de administração.

Os servidores técnicos administrativos da secretaria acadêmica já estão a 7 anos na atividade. E no Núcleo de Desenvolvimento Acadêmico também há servidor com esse tempo de experiência, com exceção do assistente social que está a um ano na atividade.

Quadro 9 – Informações profissionais dos entrevistados:

(continua)

| Entrevistado | Código | Formação | Atuação | Tempo de atuação |
|-----------------------------------|------------|---|------------------------------------|--|
| Professora / Presidente da CPA | CPA | Graduação em Pedagogia Mestre e doutora em educação | Magistério superior/ CPA | 24 anos no magistério superior 4 anos na CPA |

(continuação)

| Entrevistado | Código | Formação | Atuação | Tempo de atuação |
|--|------------|--|---|--|
| Professora/ Pró-reitora adjunta de Graduação | PG | Licenciada em Química Doutorado em Ciências e tecnologia de alimentos | Magistério superior/ Prograd | 26 anos no magistério superior 2 anos na Prograd |
| Professora/ Chefe da divisão de Regulação e Avaliação | DRA | Licenciada em Física/ Mestre em ensino de física | Magistério superior/ DRA | 5 anos no magistério superior 2 anos na DRA |
| Professora/ Coordenadora do Curso de Administração | CC | Bacharel em Administração Doutora em Administração | Magistério superior/ Coord. curso | 7 anos no magistério superior 3 anos e 5 meses |
| Professora/ NDE | D1 | Bacharel em Administração Doutora em Administração | Magistério superior/ NDE | 6 anos no magistério superior 3 anos no NDE |
| Professora/ NDE | D2 | Bacharel em Administração Doutora em Administração | Magistério superior/ NDE | 7 anos no magistério superior 5 anos no NDE |
| Professora/ NDE | D3 | Graduação em Comunicação Social e Relações Públicas Doutorado em Administração | Magistério superior/ NDE | 10 anos no magistério superior 5 anos no NDE |
| Professora/ NDE | D4 | Bacharel em Administração Doutora em Administração | Magistério superior/ NDE | 4 anos no magistério superior 2 anos no NDE |
| Professora/ NDE | D5 | Bacharel em Administração Doutora em Administração | Magistério superior/ NDE | 5 anos no magistério superior 2 anos no NDE |
| TAE/ NUDE | N1 | Graduação em Pedagogia Especialização em Educação | Pedagoga no NUDE | 7 anos |
| TAE/ NUDE | N2 | Graduação em Serviço Social/ Mestrado em Serviço Social | Assistente social no NUDE | 1 ano |

(conclusão)

| Entrevistado | Código | Formação | Atuação | Tempo de atuação |
|---------------------------|------------|--|---|------------------------------|
| TAE/ Secretaria acadêmica | SA1 | Ensino Médio | Assistente em administração na Sec. acadêmica | 7 anos |
| TAE/ Secretaria acadêmica | SA2 | Licenciado em Letras Especialização em Tecnologia Aplicada à Educação | Assistente em administração na Sec. acadêmica | 7 anos |
| Aluna | A1 | Aluno de administração 5º semestre | Comissão do curso de Administração | 6 meses na comissão do curso |
| Aluno | A2 | Aluno de administração 3º semestre | Comissão do curso de Administração | 6 meses na comissão do curso |

Fonte: Elaborado pelo autor.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta etapa da pesquisa transcorreu normalmente, sem nenhum tipo de empecilho nas análises das entrevistas. Isso pode ter ocorrido devido ao cuidado que tomamos em construir, para cada categoria das questões, perguntas direcionadas a cada tipo de entrevistado. Com o cuidado de adequar essas questões à linguagem de cada participante. Como demonstrado no quadro 8.

Talvez essa particularidade também influenciou no tempo de duração de cada entrevista. Que no geral, não foram extensas. Os entrevistados conseguiram entender com clareza as perguntas feitas e responderem com rapidez.

Para analisar os resultados das entrevistas, procedi da seguinte forma: degravei literalmente as falas de todos os entrevistados. Na sequência, formulei um quadro (apresento um modelo no APÊNDICE H) para auxiliar na extração dos dados de cada entrevista.

Foram feitos três quadros, um para cada questão da pesquisa. Em cada quadro havia uma coluna denominada “subquestão”, onde era descrita a categoria da questão principal que estava sendo analisada; uma coluna denominada “setor”, que descrevia o setor ou público que pertencia o entrevistado; uma coluna denominada “código”, que descrevia o código atribuído ao entrevistado (que é o mesmo da segunda coluna do quadro 9); na próxima coluna eram coladas as

respostas extraídas das gravações; na coluna denominada “Limpeza” era apresentada a resposta do entrevistado de forma resumida e com as correções ortográficas e de concordâncias necessárias; a penúltima coluna, denominada “ideias centrais extraídas da resposta”, era a que apresentava a minha interpretação sobre o que o participante respondeu; e a última coluna, denominada “observações”, servia para apontamentos feitos sobre cada resposta.

Ao extrair um texto de alguma gravação de entrevista, o referido texto era grafado com cor específica à questão de pesquisa que fazia referência e numerado conforme a categoria que se enquadrava. De forma que eu pudesse localizá-lo no texto original, caso necessário.

Esse cuidado com o texto gravado foi necessário pois, devido a utilização de questões semiestruturadas nas entrevistas, as gravações resultaram em textos únicos, que não estavam separados por questão. Também ocorreu que, em alguns casos, determinadas categorias que já haviam sido respondidas, os respondentes retomavam seus posicionamentos e voltavam a abordar de forma mais rica esses pontos das entrevistas. Essas contribuições não poderiam ser perdidas, por isso foi necessária a “varredura” em todos os textos para responder a cada categoria de questão.

Por fim, com base nas ideias extraídas das respostas e dos apontamentos de observação, foram montados os textos de análise de cada questão da pesquisa, que são ilustrados com as falas dos respondentes, após a limpeza das mesmas.

6.1 RESPONDENDO AS QUESTÕES DE PESQUISA

Para auxiliar nas respostas das questões de pesquisa criamos algumas categorias para cada questão, das quais saíram perguntas direcionadas a cada público participante da pesquisa. As respostas obtidas ajudaram a compor a interpretação da referida categoria. Que somada a interpretação das demais, originaram as respostas para as questões.

O quadro 10 demonstra como funcionou essa categorização das questões.

Quadro 10 – Demonstrativo de categorização das questões

| Questão de pesquisa | Categoria | Público Entrevistado | | |
|--|--|--|---|--|
| | | Gestão superior | Docentes e TAEs | Alunos |
| 1 – Que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa? | 1 Entendimento sobre os processos de Avaliação institucional | Pergunta formulada | | |
| | | Fale sobre como você percebe a avaliação institucional na Unipampa | Como você vê os processos avaliativos no Campus | Você pode explicar sobre algum processo avaliativo da Unipampa que conheça |

Fonte: de autoria do pesquisador.

6.1.1 Respondendo a primeira questão de pesquisa

A primeira questão da pesquisa refere-se a que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa?

A resposta para esta questão dará subsídios para entender quais são e como funcionam os processos de avaliação e autoavaliação dos cursos de graduação que a Unipampa desenvolve em seus campi, enfatizando as carências e necessidades para a articulação desses instrumentos com outros que possam estar em execução na instituição, além de entender como a instituição pensa suas práticas avaliativas.

Para responder esta questão, foram desdobradas algumas categorias para análise:

- Entendimento sobre os processos de autoavaliação institucional
- Como estão organizados os processos de autoavaliação de cursos na Unipampa
- Periodicidade de aplicação dos instrumentos
- Público considerado para participar da construção dos instrumentos e como respondentes
- Dificuldades/possibilidades para implantação desses processos

6.1.1.1 Entendimento sobre os processos de autoavaliação institucional

Nesta categoria de análise procuramos compreender como a comunidade acadêmica da Unipampa entende seus processos de autoavaliação institucional.

Para isso, foram questionados a todos os participantes da entrevista sobre como eles percebem a autoavaliação institucional na Unipampa.

As informações coletadas nas entrevistas feitas com a gestão superior demonstram que são reconhecidas, por parte desses entrevistados, pelo menos duas modalidades de autoavaliação que são aplicadas a nível institucional: a autoavaliação institucional feita pela CPA e a avaliação do docente pelo discente, que é coletada por instrumento da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

O último instrumento, apesar de não ser considerado um instrumento de avaliação institucional, é visto como uma fonte de dados avaliativos sobre o corpo docente, que podem contribuir com a autoavaliação institucional. Evidenciando que existe uma separação, um tanto equivocada, pois a avaliação do docente pelo discente deve ser parte integrante de um processo institucional. Como podemos ver a seguir:

Temos a avaliação do docente pelo discente, que é coletada por instrumento da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, e que não é considerado um instrumento de avaliação institucional. Tenho restrições a essa finalidade, pois entendo que deve compor o processo de autoavaliação institucional. (CPA)

Para os entrevistados que classificamos como gestão superior, que envolve os setores responsáveis pela autoavaliação institucional e pelos processos avaliativos dos cursos, a Unipampa precisa construir uma cultura avaliativa, que assegure a participação da comunidade acadêmica nesses processos. Esse posicionamento fica claro na fala seguinte:

O que se percebe é que não se tem uma cultura avaliativa na instituição. Embora nós estejamos amadurecendo o processo de avaliação e autoavaliação institucional, precisamos ter uma forma de acompanhamento sistemático de nosso trabalho, que aconteça de forma participativa e construtiva. Percebo que a avaliação ainda é muito vista como uma coisa para cumprir uma exigência legal e alguns entendem como uma forma de controle e punição. Nós ainda não conseguimos construir uma cultura de avaliação como sendo algo construtivo, como algo que faz parte de um acompanhamento. (CPA)

Em relação a forma como a compreensão sobre os processos de avaliação institucional permeia o funcionamento da Divisão de Regulação e Avaliação (DRA), que é o setor responsável pelo acompanhamento dos cursos, tanto nos processos de reconhecimento, como nos processos de renovação do reconhecimento, percebemos que a principal preocupação está centrada na implantação, tanto de

processos de avaliação interna na instituição, como da autoavaliação dos cursos e o acompanhamento dos egressos.

Tem os processos de avaliação externos, como o ENADE, as avaliações de reconhecimento e renovação de reconhecimento e os processos internos que são: a autoavaliação institucional, autoavaliação dos cursos e nós estamos pensando em um acompanhamento de egressos, que está em andamento. Tudo isso faz parte de avaliação interna. (DRA)

Podemos inferir que para este setor a avaliação institucional é um conjunto de processos que necessariamente devem estar relacionados entre si, e que seus resultados devem incidir nas formas de gestão e acompanhamento dos diversos setores da instituição.

Contudo, foi observado que, mesmo em setores que possuem em suas atribuições alguma afinidade com processos avaliativos, os entrevistados desconhecem a existência de ferramentas avaliativas na instituição, bem com as atribuições dos diferentes setores. Como podemos ver na fala a seguir, a sinalização de dúvida e de falta de informações por parte do servidor técnico administrativo.

A CPA é do Campus? Tem algum membro aqui? [...] Temos aquele que mandam da reitoria, a autoavaliação da CPA e a avaliação do plano de trabalho do servidor. (N1)

Nos questionamentos feitos aos entrevistados que classificamos como “gestão local”, identificamos que no Campus de Santana do Livramento existem dois instrumentos de pesquisa que ficam a cargo do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE), setor formado por uma pedagoga, um assistente social, uma intérprete de libras e uma técnica em assuntos educacionais, que tem em suas atribuições o apoio pedagógico aos discentes e docentes do Campus.

Um desses instrumentos refere-se ao perfil do ingressante, que serve como base de informação para os docentes conhecerem seus alunos e outro que é aplicado no final do curso, denominado Perfil do Egresso, que baseia-se na pesquisa de satisfação do aluno referente ao tempo que esteve na instituição. Os resultados desses instrumentos ficam no Núcleo, que é o setor responsável pela aplicação. A devolutiva do primeiro instrumento é feita às coordenações dos cursos de graduação em forma de relatório.

Nós temos assim: pra começar, o perfil do aluno ingressante, que a gente faz um relatório e manda para os coordenadores trabalharem em reunião com os professores dos cursos, nos dá uma noção da turma; e depois tem o do egressante, que é o formando. (N1)

Logo, as concepções de autoavaliação institucional da Unipampa dão conta de que diferentes setores trabalham com a finalidade de avaliar alguma especificidade, mas é visível a inexistência de diálogo entre eles. São identificadas ações feitas de forma isolada que não atingem a instituição no seu todo.

6.1.1.2 Como estão organizados os processos de autoavaliação de cursos na Unipampa

Relatos e documentos do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE) demonstram que no Campus de Santana do Livramento existiu um instrumento de autoavaliação voltado para os cursos de graduação. Esse instrumento foi criado em 2008, por uma servidora técnica em assuntos educacionais do Campus, lotada na secretaria acadêmica na época.

O instrumento foi aplicado pela primeira vez no ano de 2009 e avaliava tanto as disciplinas como os cursos. Para a realização das avaliações eram reservados os laboratórios de informática, para onde eram levadas as turmas para responderem o questionário. O instrumento de avaliação era dividido em duas partes. Na primeira parte do instrumento continham questões para avaliar o curso, e na segunda, questões para avaliar as disciplinas de forma individualizada. Além disso, o instrumento continha uma parte qualitativa e uma quantitativa. A qualitativa não vinha no relatório geral fornecido aos docentes, somente era entregue aos professores que pediam. Conforme descrito pelo docente entrevistado:

O nosso instrumento aqui, também tinha a versão do docente. Nós também preenchíamos. Eu lembro que em alguns semestres eu também preenchi. Vinha um link com o questionário para avaliar. Ai a gente avaliava o comportamento dos discentes, postura em sala de aula (tinham várias perguntas sobre isso), a coordenação acadêmica, administrativa, a direção, biblioteca. Nosso instrumento tinha perguntas para avaliarmos o aluno, mas também para nós nos avaliarmos como docentes. (D3)

Esse instrumento deixou de ser aplicado no ano de 2013. Que do ponto de vista do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Administração, foi motivado pelo surgimento do questionário de avaliação docente pelo discente, implantado pela CPPD com o objetivo de executar a avaliação didático pedagógica dos docentes. “Quando entrou esse instrumento da CPPD dai tiraram o do Campus.” (D3)

Percebe-se que não há consenso com relação aos motivos que levaram ao encerramento da aplicação desse instrumento. Pois segundo o NUDE, a atribuição de autoavaliar os cursos não teria sido delegada à CPPD, mas sim transferida às coordenações dos cursos, que não colocaram em prática.

Não foi mais feito esse instrumento pois nos foi dito em uma reunião que quem deveria fazer essa avaliação eram os coordenadores dos cursos. Eles não fizeram e nós também não fizemos. (N1)

Como na prática não existe um processo de autoavaliação institucionalizado para os cursos de graduação, a Pró-reitoria de Graduação trabalha com os indicadores dos instrumentos externos de avaliação de cursos aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como sendo as ferramentas que irão prover indicativos de o que precisa ser melhorado nos cursos. Nesse contexto, a Pró-reitoria propõe os formulários de avaliação externa padronizados pelo INEP como sendo detentores de vários elementos que indicam questões pertinentes ao contexto de cada curso. Pois “já nos dá uma boa dica sobre o que existe em relação ao que é solicitado enquanto parâmetros nacionais nos cursos de graduação.” (PG)

Esse posicionamento expressa a importância dada pela gestão institucional aos indicadores dos processos de avaliação do Ministério da Educação (MEC) para criar um instrumento de autoavaliação nos cursos de graduação da Unipampa. Ou seja, “a avaliação externa, que é baseada em um instrumento, que traz elementos que podem subsidiar a autoavaliação dos cursos.” (PG)

Com essas afirmações podemos aferir que, do ponto de vista da Pró-reitoria de graduação, que com sua Divisão de Regulação e Avaliação tem a missão de auxiliar os cursos nos processos de avaliação externa, um instrumento de autoavaliação para os cursos de graduação precisa ancorar seus objetivos em apontar aspectos a serem melhorados para assegurar uma boa avaliação externa desses cursos.

Além do instrumento de autoavaliação que era aplicado no campus de Santana do Livramento, muitos docentes consideram o instrumento de avaliação do docente pelo discente, como sendo um instrumento que possa subsidiar essa demanda. Este instrumento, atualmente, é aplicado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Esse entendimento é motivado pelo fato de ser a única

devolutiva de avaliação que todos os docentes têm conhecimento. Como é descrito pela entrevistada:

O que nós temos como autoavaliação é aquela feita para os docentes no geral, que é organizada pela CPPD, que nós recebemos as notas dos professores. (CC)

Ficou constatado nos levantamentos feitos em documentos disponibilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unipampa que a IES aplica com regularidade seus instrumentos de autoavaliação institucional. Porém, no que tange as incumbências dos cursos, o único instrumento que teve sua regularidade de aplicação identificado foi a autoavaliação dos docentes feita pelos discentes.

Possivelmente esse instrumento avaliativo é mantido de forma regular por ter uma comissão permanente que fiscaliza essa aplicação, e por fazer parte do processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

A avaliação para a progressão funcional na Classe A, com as denominações de Professor Adjunto A, Professor Assistente A, e Professor Auxiliar, Classe B, com a denominação de Professor Assistente, Classe C, com a denominação de Professor Adjunto e, Classe D, com a denominação de Professor Associado, levará em consideração, entre outros, os seguintes elementos: I - desempenho didático, avaliado com a participação do corpo discente. (MEC, DOU, 23/07/2013, nº 140, Seção 1, pág. 10)

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da Unipampa, em seu memorando circular 01/2017/CPPD, estabeleceu orientações aos coordenadores dos cursos de graduação com relação a aplicação das avaliações de desempenho didático com participação discente. Orientando que a aplicação das avaliações é de responsabilidade das coordenações dos cursos, regulada pela resolução 80/2014 do Conselho Universitário, e que essa avaliação é uma prerrogativa indispensável para os processos de promoção e progressão funcional na carreira docente.

O documento reforça a necessidade de aplicação dos questionários e salienta que, mesmo contando com o apoio logístico do setor de tecnologia de informação da instituição, a tarefa de manter a regularidade dessa pesquisa cabe exclusivamente às coordenações dos cursos.

Nesse ponto é que identificamos o conflito de competências. Que segundo manifestado pelo NUDE, a atribuição de autoavaliar os cursos ficaria a cargo das coordenações dos cursos. Mas, a essas coordenações caberia a função de aplicar a

avaliação dos docentes pelos discentes. Que também não foi assumida por elas, sendo ainda organizada e aplicada pela CPPD.

No entanto, com relação a autoavaliação dos cursos, visualizamos outro conflito de competência. Conseguimos identificar nesta categoria que a Pró-reitoria de graduação, mesmo afirmando que está trabalhando uma proposta de autoavaliação para os cursos, entende que esta atribuição está a cargo da CPA. “Na avaliação interna vamos ter a CPA, que é responsável pelos processos de autoavaliação institucional e dos cursos.” (PG)

Para a CPA, a autoavaliação dos cursos é uma atribuição dos próprios cursos. Que ainda não consolidaram essa prática.

A orientação normativa, digamos assim, é de que todos os colegiados dos cursos façam semestralmente esses processos de autoavaliação dos cursos. Nós sabemos que nem todos fazem. Não é uma coisa ainda consolidada na instituição. (CPA)

Mesmo não reconhecendo como sua responsabilidade a gestão dos processos de autoavaliação nos cursos de graduação, a Divisão de Regulação e Avaliação (DRA) encaminhou aos cursos uma minuta de instrumento de autoavaliação que teria sido disponibilizada pela CPA para que contribuíssem com a melhoria do mesmo e fosse possível ofertar um modelo padronizado para essa modalidade de autoavaliação. Dessa forma, a DRA entendia que promoveria a construção de um instrumento de forma participativa.

Era isso aí que estávamos pensando nesse momento que a gente mandou o formulário, aquele mesmo formulário que está na página da CPA. Nós mandamos para os cursos fazerem avaliação, os coordenadores e as comissões dos cursos, fazerem a avaliação, então retornarem para a Prograd. Para que não ficasse uma coisa imposta de cima para baixo. Para ver quais as necessidades que eles tiveram e quais as ideias. (DRA)

A proposta de instrumento possui 24 questões e está direcionada ao público discente da IES. Para análise do instrumento e contribuições, a Prograd encaminhou um memorando circular que orienta as coordenações dos cursos¹⁵.

No campus de Santana do Livramento, o referido instrumento de autoavaliação foi analisado pelas Comissões dos cursos.

¹⁵ Memorando Circular 58/2017/PROGRAD/UNIPAMPA, de 21 de dezembro de 2017, que apresenta o Instrumento de Autoavaliação dos cursos de graduação presencial e a distância da UNIPAMPA e orienta os coordenadores de cursos sobre prazo para inserirem contribuições ao instrumento.

Participamos como observador na reunião da comissão do curso de Administração que discutiu a referida proposta de instrumento de autoavaliação para o curso. Sendo salientado pelos professores do curso de Administração que não conhecem o critério pedagógico do instrumento, afirmando que não sabem como ele contribuirá com o curso. Para eles, falta sustentação teórica para a formulação dos indicadores e apontaram que, para a construção do instrumento de avaliação, é preciso saber para que irão contribuir as respostas obtidas. Também questionaram a respeito de quais as bases teóricas utilizadas para a formulação do instrumento, afirmando que não é possível contribuir com o mesmo por não ter ao menos um texto introdutório sobre sua criação.

Com relação as possíveis inclusões de novas questões, os professores argumentaram que não basta cada curso incluir questões sem critério algum. O aluno que responder precisa de um retorno sobre o que respondeu, o curso terá que estar preparado para analisar os dados recebidos e buscar solucionar as demandas. Falta também embasamento sobre o que originou tais questões, bem como índices de escala. Por exemplo a questão de apresentação do plano de ensino não pode ser medida em nível, mas em “sim ou não”. As questões parecem ser produzidas de docentes para docentes, sem utilizar linguagem acessível aos discentes.

Deve ser analisado o quanto cada questão refletirá as demandas dos alunos. Professores opinaram sobre a possibilidade dos alunos avaliarem os próprios colegas. Também salientaram que o campus já possuiu um instrumento de avaliação dos cursos e que o mesmo não está sendo mais utilizado. Sugeriram encaminhar esse instrumento do Campus para a referida Divisão de Avaliação, mas nenhum dos presentes possui nem soube informar onde localizar tal instrumento de autoavaliação.

Os integrantes da Comissão, incluindo os discentes, afirmaram que podem ser feitas muitas críticas com relação a formatação das perguntas, devendo em alguns casos existirem opções do tipo “não se aplica”. Foi criticada a questão 9 que avalia o domínio do conteúdo pelo docente, sendo manifestado pelos participantes que a mesma não é possível ser respondida pelos alunos. Também argumentaram que algumas questões dão entendimento de serem avaliações individuais, pois alguns itens não são avaliados de formam coletiva.

Nas conclusões finais a respeito do ponto em pauta, os membros da comissão concluíram ser fundamental que o instrumento seja discutido

coletivamente entre todos os cursos. Propuseram a construção de um documento coletivo entre os cursos do Campus para apresentar os ajustes sugeridos em comum acordo.

Mesmo não sendo questionado sobre a participação dos demais segmentos da comunidade acadêmica na pesquisa, como servidores docentes ou técnicos administrativos, a comissão apontou que algumas questões possivelmente não podem ser respondidas por alunos, pois poderão não expressar a realidade do curso.

Outro apontamento a ser considerado é com relação ao fato de por que perguntar sobre determinado item. Günther, em seu livro que apresenta orientações sobre como construir um questionário, afirma que uma estrutura de questionário bem pensada contribui significativamente para reduzir o esforço físico e mental do respondente. Esse cuidado ao montar um instrumento de pesquisa também contribui com o interesse do respondente em continuar. Para o autor, é preciso construir perguntas focalizadas no objetivo da pesquisa, nas perguntas que o pesquisador quer responder por meio desse questionário. “Saber claramente por que está incluindo cada item no instrumento. Saber o que as respostas implicam para o andamento da pesquisa.” (GÜNTHER, 2003, p. 12)

Por fim, podemos afirmar que esta categoria é a que demonstra a descontinuidade e a existência de ações isoladas de processos autoavaliativos nos cursos de graduação da Unipampa.

6.1.1.3 Periodicidade de aplicação dos instrumentos

O entendimento com relação à periodicidade de aplicação dos instrumentos de autoavaliação é que, no caso da autoavaliação institucional, a mesma ocorra anualmente. Pois no mês de março as IESs precisam postar na plataforma eletrônica do MEC o referido relatório de autoavaliação.

No caso dos instrumentos de autoavaliação dos cursos, há consenso de que o mesmo seja aplicado semestralmente, pois as atividades acadêmicas acontecem nesse período. Como não existe a exigência de uma devolutiva desses resultados para instâncias externas a Instituição, essa periodicidade dificilmente é seguida nos cursos que aplicam tal avaliação.

Com relação a periodicidade da autoavaliação, penso em ser semestral, pois nós acontecemos por semestre. Nossa vida acadêmica é semestral. (CC)

Os entrevistados demonstram preocupação com o período ideal para a aplicação de um instrumento de autoavaliação nos cursos de graduação. Prevalecendo a ideia de que o melhor período seria no início do segundo bimestre letivo, quando o aluno já tem noção do funcionamento do curso e poderá ser possível a tabulação dos dados a tempo de apresentar a devolutiva antes do término do referido semestre.

Seria melhor mais no final do semestre. Por se perguntar algumas coisas do tipo: o professor apresenta o plano de ensino, o professor é pontual. Isso o aluno precisa ver. Quando sugiro no final, falo no sentido de não ser bem o início. (D1)

Mas não pode ser em período de provas. Porque nossa experiência aqui demonstrou que em período de provas, se o aluno fez a prova e já sabe que foi mal, isso reflete na avaliação do professor. Tem que ser antes do período de provas final. (D3)

Sugiro no início do segundo bimestre. Porque já passaram por um bimestre de curso. Penso em final de maio e início de junho, que não pega o período de provas. D2

E no caso de ser apontado algum ponto deficitário, o mesmo possa ser sanado, a tempo de iniciar o próximo semestre letivo. “Mas a reflexão na comissão de curso deve ser imediata, para que os problemas não se repitam no próximo semestre.” (DRA)

6.1.1.4 Público considerado para participar da construção dos instrumentos e como respondentes

Antes de colocarmos em discussão as propostas de participações no processo de autoavaliação dos cursos de graduação, demonstraremos como exemplo a organização de funcionamento da Comissão Própria de Avaliação, que é a responsável pelo processo de autoavaliação institucional. Nessa comissão é reconhecida a presença dos representantes docentes, técnicos administrativos, discentes e da comunidade externa, que participam igualmente da construção dos instrumentos de avaliação, bem como da aplicação e tabulação dos mesmos.

É visível que a instituição ainda não conseguiu fazer um processo participativo para a construção de instrumentos de autoavaliação para os cursos de

graduação. O que está ocorrendo é a divulgação unilateral, da Prograd aos cursos, de uma proposta de instrumento de autoavaliação para os mesmos contribuírem com novas questões ou adequação das existentes para a implantação dessa proposta. Tendo em vista que, para os membros da CPA, faltam diretrizes institucionais que possibilitem a gestão desses processos de forma mais efetiva, como salienta o membro da CPA:

Mas na hora que tiver uma diretriz que consiga definir uma metodologia de como isso vai acontecer, uma responsabilização de atores responsáveis por esse processo, eu acho que a gente consegue sim. (CPA)

Entre esses atores, é defendida a participação dos Comitês Locais de Avaliação (CLAs), que podem ser articuladores importantes nesse processo. O NDE, a coordenação do curso e o CLA foram apontados como atores que podem contribuir para a condução desse processo.

Não encontramos consenso com relação as categorias que devem participar como avaliadores nesse processo. Para a CPA é defendida a participação das três categorias, são elas: os servidores técnicos, docentes e alunos. A categoria técnica administrativa que participou da pesquisa defendeu que “os instrumentos devem atingir as três categorias: técnicos, docentes e discentes, mas com instrumentos específicos para cada categoria” (N1). A Divisão de Regulação e Avaliação (DRA) também reforça a importância da participação dos docentes e TAEs como avaliadores dos cursos. Mas alega que essas participações já acontecem nas reuniões de NDE e comissões dos cursos.

Com relação a participação dos docentes e TAEs como respondentes no processo de autoavaliação de cursos de graduação é importante, mas considero que essas avaliações já são feitas nos NDEs e reuniões de comissão de curso, reuniões essas onde os docentes trazem os problemas e discutem, no grupo, qual a melhor solução. (DRA)

O problema em adotar esse tipo de avaliação é que essas participações não geram relatórios formais, sistematizados e com análises rigorosas dos resultados, de forma que se possam impulsionar mudanças nos cursos e na instituição. Normalmente, o registro desses encontros fica restrito às atas, que poucos têm acesso. Não podemos esquecer que os processos de avaliação são, antes de tudo formativos, e a participação neles já representa uma possibilidade de mudanças nas formas de compreensão sobre a instituição. A avaliação é antes de tudo, uma possibilidade de conhecer a instituição e suas diferentes instâncias e dimensões.

Diferente do que pensa a DRA, a coordenação do curso de administração não acredita que seja possível utilizar o debate na comissão do curso para garantir a participação, como respondentes do processo de autoavaliação, dos docentes e técnicos administrativos. Sugerindo que seja feito um questionário específico para os docentes responderem.

Com relação a participação dos docentes como respondentes no processo de autoavaliação, penso em fazer um questionário específico para o professor responder. Tipo: eu conheço o PPC? Eu apresento o plano de ensino? Eu conheço os objetivos do curso? O perfil do egresso? Tento aperfeiçoar minha bibliografia? Etc...(CC)

Para a coordenação do curso, o debate da proposta de autoavaliação dos cursos nas comissões dos mesmos garante a participação das três categorias no processo de criação do instrumento. Para o curso, a tramitação final do instrumento avaliativo deveria passar por último na referida comissão, que referendaria o que foi pensado como instrumento avaliativo, antes de sua aplicação.

A participação das três categorias estaria garantida quando da apreciação na Comissão do curso. Podendo os discentes, por exemplo, levarem aos seus colegas a proposta de autoavaliação para discussão e trazerem para a Comissão suas contribuições, que serão deferidas ou não pelo colegiado. (CC)

Com relação às categorias que devem participar do processo autoavaliativo dos cursos de graduação, a gestão do curso desconsidera a participação da categoria técnica administrativa como avaliadores. Mas defende que os mesmos participem da construção desse processo.

Já a categoria discente coloca duas situações, a primeira é que o professor deve participar como avaliador e a segunda que os alunos precisam participar do processo, incluindo a elaboração dos instrumentos, como afirma o entrevistado A1:

O professor também deve participar como avaliador e o aluno também pode participar da formulação do instrumento (A1).

Sugerindo a criação de uma subcomissão dentro das comissões dos cursos para trabalharem a proposta de instrumento. Para os alunos “essa atribuição de organizar o processo de autoavaliação poderá ficar a cargo do NUDE ou de uma comissão criada por membros da comissão do curso.” (A1)

6.1.1.5 Dificuldades e possibilidades para implantação desses processos

A intenção de levantar as dificuldades e possibilidades para a implantação de um processo de autoavaliação nos cursos de graduação é de identificar possíveis problemas e fragilidades que possam interferir na aplicabilidade desse processo, além de apontar boas práticas que podem potencializar a eficácia da autoavaliação nos cursos.

Como o objetivo desta pesquisa é indicar possibilidades para direcionar um processo de autoavaliação nos cursos de graduação da Instituição, focamos em identificar os pontos que necessitam ser melhorados para facilitar essa implantação. Entre as fragilidades encontradas na instituição, que podem prejudicar a implantação de um processo de autoavaliação nos cursos de graduação, destacamos a dificuldade de diálogo entre setores da gestão superior. Que vem causando conflitos de atribuições que são refletidos nas atividades dos campi e cursos, conforme relatou o entrevistado da CPA.

Nós não fomos consultados em nenhum momento pela Prograd para que fosse utilizado um instrumento que sugerimos para repassar aos cursos. Em fim, algumas questões a respeito do próprio encaminhamento. A Prograd vem se dirigindo aos cursos tratando temas a respeito da avaliação institucional, sendo esta atribuição da CPA e não da Prograd. (CPA)

Até o ano de 2016 a gestão da Unipampa entendia que os órgãos com atribuições de avaliação deveriam estar vinculados à Pró-reitoria de Planejamento (Proplan). Pois seguia-se o princípio administrativo do planejamento, execução e avaliação. No entanto, com a mudança da gestão superior da Instituição, a referida Pró-reitoria distanciou-se das atividades acadêmicas e passou a focar nas atribuições de caráter financeiro. Com isso, a Divisão de Regulação e Avaliação deixou de integrar a Proplan e passou a fazer parte da Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação, na Prograd.

A CPA, por ser uma comissão que deve ter certa autonomia com relação as Pró-reitorias, deixou de integrar a Proplan e está integrando o gabinete da reitoria. Assim, a CPA mantém-se responsável pela avaliação e autoavaliação institucional e a DRA assume a avaliação e autoavaliação dos cursos.

Essa condição causou dificuldade de diálogo com a Prograd, que intervém na avaliação institucional e deixa de lado sua atribuição que é avaliação dos cursos de

graduação. “É preciso clarear a relação da Prograd com o processo de autoavaliação institucional.” (CPA)

Talvez a dificuldade de implantação de um processo de autoavaliação nos cursos de graduação tenha relação com essas mudanças na organização administrativa da instituição. Outro possível motivador é o não estabelecimento de uma periodicidade avaliativa, a não utilização dos dados de forma colaborativa, ampliada e mais significativa.

Nos cursos, acho que ainda não estamos avançando. Temos toda a ordem de dificuldades. Primeiro: a compreensão das contribuições das avaliações, segundo: que tipo de instrumentos e que metodologia podem ser utilizadas para avaliação nos cursos, nós ainda não conseguimos instituir uma política de autoavaliação nos cursos. (CPA)

Outro fator que é apontado como motivador para a não implantação de um processo institucionalizado de autoavaliação nos cursos de graduação é a forma adotada pelas gestões superiores, de dar liberdade para que cada curso decida como fazer, contribuindo para que não consigam decidir que caminho seguir, e todos construam juntos. Dessa forma, a instituição continuará por um longo tempo sem definir os processos de autoavaliação nos cursos de graduação.

Se a CPA e Prograd não trabalharem em conjunto para fazerem, por exemplo, uma formação com os coordenadores de cursos, uma formação com os NDEs, se não tivermos uma espécie de manual de autoavaliação de cursos de graduação com a periodicidade, com os instrumentos possíveis e com a metodologia, não vejo muito êxito. Continuaremos tendo ações isoladas. Só conseguiremos estabilizar um processo de autoavaliação de cursos se fizermos uma grande força tarefa. Tipo, vamos todos juntos estabelecermos uma política de autoavaliação para os cursos de graduação na Unipampa. (CPA)

Não pode haver uma disputa de atribuições entre CPA e Prograd. São visíveis as atribuições específicas de cada um. O fato do Comitê Local de Avaliação mobilizar para a avaliação da instituição como um todo, dentro do Campus, não se sobrepõe ao acompanhamento que a Prograd fará aos cursos. É preciso um trabalho em conjunto entre CPA e Prograd. Pois os dados apresentados pelos relatórios de autoavaliação institucional tem muito a contribuir com os cursos, podendo fazer parte do processo de acompanhamento que a Prograd faz aos cursos.

É importante que os cursos de graduação consigam construir uma cultura e prática de autoavaliação sistemática, focada em diretrizes para a implantação desses processos autoavaliativos. Pois terão muito mais subsídios para o momento

de suas regulações e será muito mais tranquilo para eles passarem por visitas de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento. “Ainda precisamos ter, é essa política de autoavaliação. Saber para que serve essa autoavaliação.” (DRA)

Quando discutimos a quem caberão as atribuições de pensar e aplicar um processo autoavaliativo nos cursos, surgem questões do tipo falta de tempo para essas ações. Alguns entrevistados alegam que suas atribuições inerentes ao cargo não disponibilizam tempo para trabalharem com a autoavaliação de curso. Um exemplo disso é o posicionamento da gestão do curso investigado:

Não estamos conseguindo, dentro do curso de administração, dedicar tempo para pensar uma autoavaliação. O NDE tem dedicado seu tempo em pensar perfil de vaga docente e a coordenação do curso tem suas atribuições voltadas a vida acadêmica dos alunos, a parte pedagógica. Estão todos os docentes do curso envolvidos com alguma atividade, tipo pesquisa, orientação de alunos e as atividades do curso de mestrado em administração. Nós não queremos nos comprometer a chefiar algo que não conseguiremos acompanhar. (CC)

Outro fator importante a ser considerado, quando falamos em instrumento de pesquisa como ferramenta para coleta de dados, é o baixo índice de participação voluntária dos respondentes. A CPA descreve que em seus instrumentos de autoavaliação institucional, que tem com respondentes as três categorias da comunidade acadêmica, vem atingindo ao longo dos anos a média de 12% de participação. A CPA justifica esse índice pelo fato de serem instrumentos muito longos, com média de 60 questões, que desmotivam muitos respondentes a concluírem a tarefa.

Para os alunos entrevistados, o retorno da gestão com relação aos problemas apontados por eles é o principal motivador para que, a cada novo instrumento aplicado, aumente a adesão da categoria. O aluno “precisa saber o que está sendo feito com os dados apontados para se motivar a participar. Esses dados não podem ficar guardados sem dar retorno ao público.” (A1)

6.1.2 Respondendo a segunda questão de pesquisa

A Segunda questão da pesquisa refere-se a: como se caracterizam os processos de Autoavaliação realizados pela Unipampa?

Respondendo esta questão será possível identificar como esses processos de autoavaliação da Unipampa estão estruturados.

Para responder esta questão, foram desdobradas as seguintes categorias para análise:

- Composição da CPA
- Formação dos membros
- Participantes do processo – como participam
- Instrumentos utilizados
- Formas de elaboração dos instrumentos
- Articulação com a avaliação institucional
- Forma de aplicação dos instrumentos
- Análise e composição dos resultados
- Divulgação e uso dos resultados

As duas primeiras categorias abordam aspectos específicas da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

6.1.2.1 Composição da CPA

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa é um órgão colegiado permanente, constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. É constituída por comitês locais, um em cada campus e uma comissão central.

Os Comitês Locais de Avaliação (CLA) são compostos, em cada Campus, por um representante do corpo docente, um representante do corpo técnico-administrativo em educação, um representante discente e um representante da sociedade civil.

A Comissão Central de Avaliação (CCA) é composta por representantes dos Comitês Locais de Avaliação, sendo cinco servidores docentes, cinco servidores técnico-administrativos em educação, cinco discentes e três representantes da sociedade civil. Também compõe a CCA um representante da Comissão Superior de Ensino, um representante da Comissão Superior de Pesquisa e um representante da Comissão Superior de Extensão; além do coordenador de Avaliação e de um representante dos servidores técnicos administrativos da reitoria. Este último foi incluído por uma alteração no regimento da CPA que foi aprovada em 2017. “Porque era uma unidade que acabava não tendo uma representação.” (CPA)

Segundo previsto em seu regimento, os representantes docentes, técnicos administrativos, discentes e comunidade externa devem ser eleitos. No entanto, a comissão não está conseguindo fazer dessa forma devido a recorrente desistência dos membros. A CPA acaba recompondo os comitês por indicações das gestões dos campi, conforme relata a representante da comissão:

A norma prevê que esses membros sejam escolhidos por eleição. E sempre iremos defender isso. Mas, em muitos campi, não temos candidatos e as pessoas não conseguem entender esse processo, já estão participando de outras comissões ou atividades. Dai acaba funcionando como uma forma de autoindicação mesmo, ou indicação da gestão para os membros que irão compor os comitês locais de avaliação. (CPA)

6.1.2.2 *Formação dos membros*

Não existe uma política voltada para a formação dos membros da CPA. Até o ano de 2014 a universidade disponibilizava recursos para que a comissão organizasse algum tipo de formação aos membros.

Eu cheguei na comissão no período das “vacas gordas”, quando tínhamos dinheiro sobrando para diárias e eventos, existia um investimento na formação dos membros da CPA, nós reservávamos no mínimo doze horas anuais de formação. Então, a cada início de ano, a cada nova formação da CPA, a gente conseguia fazer um seminário de formação para a CPA em Bagé. Isso aconteceu em 2012, 2013 e 2014. Em 2015, já começo do ano, diminuiu o recuso, não sendo possível fazer essa formação. (CPA)

Atualmente a capacitação dos integrantes da CPA se dá em serviço. Esses novos integrantes aprendem com os colegas que a mais tempo atuam na comissão. “No momento que passamos a ter essa restrição orçamentária, a formação passou a acontecer em serviço. Entrou na CPA e vai pegando as coisas.” (CPA)

O que pode atenuar essa falta de capacitação de seus integrantes é a previsão, no seu regimento, de que a rotatividade dos representantes docentes e técnicos administrativos na comissão deva ocorrer em anos distintos. Uma categoria seria renovada em anos pares e a outra em anos ímpares. De forma que sempre terão pessoas com alguma experiência para auxiliar os novos integrantes e possibilite a manutenção do trabalho.

Uma alternativa que estamos pensando para o próximo ciclo avaliativo que está iniciando é uma formação pelo Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal (NUDEPE), oferecendo como uma capacitação específica, com cerca de vinte horas de atividade. A gente observa que muitas pessoas acabam desistindo da CPA por conta de não saberem da demanda de trabalho que existe. Outros porque não se sentem capacitados para essa atuação. Nós

aliarmos essa capacitação ao NUDEPE pode ser uma alternativa interessante. (CPA)

Constatamos que, mesmo tendo ocorrido em anos anteriores algumas atividades formativas, não existe uma capacitação regular dos membros da CPA. O que percebemos é que a Unipampa possui um setor responsável por promover a formação de seu pessoal, e que a CPA está buscando parceria com o referido setor para criar e manter uma capacitação regular de seus integrantes.

6.1.2.3 Participantes do processo: como participam.

Procuramos demonstrar nesta categoria da questão o posicionamento da comunidade acadêmica com relação a como ocorre sua participação nos processos autoavaliativos da Unipampa. Bem como o posicionamento desta comunidade sobre como deva ser sua participação.

As informações obtidas no Regimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unipampa e na entrevista feita com sua representante, apontaram que no instrumento de autoavaliação institucional as quatro categorias, incluindo a comunidade externa, participam da construção dos indicadores avaliativos e da análise dos dados obtidos com os questionários. Essa participação é garantida pelo fato de esses participantes comporem os Comitês Locais de Avaliação. Porém, com relação ao público avaliador, a comunidade externa não participa do processo. No entanto, o instrumento é direcionado a todos os docentes, discentes e servidores técnicos administrativos da instituição, que participam avaliando todos os indicadores do instrumento.

Para um processo de autoavaliação de cursos de graduação, identificamos nas entrevistas que também é defendida a participação de toda a comunidade acadêmica, tanto na organização quanto na participação como avaliadores. Mas, com relação a participação dos servidores técnicos administrativos, alguns entrevistados entendem que essa categoria seria indispensável nas atividades de pensar o processo autoavaliativo, mas teria pouca participação como avaliadora. Essa afirmação fica evidenciada nas falas dos docentes D1 e D4:

Como avaliador, acho que o professor seria interessante, principalmente na questão de eu me avaliar. Mas o servidor técnico, eu acho complicado. Eu não vejo uma participação efetiva do técnico nesse instrumento. (D1)

O servidor técnico pode participar com algumas questões diferentes, por exemplo sobre estrutura do curso. Porque as vezes o aluno tem questões de infraestrutura, de sistemas para fazer matrícula. Dai o técnico pode auxiliar. Por que ele está ali, está vendo que tem problema de horário por exemplo, que a gente ou a coordenação não vê. (D4)

Nota-se que a comunidade externa é deixada de lado quando se fala em autoavaliação de curso. Talvez porque essa comunidade não possui assento nas comissões dos cursos. Somente nos Conselhos de Campus, Universitário e na CPA.

Também observamos que, com relação as questões do instrumento de autoavaliação dos cursos, existe indicativo de que sejam específicas para cada uma das categorias: docentes, técnicos administrativos e discentes.

Penso que os instrumentos devem atingir as três categorias, técnicos, docentes e discentes, mas um específico para cada categoria. (N1)

Com relação aos possíveis agentes e suas atribuições em um processo de autoavaliação para os cursos de graduação, a gestão do curso de Administração apresenta como proposta a participação dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) como agentes responsáveis por pensar o fluxo do processo e os instrumentos de coleta das informações. A participação do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE) nessa etapa também é vista como necessária, além da participação dos Comitês Locais de Avaliação (CLAs).

Os agentes que devem participar do processo são: o NDE para formulação, a comissão do curso para revisão e aprovação, e para aplicação do instrumento e articulação com os setores poderá ficar a cargo do NUDE e do Comitê Local de Avaliação. (CC)

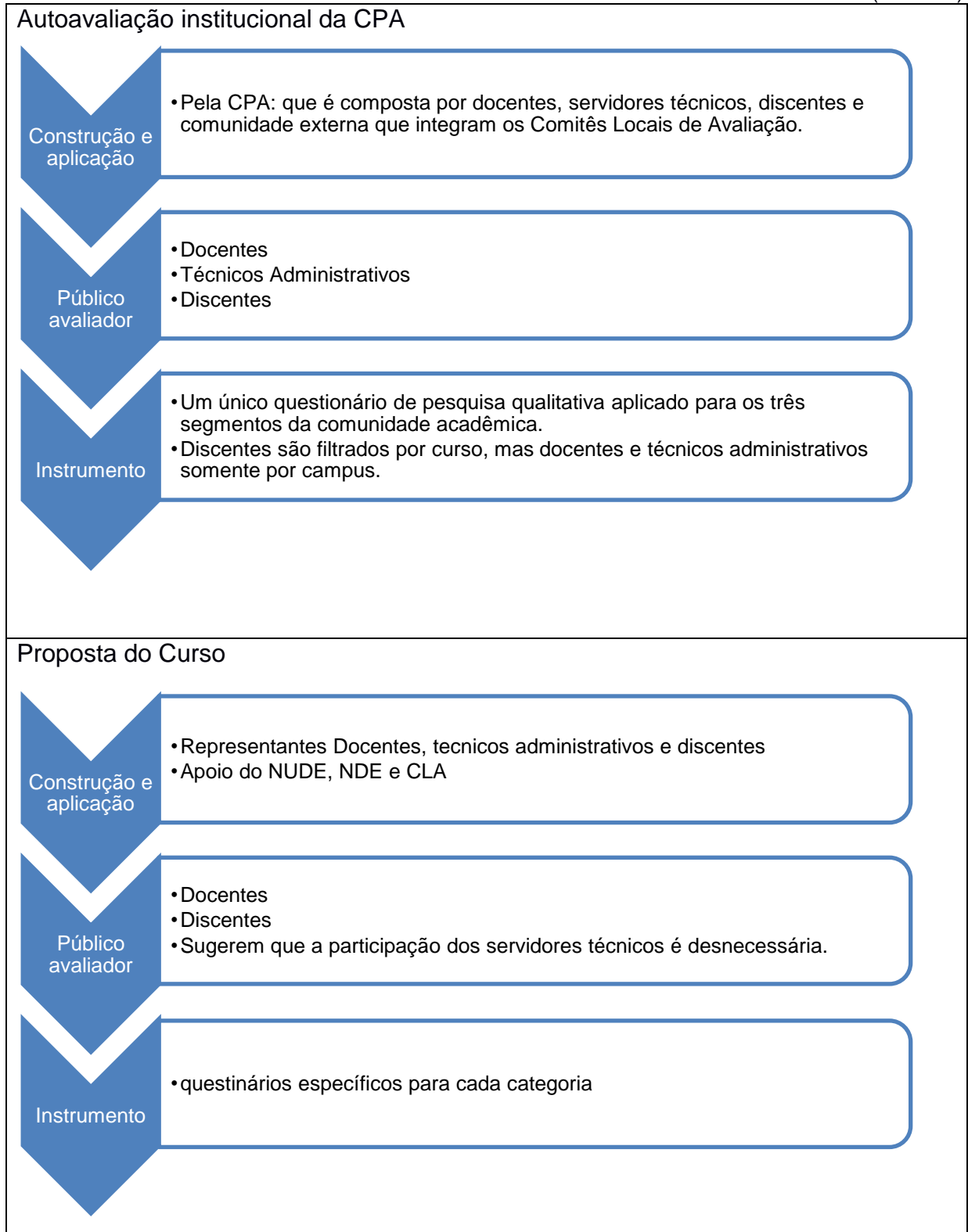
Para a Divisão de Regulação e avaliação (DRA), uma proposta de fluxo completo para um processo de autoavaliação teria a Pró-reitoria de Graduação (Prograd) como encarregada do envio de um instrumento de autoavaliação sugerido pela CPA, para discussões nos cursos, cabendo as comissões dos cursos avaliarem o instrumento inicial. Na sequência seria feita a devolutiva de todas as comissões dos cursos à Prograd, que redigiria uma resolução para institucionalizar a autoavaliação de curso. “Institucionalizar faz parte de cuidar da melhoria dos cursos e Universidade com reflexos nas avaliações externas.” (DRA)

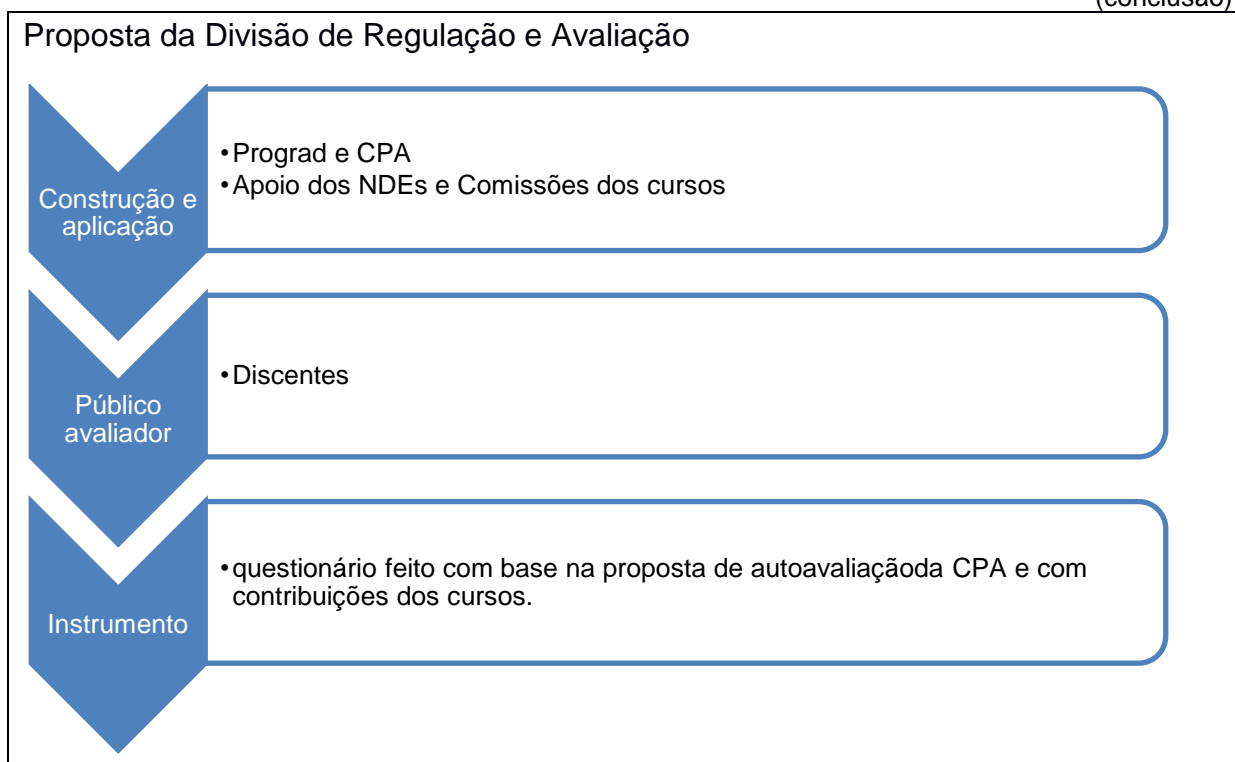
Após aplicação dos instrumentos e a devolutiva dos dados, as comissões dos cursos ficariam responsáveis por avaliar os resultados e gerar relatório para encaminhamentos de melhorias e soluções. Nesse ponto, também pode haver

atuação dos NDEs, que tem atribuição de replanejar e propor melhorias no projeto de curso.

Quadro 11 – Esquemas de fluxos autoavaliativos existente e propostos:

(continua)





Fonte: Criado pelo autor com base em dados das entrevistas

6.1.2.4 Instrumentos utilizados

Nesta categoria, trazemos os instrumentos avaliativos em vigor na Unipampa. Com breve explicação sobre suas formas de aplicação, conforme informações obtidas com os entrevistados. No processo de autoavaliação institucional da Unipampa é utilizado como instrumento de coleta das informações um questionário eletrônico que é disponibilizado à comunidade acadêmica através de e-mails enviados pela CPA.

A mesma metodologia é utilizada para a avaliação do docente pelo discente que é feita pela CPPD.

Na autoavaliação dos cursos de graduação que existiu no campus de Santana do Livramento, que era coordenada pelo NUDE, o instrumento de coleta também era no formato de questionário. O que observamos de peculiar na aplicação desse instrumento foi a forma encontrada pelos aplicadores para assegurar o índice satisfatório de participação dos discentes:

Os professores levavam os alunos até algum dos laboratórios de informática onde acessavam o questionário e respondiam individualmente. Então a

gente começava bem cedo, para evitar que os alunos se auto dispensassem. (N1)

Para os entrevistados que participaram da aplicação desse instrumento, um diferencial existente era a forma como eram tabulados os dados obtidos. Pois além de ter questões a ser respondidas em escala Likert¹⁶, o questionário também possuía caixas de textos que necessitavam de análise mais minuciosa, conforme descrito na fala abaixo:

No final da avaliação havia uma caixa de texto onde o aluno escrevia o que queria, aspectos positivos, aspectos a serem melhorados. Dai nós fazíamos uma leitura de todas as falas e fazíamos um relatório também. Então, encaminhava para a coordenação acadêmica e para os coordenadores dos cursos trabalharem com seus professores. (N1)

Mesmo para as categorias docentes e técnicas administrativas os entrevistados não apresentam outra proposta de instrumento de coleta que não seja no formato de questionário. Talvez pelo fato desse tipo de instrumento não provocar a dispersão dos respondentes com o assunto em foco.

Pois se for feita uma reunião de professores para coletar as informações da autoavaliação docente vai acabar virando uma discussão sobre reformulação de PPC. Irão dispersar nas discussões, pois alguns docentes têm forma de pensar muito diferente do que é previsto nas normas. O questionário poderia ser aplicado em uma reunião da comissão do Curso. (CC)

6.1.2.5 Formas de elaboração dos instrumentos

Com relação a forma de elaboração do instrumento para a autoavaliação institucional da Unipampa, que é desenvolvida pela CPA, são utilizados como indicadores avaliativos os objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além dos indicadores avaliativos do instrumento de avaliação institucional do MEC. A comissão compara os objetivos do PDI com os indicadores do projeto de avaliação institucional para redesenhar as questões, conforme descrito pela representante da CPA:

Nós utilizamos ainda os indicadores previstos no PDI, que foram cruzados a partir dos objetivos do PDI e do próprio primeiro projeto de autoavaliação institucional. Que para cada uma das dimensões do SINAES, descrevia

¹⁶ Escala que permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do entrevistado com qualquer afirmação proposta.

indicadores de avaliação, relacionando assim aos eixos e objetivos do PDI esses indicadores. Ainda assim, nosso grande balizador são os indicadores do PDI. (CPA)

Identificamos que o projeto de autoavaliação institucional da Unipampa sofreu consideráveis mudanças em sua forma de aplicação para adequar-se às orientações previstas na Nota Técnica nº 065/2014. Essa Nota Técnica estabelece o período de transição relativo ao ano de 2015, como sendo o primeiro ano de um novo ciclo de autoavaliação. Assim, o Projeto de Autoavaliação Institucional passa a seguir as premissas propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tendo como consequência a criação de um instrumento que avalie os cinco eixos do SINAES. Como relatou a representante da CPA:

Esse instrumento, conforme previsto no projeto de autoavaliação institucional, sempre era elaborado pela Comissão Central de Avaliação a partir do que era trazido pelos comitês Locais de Avaliação. Para a própria elaboração do instrumento nós sempre fizemos contato com a Pró-reitoria ou gestão da dimensão ou eixo a ser avaliado naquele momento. Em 2015, pela própria questão da nota técnica do Inep, que passa a exigir a obrigatoriedade de avaliar todos os eixos numa só aplicação, é que daí a gente fez um instrumento mais enxuto, que de certa forma contemple todos os eixos. (CPA)

Com relação a autoavaliação dos cursos de graduação, uma proposta é de que essa discussão deva ser feita dentro do curso.

A proposta pode vir da CPA ou da Prograd, mas essa autoavaliação tem que ficar dentro do curso. Depois, a nível institucional, caso houver algum indicador de caráter geral, como questões de infraestrutura e outros. Essa autoavaliação tem que ser discutida no curso porque nele é que se planeja e executa o PPC. (DRA)

Entre as fontes de informações que poderão ser utilizadas na construção dos indicadores avaliativos em um instrumento de autoavaliação de curso de graduação, a gestão do curso considera como fundamental a utilização do PPC do curso.

Para a construção de um instrumento de autoavaliação deverá ser considerado, em primeiro lugar, o PPC do curso. Para verificar se os objetivos propostos estão sendo cumpridos. (CC)

É possível que, ao aprofundarmos a busca por parâmetros avaliativos para os instrumentos de autoavaliação dos cursos, nos deparamos com indicadores das avaliações externas. Notamos que essa forma de pensar a autoavaliação dos cursos está presente na visão da gestão superior:

Quando penso em alguns requisitos, e esses expressos em relação as diretrizes curriculares nacionais, as legislações, eu começo a considerar o

que tenho em termos de avaliação externa, e tenho que considerar esses instrumentos. (PG)

Com relação a forma de avaliação a ser aplicada, identificamos a preocupação de que o instrumento foque sua avaliação no curso e não no professor, pois este já é avaliado pelo instrumento da CPPD.

Com relação ao questionário a ser respondido pelo aluno, esse instrumento deverá avaliar o curso no geral, pois já existe uma autoavaliação do professor, que é a feita pela CPPD. As questões não poderão ter caráter individual, como perguntas do tipo “o professor”, pois não saberíamos a que professor o aluno está se referendo. Deve-se ter o cuidado na formulação das questões de forma que fique claro que o objeto avaliado é o curso e não um professor específico. (CC)

Com relação a esse ponto, a gestão superior tem posicionamento contrário ao da gestão do curso. Propondo que a autoavaliação dos docentes pelos discentes possa ser feita em conjunto com a autoavaliação dos cursos.

A CPPD não tem articulado a todo semestre essa autoavaliação. Os docentes acabam tendo que fazer seus próprios instrumentos na hora de progredir. E nesse sentido veio bastante sugestão de articular essas duas avaliações. Então, mudaria aquele formulário para que o professor também pudesse utilizar para sua progressão o mesmo formulário. (DRA)

Para a DRA os processos de autoavaliação da instituição não estão articulados entre si. Essa falta de articulação ocasiona o retrabalho em alguns casos. Como o que ocorre com o instrumento de autoavaliação docente, que poderia ser absorvido num instrumento que avaliasse internamente os cursos de graduação, com questões específicas por disciplinas, que estariam diretamente avaliando o docente responsável pelas mesmas.

6.1.2.6 Articulação com a avaliação institucional

No projeto de autoavaliação institucional não está prevista essa articulação, mas no decorrer da aplicação do instrumento a CPA foi percebendo a necessidade disso. Em alguns indicadores do instrumento de autoavaliação institucional é visível esse cruzamento. “Essa ideia de ter como base o instrumento de avaliação da instituição ou do curso foi a partir de 2016 que começamos a fazer. Sempre tendo como referencial o PDI.” (CPA)

Essa possível ligação como indicadores externos não foi mal vista pelos entrevistados. Muitos defende que deve ser considerado o instrumento do MEC como referência para a autoavaliação.

Eu acho que esse instrumento deve ter como espelho o instrumento de avaliação externa. Não adianta criar um instrumento baseado em outra fonte. Claro que precisamos entender nossa realidade, mas precisamos ter praticamente como espelho a normativa do Mec. (D1)

A Prograd afirma que “não existe a política institucional em termos de avaliação como um todo, a política não está instituída ainda.” (PG)

Por isso vem desenvolvendo o acompanhamento dos cursos com base nos indicadores externos. Uma espécie de controle somativo¹⁷, que procura atingir os objetivos propostos pelo avaliador externo.

Ainda temos um trabalho de acompanhamento, de foco, por parte da Prograd, na avaliação institucional e na avaliação dos cursos, considerando a avaliação externa. (PG)

6.1.2.7 Forma de aplicação dos instrumentos

Com relação ao instrumento de autoavaliação institucional da Unipampa, observamos que em seu público-alvo incluem-se as três categorias da comunidade acadêmica, com exceção da comunidade externa, que não participa como respondente. Esse instrumento é aplicado igualmente as três categorias, não sendo feita distinção de perguntas específicas a cada grupo. O instrumento também não direciona questões a seus usuários, como no caso de questões referentes a acessibilidade, que não são encaminhadas somente para os que se julgam usuários. “Seguimos um caminho, ao utilizar um único instrumento para toda a comunidade acadêmica, ela pode nos trazer um subsídio importante.” (CPA)

Mas não é consenso de que esse formato de aplicação do instrumento seja o ideal. Verificou-se que, na intenção de evitar discrepâncias nas respostas dos entrevistados, a CPA adotou em cada questão uma alternativa para os que se

¹⁷ É a base da avaliação somativa, que tem nos objetivos previamente traçados o seu principal referencial avaliativo. A instituição segue metas e objetivos para o seu desenvolvimento e utiliza da avaliação para medir se está próximo de atingir ou já atingiu tais objetivos. Este tipo de avaliação adota critérios de produtividade, com foco na eficácia dos processos e na geração de resultados.

consideram não usuários do item avaliado. De forma que ao marcar essa alternativa, a avaliação não influencia na média do indicador.

É importante direcionar a questão para o usuário pela qualidade da informação. (D3)

Até poderia se utilizar na escala o “não se aplica”. Porque na hora de analisar fica fácil de saber porque determinada categoria não respondeu. Mas seria melhor se pudesse separar as questões por categorias. (D5)

A única experiência com instrumento de autoavaliação nos cursos de graduação do Campus de Santana do Livramento foi quando o NUDE aplicava seu questionário de autoavaliação aos discentes. Esse questionário, mesmo sendo classificado pelo NUDE como de autoavaliação dos cursos, oscilava entre autoavaliação do campus e dos docentes. Pois tinha questões referentes a parte administrativa do campus e a atuação dos docentes. Essa forma de pensar um instrumento de autoavaliação para os cursos também é defendida pela gestão superior:

Devem existir perguntas gerais, do tipo avaliação da coordenação, da Unipampa e da infraestrutura, mas as outras deveriam ser relacionadas aos componentes. Neste caso estaria avaliando o desempenho do professor daquele componente, avaliação essa que poderia ser utilizada para CPPD. Seria uma possibilidade de mapear de forma mais pontual algum problema. (DRA)

Quando tratamos da forma como aplicar um instrumento e o retorno dos respondentes, podemos fazer um comparativo entre esse instrumento autoavaliativo que existiu no campus de Santana do Livramento e o instrumento de autoavaliação institucional da CPA. Ambos eram no formato eletrônico, que facilitava a tabulação dos dados. Mas esse primeiro era respondido por todos os alunos ao mesmo tempo. Sendo eles conduzidos a um laboratório de informática, onde tinham acesso ao questionário eletrônico.

Eu escolhia aqueles professores mais acessíveis para solicitar que levassem seus alunos no laboratório de informática para responderem o questionário. Eles levavam os alunos até a porta do laboratório. As vezes faltava um aluno ou outro, porque nós não avisávamos eles, somente os professores. Tal horário o professor subia com os alunos. (N1)

Mas é um processo diferente que, embora eles estivessem voluntariamente era, digamos que, quase que forçoso. Pois nós pegávamos e levávamos. Mas realmente faz sentido. Porque acredito que quando é mandado por e-mail e deixar que eles respondam é uma hipótese de que aqueles que irão responder sejam, talvez em sua maioria, alguns que não estejam contentes. (N2)

Essa forma de aplicação do instrumento garantia uma boa média de participação. Mas só é possível de ser praticada com a categoria discente, pois é difícil reunir os servidores docentes e técnicos administrativos para esse fim.

Já o formato utilizado pela CPA, que encaminhava o *link* com o questionário aos respondentes, vem obtendo uma média de 12% de participação, conforme pode ser observado nos últimos relatórios de autoavaliação institucional.

6.1.2.8 Análise e composição dos resultados

Foi identificada como uma característica comum entre o instrumento de autoavaliação institucional e o que existia no Campus de Santana do Livramento a utilização de caixas abertas, em que o entrevistado pudesse expressar suas opiniões.

No final da avaliação tinha uma caixinha de texto onde o aluno escrevia o que queria, aspectos positivos, aspectos a serem melhorados. Inclusive, as vezes alguns desabaços. Dai nós fazíamos uma leitura de todas as falas e fazíamos um relatório também. (N1)

Ambos instrumentos apresentavam questões que possuíam caráter quantitativo, mas o que mais ocorriam eram questões de cunho qualitativo. “O investimento em caixas abertas no instrumento de autoavaliação institucional aplicado neste ano já nos deu um outro olhar qualitativo sobre o processo.” (CPA)

As opiniões com relação a forma de aplicar e analisar um instrumento de autoavaliação para os cursos também indicam que a tecnologia da informação teria papel fundamental para a execução desse processo. “Alguém do Núcleo de tecnologia da Informação poderia automatizar a ponto de facilitar.” (D3) Mas essa automação não pode deixar de lado a atuação de agentes qualificados que possam intervir nessa tabulação, interpretando pontos que possam passar despercebidos entre os números obtidos.

O processo poderá estar automatizado, mas tem que ter alguém que irá fazer esse filtro. Acho que tem que ser o NUDE, porque ninguém conhece essa parte pedagógica do Campus como o NUDE. (D3)

Diferente do que ocorre com o instrumento de avaliação do docente pelo discente, aplicado pela CPPD, que transforma os índices obtidos nos indicadores em notas, que são atribuídas a cada docente, os instrumentos da CPA e do NUDE

geram, ou geravam, relatórios finais. Que após interpretação das contribuições obtidas nas caixas abertas, descreviam os pontos fortes e pontos a crescer.

Identificamos que o instrumento que era adotado pelo NUDE possuía uma peculiaridade na análise dos resultados. Nesse instrumento a parte qualitativa, composta pelas questões das caixas de texto, era interpretada pelos servidores técnicos do NUDE, que emitiam um relatório contendo os indicativos de satisfação. Já a parte quantitativa, o questionário em si, era filtrado pelo coordenador do curso na intenção de excluir entrevistados que demonstraram excesso de avaliações positivas ou negativas. Acreditava-se que assim filtrariam opiniões dos que realmente responderam o questionário com seriedade.

O professor que era o coordenador do curso de Administração usava uma estratégia, que eu acho útil e interessante, que era retirar esses extremos da média. Por exemplo, o aluno que deu zero para o professor é aquele que não gosta do professor. Então esse não conta na média. (D3)

6.1.2.9 Divulgação e uso dos resultados

Os resultados da autoavaliação institucional da Unipampa são apresentados em forma de relatório, sendo este obrigatoriamente encaminhado ao MEC, no início de cada ano. Essa é uma exigência legal imposta pela lei que regulou o SINAES.

A dinâmica que a CPA utiliza para disponibilizar esses resultados à comunidade acadêmica pode ser pontuada de duas formas. O primeiro ponto da divulgação do resultado é a sua publicação, “acho que esse é o ponto chave; é a manutenção da página da CPA sempre atualizada e a publicação do relatório na página, porque fica ali para acesso a toda a comunidade acadêmica”.(CPA) O segundo ponto é a devolução nas reuniões de gestão, é a apresentação nas reuniões de gestão. Seja da alta gestão ou da gestão do campus, conselho do campus e direções.

Atualmente a CPA introduziu a ideia de apresentar a comunidade acadêmica de uma forma mais efetiva. Que envolve coordenação acadêmica, de cursos, discentes, NDE e público em geral. É uma forma de discutir a autoavaliação no campus, que está sendo implantada neste ano de 2018, quando a comissão passou a visitar os campi divulgando seu relatório de autoavaliação.

Esse novo formato de divulgação tornou-se possível porque o setor de Tecnologia da informação que desenvolveu e auxiliou na tabulação dos dados do

instrumento, consegui aplicar um filtro por campus e cursos. Dessa forma cada campus terá uma devolutiva com dados relacionados a cada um. Essa filtragem dos dados teve como parâmetro a identificação dos respondentes por ordem de campus de lotação e curso que frequentam.

Até o ano de 2013 a CPA apresentava os resultados da autoavaliação institucional somente para a alta gestão, para Reitoria e Pró-reitorias. “Notamos que essa devolutiva dos dados não tinha ‘eco’”. (CPA) Então em 2014, 2015 e 2016 passou a incluir as direções dos Campi nesse processo, notando uma considerável melhora no resultado da divulgação.

Os comitês locais de avaliação passaram a ser muito mais cuidados pelas direções dos campi. As direções começaram a ter preocupação muito maior de que os comitês locais estivesse estruturamos. (CPA)

Em 2017 foram feitas visitas aos campi pela presidência da CPA, reunindo-se com as direções e os Comitês Locais.

A importância desses dados da autoavaliação feita pela CPA chegarem até os cursos é reconhecida pela gestão superior da instituição. Pois, de posse desses resultados, os cursos que não possuem um instrumento de avaliação interna, podem repensar suas práticas com base em algumas dessas informações.

Como docente, não vejo uma discussão nos campi e nos cursos com relação aos resultados apresentados por esses relatórios de autoavaliação. O próprio Inep aponta isso, a importância da CPA. E no curso também, as comissões dos cursos deveriam se valer disso para avaliarem seus cursos. Os resultados seriam discutidos na comissão de curso e, no caso de implicações em melhoria do projeto do curso, ser levado ao NDE. (DRA)

Os entrevistados demonstram preocupação com o que é feito com os resultados obtidos. Afirmando que o respondente sempre deverá perceber o que foi ou está sendo feito com relação aos pontos apresentados como deficientes. Esse retorno à comunidade acadêmica, quando visível, pode ser um motivador para que, a cada nova avaliação, aumente a participação desses respondentes.

O importante ao final é que os alunos tenham acesso a um *feedback*¹⁸ Porque senão incorre no problema de sempre: os alunos reclamando que tem que responder outro questionário que não vai dar em nada. (D1)

¹⁸ Em sua tradução literal, *feedback* significa retroalimentação. É uma mensagem clara e objetiva sobre comportamentos e suas implicações. E engloba desde o simples reconhecimento de um trabalho bem feito até uma sugestão de como melhorar um desempenho. (BOND, 2011, p.34)

Penso que uma parte importante de todo o processo avaliativo é o *feedback*. Então eles preenchem aquilo e no outro semestre a vida segue. [...] Então muitos comentam: “- Ó professora, a gente está acostumado a responder aqueles questionários, mas parece que não serve para nada”. Acho importante, tanto o aluno saber que os professores foram informados, ou nós comentarmos com eles no próximo semestre. Eu não sei, mas o *feedback* acontecer de fato, tanto para o professor como para o aluno, é fundamental. Se não vira somente em “pró forma”. (D5)

Observamos que não basta divulgar os resultados e não demonstrar o retorno dos mesmos. Talvez o esforço da CPA em espalhar os resultados para demais setores tenha a intenção de auxiliar na implantação de soluções para os problemas apontados. Pois não cabe a CPA a tarefa de remediar os indicadores que carecem de melhorias, mas sim levar as informações aos setores competentes para essa tarefa.

6.1.3 Respondendo a terceira questão de pesquisa

A Terceira questão da pesquisa refere-se a: Que implicações a Autoavaliação têm na organização e funcionamento do Curso de Graduação?

O que se busca com a resposta para esta questão é identificar quais as contribuições da autoavaliação institucional e de outros instrumentos autoavaliativos que existam na Unipampa para as atividades dos cursos de graduação.

Para responder esta questão, foram desdobradas três categorias para análise:

- Descrever os processos de autoavaliação existentes na IES e suas implicações com os cursos de graduação;
- Formas de interlocução do processo de autoavaliação feito pela CPA com os cursos;
- Ações geradas a partir dos resultados.

6.1.3.1 Processos de autoavaliação existentes na IES e suas implicações com os cursos de graduação

A resposta para esta categoria é apresentada no formato de subtítulos, especificando cada processo autoavaliativo da Unipampa que foi identificado pelos entrevistados.

Autoavaliação institucional: O processo de autoavaliação institucional é baseado em instrumento aplicado anualmente pela CPA, que mede a satisfação à nível de instituição com relação aos indicadores definidos pela Comissão. Neste ano a comissão conseguiu desmembrar os dados por campus, relacionando os respondentes a seus campi de origem. Assim, está sendo possível a execução de uma devolutiva com dados individualizados a cada campus. A CPA espera que, dessa forma, as ações necessárias para a melhoria de pontos a crescer sejam efetivamente tomadas. Pois se a gestão de cada Campus empenhar-se em sanar suas deficiências, a instituição ganha como um todo. Essas contribuições dos campi auxiliarão a gestão superior para que dedique seus esforços as demandas de caráter geral para a Unipampa.

No que tange aos cursos de graduação, a CPA também está conseguindo tabular seus dados individualizados por respondentes de cada curso. Isso é possível pois o sistema informatizado da pesquisa permite identificar a categoria do respondente, a que campus ele está vinculado, e se for aluno também identifica em que curso está matriculado, mantendo o anonimato com relação a sua identificação pessoal.

Porém, a utilização desses dados pelos cursos deve ser pensada por suas coordenações. Essa devolutiva que está sendo feita pela CPA compõe-se de dados administrativos e acadêmicos, cabendo a cada curso a interpretação das informações que considera relevantes.

O que cabe salientar é que esses dados da autoavaliação institucional ainda não estão sendo aproveitados pelos cursos. Também é importante ressaltar que a CPA não orientou os respondentes dessa última autoavaliação institucional para avaliarem os indicadores considerando como eles são vistos em seus cursos ou campi. Por isso não é possível garantir que as informações do relatório de autoavaliação institucional que estão sendo tabuladas por campi e cursos expressam a realidade dos mesmos.

Avaliação do docente pelo discente: Outro processo de autoavaliação existente na Unipampa que possui ligação com os cursos de graduação é a autoavaliação do docente pelo discente, que está a cargo da CPPD.

Esse instrumento é a ferramenta em vigor que a Comissão adotou para atender uma exigência legal para a progressão funcional da categoria docente. Sua execução é regulada pela resolução 80/2017/CONSUNI¹⁹ e pelo memorando circular 01/2017/CPD²⁰. Para que o professor consiga progredir em sua carreira, ele precisa, entre outros requisitos, ser aprovado em seu desempenho didático, que deve ser avaliado com a participação do corpo docente.

O Conselho Universitário da Unipampa regulou que a realização da Avaliação de Desempenho Didático, com a participação do corpo docente, é de responsabilidade das Comissões dos Cursos de Graduação, sendo facultado a Comissão de Curso delegar o processo de avaliação a uma subcomissão.

A CPD, em seu memorando circular 01/2017 também delega as comissões dos cursos essa tarefa. Mas atualmente a CPD continua aplicando o instrumento. Nesse mesmo memorando a Comissão descreve que, mesmo sendo aplicado por ela o instrumento de avaliação, cabe aos cursos a observância com relação a execução do mesmo, se eximindo de eventual falta de aplicação por ela.

Observamos que, mesmo sendo importante para a carreira do corpo docente, esse processo avaliativo não é assumido pelos cursos de graduação. A CPD utiliza como instrumento o mesmo modelo disponibilizado pela Resolução 80/2014, em seu apêndice II.

Recebemos manifestações de que as vezes esse instrumento não é aplicado e o docente interessado em sua progressão precisa fazer sua própria pesquisa. Dessa forma o referido instrumento soma-se a mais uma ferramenta que serve somente para atender alguma exigência legal.

Os docentes acabam tendo que fazer seus próprios instrumentos na hora de progredir. A CPD não tem articulado a todo semestre essa autoavaliação. E nesse sentido veio bastante sugestão de articular essas duas avaliações. Então, mudaria aquele formulário para que o professor também pudesse utilizar para sua progressão o mesmo formulário. (DRA)

Esse posicionamento da DRA aponta a possibilidade de se pensar um processo de autoavaliação para os cursos de graduação que também possa atender a demanda dos docentes com relação a avaliação didática pelos docentes.

¹⁹ Resolução do Conselho Universitário da Unipampa que aprova o Programa de Avaliação de desempenho para fins de desenvolvimento na carreira dos professores.

²⁰ Memorando da CPD que orienta os curso com relação as avaliações de desempenho didático com a participação dos docentes.

6.1.3.2 Formas de interlocução do processo de autoavaliação feito pela CPA com os cursos

Para este ano estão sendo preparadas reuniões nos campi que envolverão as coordenações dos cursos, colegiados, corpo docente e técnico administrativo e diretórios acadêmicos para a divulgação dos dados da avaliação de 2017. Assim, a CPA acredita que dará início a uma interlocução com os cursos de graduação.

Outra possibilidade para estreitar o contato da autoavaliação da CPA com os cursos de graduação é o fortalecimento dos Comitês Locais de Avaliação, pois são os CLAs que conseguem um contato mais efetivo com os cursos de graduação de seus Campi. No ano de 2017 a CPA encaminhou aos coordenadores dos cursos de graduação da Unipampa os dados do relatório de autoavaliação institucional e solicitou que fossem apresentados e discutidos nos colegiados e indicassem a CPA que ações eles poderiam fazer nos cursos a partir dos resultados vistos, tendo recebido apenas retorno de um curso.

Como não temos esse vínculo fechado: CPA e autoavaliação de curso. Como isso não está na política fechada e uma coisa esteja casada com a outra, a gente não consegue fazer um acompanhamento sistemático das devoluções no âmbito do curso. Por isso digo, se a gente conseguir, enquanto instituição, construir uma diretriz geral para essa autoavaliação dos cursos, eu acho que daí a gente tem como acompanhar melhor. Hoje ainda não temos como fazer isso, porque fica quase como uma opção, uma sugestão, uma orientação para o curso. Não tem uma diretriz clara de como o curso faz a sua autoavaliação. (CPA)

A Pró-reitoria de Graduação trabalha na perspectiva de orientar, de acompanhar e de fazer a reflexão considerando a avaliação externa. Isso ocorre porque, mesmo a Prograd tendo seu representante junto à CPA, “nós ainda não temos algo alinhavado no contexto institucional.” (PG)

Observamos que a CPA está preocupada em fazer com que as informações obtidas no processo de autoavaliação institucional cheguem até os cursos de graduação, e que os mesmos consigam tirar proveito desses dados. Mas talvez isso esteja sendo dificultoso pelo fato da CPA não mobilizar as instâncias superiores para participarem desse trabalho, como a Pró-reitoria de Graduação e sua Divisão de Regulação e Avaliação. “Poderíamos aproveitar as informações coletadas pela CPA, mas nunca recebemos essas informações tabuladas por curso.” (DRA)

6.1.3.3 Ações geradas a partir dos resultados

Observamos nas falas dos entrevistados que não existe um controle do que está sendo feito, não só no Campus de Santana do Livramento, como em toda a Unipampa, para resolver o que é apontado nos relatórios de autoavaliação.

A CPA esclareceu na categoria anterior que sua função é apresentar os dados da autoavaliação institucional para a gestão superior, e atualmente está conseguindo fazer essa devolutiva também para as gestões dos campi e cursos. Mas afirma que não cabe a ela planejar ou executar as ações que virão com base nesses resultados.

Notamos que nem mesmo o instrumento autoavaliativo que existiu no Campus de Santana do Livramento tinha preocupação em sanar as fraquezas apontadas pelos avaliadores. O Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE) desenvolveu um processo autoavaliativo quase completo. Mas pecando nessa última etapa, por não encaminhar propostas de ações junto com a devolutiva dos dados para as coordenações dos cursos.

No instrumento que temos aplicado aqui, nós conseguimos fazer a coleta, a triagem, a decopagem dos dados e depois fornecer esses dados, apontando os pontos positivos e negativos das avaliações, para a coordenação acadêmica e os coordenadores dos cursos. Agora, o que os cursos fizeram com os relatórios que a gente encaminhou a eles, não temos a noção. Porque, embora a gente saiba que com base nesses relatórios algumas situações foram sendo modificadas, mas por exemplo: as questões de relação aluno e docente algumas sofreram mudança sim. Mas de uma forma mais ampla a gente não sabe dizer. (N2)

O entrevistado salienta que, além do NUDE não propor ações aos cursos para sanar os problemas apontados pelos avaliadores, também não tem o controle do que estaria sendo feito pelas coordenações desses cursos no sentido de melhorar os indicadores que apresentaram fraquezas.

Notamos que o público respondente, que caracterizamos como avaliadores, nem sempre consegue visualizar os resultados dos processos autoavaliativos. Mesmo sendo afirmado pelos agentes responsáveis pelos processos avaliativos da Unipampa que a devolutiva dos dados sempre é feita às gestões, isso não é visível pelo restante da comunidade acadêmica, como relatado pelo aluno A1:

Acho que para elaborar uma autoavaliação é preciso ter uma visão do que será feito com os resultados. Se ao concluir a coleta da pesquisa não for dada uma resposta ao aluno, ele não irá se motivar a responder novamente.

Se a gente responde e não acontece nada, para que iremos responder?
(A1)

O entrevistado aponta que a falta de retorno para eles, influencia a desmobilização da categoria em participar dos instrumentos avaliativos.

Com o instrumento de avaliação do docente pelo discente, aplicado pela Comissão Permanente de Pessoal Docentes (CPPD), também não é possível visualizar ações geradas a partir dos resultados.

Esse instrumento é utilizado para atender pré-requisito para a progressão do docente na carreira, que é a exigência de uma declaração da coordenação do curso de que esse docente passou pela avaliação didático-pedagógica. Por isso os responsáveis pelo processo não apresentam aos cursos um resultado qualitativo. É gerado um ranqueamento numérico puramente quantitativo de cada professor.

Nós recebemos as notas dos professores. (CC)

Parece que juntam as informações da linha tal até a linha tal e fazem uma média. (D3)

6.1.4 Respondendo a quarta questão de pesquisa

Com a análise dos metadados coletados nas questões anteriores, conseguimos chegar a uma resposta para a quarta questão da pesquisa, que refere-se a “que possibilidades para a gestão institucional de processos de autoavaliação de cursos são evidenciadas?”

A resposta para esta questão virá descrita detalhadamente no produto desta pesquisa. Por isso, apresentaremos resumidamente neste texto o que ficou evidenciado nas entrevistas.

- A Universidade Federal do Pampa ainda não institucionalizou um processo de autoavaliação para os cursos de graduação.
- Observamos que no Campus de Santana do Livramento havia ação isolada, que era organizada pelo Núcleo de Desenvolvimento Educacional, com o intuito de prover dados avaliativos às coordenações dos cursos de graduação e a gestão acadêmica do Campus.
- O único processo autoavaliativo institucionalizado na Unipampa é a autoavaliação institucional, que está a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Os dados avaliados por esse instrumento são de caráter geral da instituição.

Que mesmo podendo ser tabulados por campi ou cursos, não é aproveitado pelos cursos como ferramenta avaliativa de suas práticas.

- A Pró-reitoria de Graduação (Prograd) está iniciando as tratativas para implantar um instrumento autoavaliativo para os cursos de graduação. Mas a forma como está sendo conduzido esse processo não agrada a comunidade acadêmica. Para a Prograd os únicos avaliadores nesse instrumento serão os alunos, o que gerou muitas críticas por parte dos entrevistados.

- Identificamos que falta dialogo entre os setores da instituição, tanto na gestão superior, como no Campus. Em consequência disso as ações avaliativas acabam isoladas em determinados setores e muitas vezes são desconhecidas pela comunidade acadêmica.

- A comunidade acadêmica manifesta interesse em participar ativamente dos processos autoavaliativos. Tanto na construção dos instrumentos, como a função de público respondente, ou avaliador.

- A falta de ações com base nos resultados apontados pelos instrumentos avaliativos vigentes é apontada pelos entrevistados. Que justificam a baixa adesão de respondentes nos questionários por consequência da não visualização de ações por parte das gestões, que ocasiona a desmotivação dos respondentes.

- Além da falta de ações, também foi identificado que os resultados das autoavaliações em vigor não chegam a toda a comunidade acadêmica.

7 PRODUTO

Considerando a Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e determina que o trabalho final do curso deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional. Bem como o Projeto Pedagógico do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que apresenta em seu objetivo geral a necessidade de fomentar a formação continuada aos profissionais da educação, qualificando as práticas de gestão administrativa, financeira e pedagógica nas instituições educacionais, é que apresentamos esta proposta de diretrizes para o desenvolvimento de um processo de autoavaliação para os cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Esta proposta é o Produto resultante da pesquisa feita com a Comunidade acadêmica da Unipampa, no Campus de Santana do Livramento.

7.1 DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROCESSO AUTOAVALIATIVO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIPAMPA

7.1.1 Apresentação

O conceito para o termo Diretriz, que o dicionário define como “o conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo um plano, uma ação, um negócio, etc.” (FERREIRA, 2004, p. 684), representa a intenção desta pesquisa, que é fornecer subsídios para que a gestão superior da Universidade Federal do Pampa possa planejar e organizar suas práticas relacionadas aos processos de autoavaliação para os cursos de graduação.

A intenção deste produto não é ditar normativas, mas apresentar à gestão superior da IES em estudo uma proposta para que essa instituição regule seus processos autoavaliativos de forma que impulse sua execução.

Com base nas contribuições da comunidade acadêmica e nas legislações vigentes, definiram-se alguns direcionamentos para a organização dos processos autoavaliativos nos cursos de graduação que estão descritos como diretrizes.

Para facilitar o entendimento da proposta, o documento está dividido em títulos, e cada título apresenta suas propostas numeradas.

7.1.1.1 Organização

Antes de descrevermos os agentes para organizarem os processos autoavaliativos para os cursos de graduação, precisamos salientar que o conselho Universitário terá que revisar o Regimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), no sentido de corrigir o artigo 9º. Pois o referido artigo traz em seu texto que “a comissão central de Avaliação (CCA) será composta por: [...] o (a) coordenador (a) de avaliação da Pró-reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (Proplan)” (UNIPAMPA, 2010, p.3. No entanto, com a nova gestão superior da Unipampa, a Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação saiu da Proplan e passou a fazer parte da Pró-reitoria de Graduação (Prograd), tendo como atribuição o apoio aos cursos nos processos de avaliação externa para credenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento, incluindo a tarefa de apoiar os cursos em seus processos autoavaliativos, no sentido de diagnosticar internamente os desafios a serem vencidos para que cada curso alcance um bom conceito na avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Partindo dessa correção na legislação, a Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação estará compondo a Comissão Central de Avaliação, juntamente com representantes das comissões superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como os representantes dos Comitês Locais de Avaliação (CLAs).

1.1 Sugerimos que seja constituída uma organização central, que regulará os processos autoavaliativos para todos os cursos da Unipampa. Essa organização pode ficar a cargo da CCA, que ficará responsável pela elaboração de um modelo de fluxo padronizado para todos os cursos.

1.2 Nos campi, os Comitês Locais de Avaliação (CLAs) e os Núcleos de Desenvolvimento Educacionais (NUDEs) terão a função de orientar os cursos e acompanhar a execução dos processos avaliativos.

1.3 A criação do instrumento, com adequações nos indicadores avaliativos que atendam as individualidades de cada curso, bem como a aplicação e tabulação dos

resultados, ficará a cargo das coordenações dos cursos e dos NDEs, contando com a colaboração dos CLAs e NUDEs.

7.1.1.2 Público participante

2.1 É importante a participação dos três segmentos da comunidade acadêmica, servidores docentes, servidores técnicos administrativos e discentes, tanto na construção dos instrumentos, como na participação como avaliadores. No entanto, percebe-se que em alguns cursos não existe a participação direta dos servidores técnicos em seu funcionamento

2.2 É necessária a integração de todos os setores da instituição que trabalhem com processos avaliativos. Podendo haver ajustes nos processos avaliativos de forma que possam servir a outros setores e finalidades da IES.

2.3 É assegurada a participação de toda a comunidade acadêmica, incluindo a comunidade externa, no processo de criação do instrumento de autoavaliação institucional pela CPA. O relatório obtido desse processo autoavaliativo poderá ser utilizado como fonte de informação para os cursos de graduação.

2.4 É importante que os cursos assegurem a participação dos três segmentos da comunidade acadêmica no processo de construção dos seus instrumentos de autoavaliação.

2.5 Poderão ser criadas subcomissões dentro das comissões dos cursos de graduação com a finalidade de pensar os instrumentos autoavaliativos.

7.1.1.3 Instrumentos

3.1 Para melhor atender a comunidade acadêmica e facilitar a tabulação dos dados, é recomendado que seja utilizado um instrumento no formato de questionário.

3.2 Partindo do geral para o específico, sugerimos que nos próximos processos de autoavaliação institucional, a CPA oriente os avaliadores para responderem as questões relacionando-as, no caso dos alunos, com seus cursos, e os servidores docentes e técnicos com seus campi. Essa orientação possibilitará a coleta de dados que expressem as realidades locais.

3.3 O relatório extraído por campus e curso será devolvido, por intermédio dos CLAs, para as coordenações dos cursos de graduação de cada campus. Esses dados poderão integrar os relatórios de autoavaliação dos cursos.

3.4 As coordenações dos cursos, com apoio dos NUDEs, NDEs e CLAs, criarão um instrumento para avaliar os indicadores que julgarem necessários e que não foram avaliados pela autoavaliação da CPA, além de avaliarem cada componente curricular individualmente.

7.1.1.4 Fontes de consulta para a criação de um instrumento

4.1 Entre as fontes que podem espelhar os indicadores para essa autoavaliação podemos considerar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que apresenta em seus objetivos e metas algumas exigências para o perfil do egresso, que o curso precisa atender para proporcionar uma boa formação aos acadêmicos.

4.2 Outros requisitos são expressos pelas diretrizes curriculares nacionais de cada curso.

4.3 Para um processo de reflexão da ação cotidiana desse curso, não podemos deixar de considerar o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC), que apresenta as exigências para o perfil do egresso.

4.4 Também poderão ser consultados os indicadores avaliativos do instrumento de avaliação externa de cursos, para auxiliar o curso no diagnóstico desses indicadores. De forma que possa saber se suas práticas estão de acordo com o que preconiza o SINAES.

7.1.1.5 Periodicidade

5.1 Seguindo normativa do SINAES, o instrumento de autoavaliação institucional é aplicado anualmente.

5.2 Seu relatório passará a ter os dados dos participantes discentes tabulados por curso de graduação, sendo feita a devolutiva aos cursos no mês de março de cada ano.

5.3 Os cursos aplicarão semestralmente um instrumento para avaliar cada componente curricular pelos discentes. Os cursos também poderão aplicar instrumentos específicos aos docentes para autoavaliarem suas práticas.

5.4 Recomenda-se que esses instrumentos sejam aplicados no início do segundo bimestre de cada semestre. Devendo seu relatório ser emitido até o final de cada semestre letivo.

5.5 Os dados fornecidos pela CPA serão utilizados para a formulação dos relatórios autoavaliativos nos dois semestres de cada ano.

7.1.1.6 Tabulação dos dados e formulação do relatório

6.1 A tabulação dos dados será feita pelas subcomissões criadas nas comissões dos cursos, contando com a colaboração dos NDEs, CLAs e NUDEs de cada campus.

6.2 A apresentação dos resultados será feita em primeiro momento para as Comissões dos cursos, que após aprovados serão encaminhados aos NDEs para proporem as ações que poderão ser tomadas com relação a esses dados obtidos.

7.1.1.7 Publicização dos resultados

7.1 Os resultados da autoavaliação institucional, se extraídos por curso, poderão suprir algumas informações necessárias a cada curso. A CPA divulgará anualmente seu relatório de autoavaliação institucional apresentando os resultados da instituição como um todo. Mas fará devolutiva dos dados individualizados a cada curso de graduação.

7.2 As coordenações dos cursos deverão apresentar seus relatórios de autoavaliação às coordenações acadêmicas e a Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação. Bem como informar a comunidade acadêmica.

7.3 As coordenações dos cursos orientarão seus professores para que se apropriem desses resultados e das ações propostas pelos NDEs, tornando-se multiplicadores dessas informações aos alunos.

7.1.2 Descrição resumida das diretrizes para autoavaliação de cursos de graduação

1 A CPA fornece a cada curso os resultados da autoavaliação institucional com as participações dos discentes tabuladas por curso;

2 A CPA, em conjunto com a CPPD, cria um modelo de instrumento de avaliação didático pedagógica de disciplina, que serão respondidos pelos alunos para cada componente curricular que estão matriculados;

3 A CPPD passa a considerar esse instrumento de avaliação didático pedagógica como a ferramenta necessária para a progressão dos docentes na carreira;

4 As comissões dos cursos criam subcomissões com representação das três categorias para organizarem seus processos autoavaliativos;

5 Essas subcomissões revisam a proposta de avaliação didático pedagógica encaminhada pela CPA e, após os devidos ajustes, aplicam semestralmente esse instrumento aos discentes de cada curso;

6 Os CLAs, NDEs e NUDEs serão órgãos de apoio às subcomissões dos cursos;

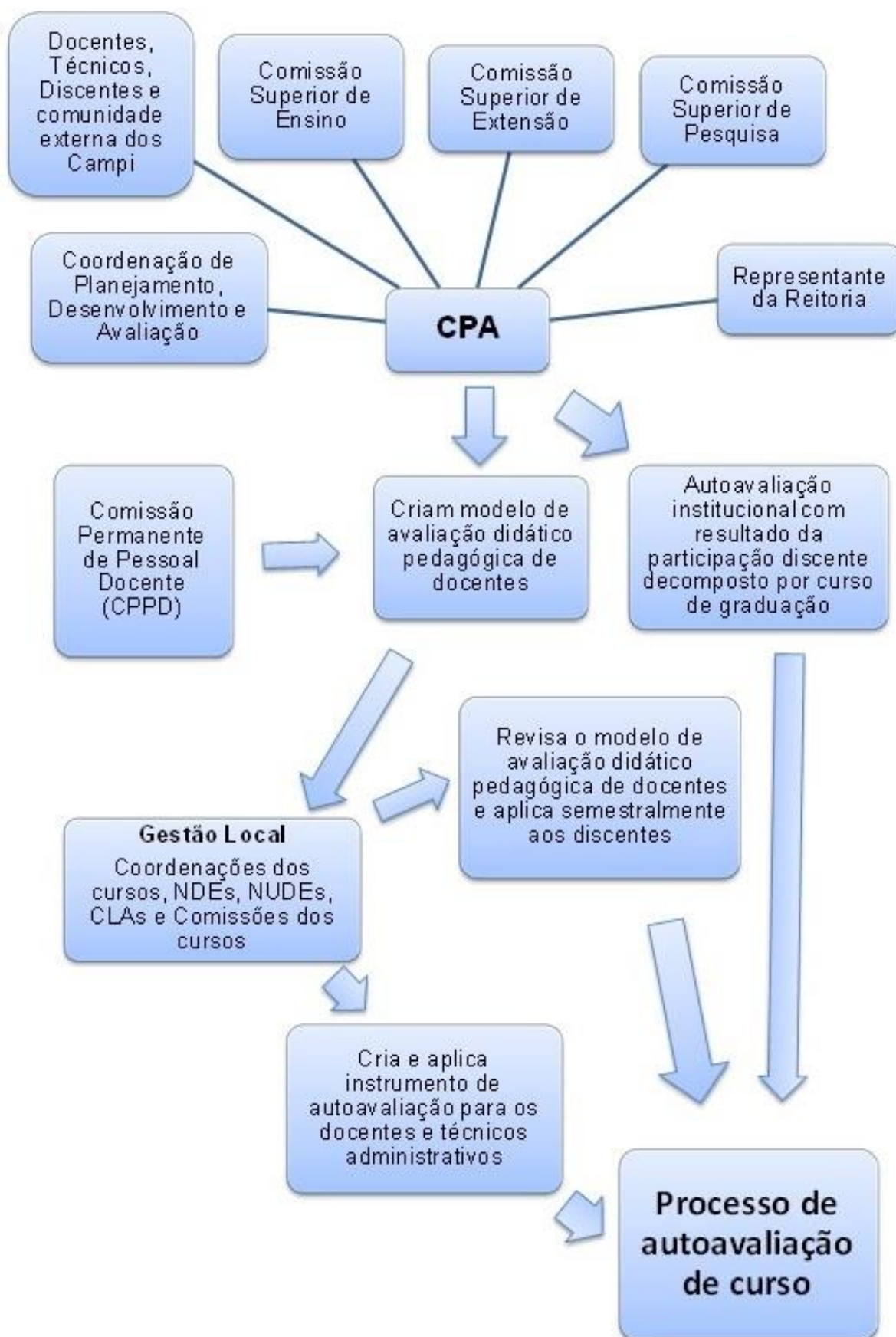
7 Essas subcomissões poderão adequar esse instrumento de avaliação didático pedagógica para um instrumento de autoavaliação ao docente;

8 A inclusão dos servidores técnicos administrativos como avaliadores nos processos de autoavaliação dos cursos é facultativa, cabendo a cada subcomissão decidir se incluirá esta categoria, sugerindo e aplicando um instrumento autoavaliativo para eles;

9 Os dados do relatório de autoavaliação institucional, em conjunto como os resultados dos instrumentos de avaliação e autoavaliação didático pedagógica, formam o processo de autoavaliação de cada curso de graduação;

10 Esses processos autoavaliativos dos cursos de graduação atenderam as demandas da CPPD para avaliar a progressão dos docentes em suas carreiras.

Figura 5 - Representação de fluxo proposto para autoavaliação de cursos:



8 CONCLUSÕES DA PESQUISA

O trabalho de pesquisa, vinculado ao Grupo de Pesquisa “Docência, escola, e formação de professores” (DOCEFOM) e desenvolvido no Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa referente à Gestão pedagógica e contextos educativos, teve como temática geral de estudo o aprofundamento no conhecimento relacionado à avaliação de cursos de graduação. Para esta etapa foram estudadas bibliografias que tratam de conceitos para avaliação, com ênfase nas abordagens voltadas para o trabalho participativo de avaliação. Com isso, constatou-se que os processos autoavaliativos têm como característica a participação de toda a comunidade acadêmica. Pois autoavaliar é avaliar a si mesmo. Diferente de avaliar internamente, que é o processo avaliativo em que um determinado grupo tem a função de avaliar outro grupo da mesma organização.

A temática específica do estudo voltou-se às diretrizes para o desenvolvimento dos processos de autoavaliação de cursos de graduação desenvolvidos pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Para essa investigação foi escolhido o curso de graduação em Administração, do campus de Santana do Livramento – RS. Pois acredita-se que a pesquisa nesse curso poderá apontar indicativos a respeito do desenvolvimento de processos de autoavaliação que também sejam comuns nos demais cursos da IES estudada.

Com foco nas expectativas da comunidade interna para compor um processo de autoavaliação para os cursos de graduação, a pesquisa apontou que existe interesse da comunidade acadêmica em colocar em prática os processos autoavaliativos para seus cursos de graduação.

A comunidade acadêmica da Unipampa demonstra interesse em desenvolver e participar de todas as etapas de um processo autoavaliativo. Talvez tenha sido por isso que os entrevistados foram muito participativos em suas contribuições. O que chamou atenção foi que mesmo nos momentos em que suas práticas estavam sendo questionadas pelo entrevistador, reconheciam suas dificuldades e apresentavam alternativas para corrigi-las. Notou-se o interesse de todos em contribuir para a melhoria da Instituição.

Mesmo tendo como público-alvo para esta investigação apenas um dos cursos da IES, alguns participantes da pesquisa representam e conhecem a organização dos demais cursos e suas práticas autoavaliativas. Entre estes participantes que foram entrevistados estão a presidente da Comissão Própria de Avaliação, a Pró-reitora Adjunta de Graduação da época e a responsável pela Divisão de Regulação e Avaliação da Unipampa. Também podem ser incluídos nesse grupo os servidores técnicos administrativos vinculados ao Núcleo de Desenvolvimento Educacional e à Secretaria Acadêmica do Campus de Santana do Livramento, que na esfera local, contribuiram com o conhecimento que detêm sobre os cinco cursos do campus.

O objetivo da pesquisa foi compreender as demandas para a institucionalização de processos de autoavaliação de cursos de graduação na Unipampa.

A Pró-reitoria de Graduação da Unipampa, com o apoio de sua Divisão de Regulação e Avaliação, está tentando implantar um modelo de instrumento autoavaliativo padronizado para os cursos de graduação. Esse modelo foi encaminhado às coordenações de todos os cursos de graduação da IES para que, com as contribuições de todos, fosse possível criar um instrumento de forma participativa. A divulgação desse instrumento aos cursos ocorreu durante o período de aplicação das entrevistas para esta pesquisa, ocasionando a mobilização da comunidade acadêmica, com relatos críticos ao instrumento proposto e sugestões para a melhoria dele.

Para responder o problema desta pesquisa, referente a “que conjunto de diretrizes podem ser indicadas para o desenvolvimento de processos de autoavaliação de curso de graduação na Unipampa?”, desdobraram-se três questões norteadoras para chegar a uma quarta questão, da qual surgiu o produto final desta investigação.

Com relação às concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação que revelam as práticas de gestão na Unipampa, identificou-se que no Campus de Santana do Livramento existiu um instrumento avaliativo de responsabilidade do Núcleo de Desenvolvimento Educacional. Esse instrumento teve curta duração e servia para medir indicadores de desempenho dos docentes, bem como aspectos relacionados aos cursos e ao Campus.

Identificou-se pelos relatos da CPA que esse tipo de ação também vinha ocorrendo em outro campus da Unipampa. Mesmo podendo ser consideradas como ações de cunho autoavaliativo, essas práticas aconteceram de forma isolada, sem nenhum critério metodológico claro e sem a socialização de seus resultados com os demais campi da IES.

Nesta questão da pesquisa identificou-se a carência de uma cultura autoavaliativa na Unipampa. Em que a falta de sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância da autoavaliação foi apontada como desmotivadora de sua participação nesses processos autoavaliativos.

Sobre os processos de Autoavaliação realizados pela Unipampa, foi apontada a autoavaliação institucional, que é desenvolvida pela CPA, como o único processo autoavaliativo institucionalizado na IES. Esse processo envolve toda a comunidade acadêmica, desde sua criação até sua aplicação. A tabulação dos dados obtidos nesse instrumento está sendo feita por campus, podendo ser filtrada por cursos de graduação, que auxiliaria esses cursos na identificação de algumas de suas fragilidades e potencialidades.

Outro instrumento que vigora na Unipampa é uma espécie de autoavaliação do docente pelo discente. Esse instrumento tem como propósito suprir a avaliação didático pedagógica dos docentes, que é necessária para a progressão funcional deles na carreira.

As respostas para a segunda questão da pesquisa expuseram como problema a falta de articulação entre os setores da Unipampa que possuem algum tipo de atribuição relacionada aos processos avaliativos. A comunidade desconhece o que está sendo feito e a quem cabe a responsabilidade por determinado tipo de autoavaliação. Com exceção da autoavaliação institucional, que tem a CPA como responsável, os processos autoavaliativos para os cursos de graduação parecem não ser executados pelo motivo de não estar claro a quem cabe a gestão desses processos nas normativas institucionais.

A terceira questão da pesquisa apresentou as possíveis implicações da autoavaliação na organização e funcionamento dos cursos de graduação. Como a única autoavaliação em vigor na Unipampa é a institucional, foram investigadas as possibilidades dessa autoavaliação auxiliar na organização dos cursos de graduação.

A cada início de ano letivo as coordenações dos cursos recebem a devolutiva da CPA referente aos resultados do instrumento de autoavaliação institucional aplicado no ano anterior. No entanto, os cursos parecem não utilizar essas informações para avaliarem suas práticas. Talvez isso possa ocorrer quando a CPA fizer essas devolutivas com dados tabulados por cursos.

Ao responder a quarta questão da pesquisa, que evidenciou as possibilidades para a gestão institucional de processos de autoavaliação de cursos, verificou-se a necessidade da gestão superior da IES normatizar as competências e atribuições de cada setor com relação aos processos autoavaliativos da instituição, especificamente com relação as autoavaliações dos cursos de graduação. A necessidade dessa medida administrativa é pelo fato de muitos dos entrevistados não identificarem-se como possíveis participantes da organização dos processos autoavaliativos.

Outra providência importante a ser tomada pela gestão institucional é com relação à inter-relação da autoavaliação dos cursos com outros instrumentos em vigor, promovendo a articulação entre esses instrumentos de forma que os dados obtidos por determinado processo autoavaliativo possam ser aproveitados por outros setores que necessitam dessas informações. Como no caso da autoavaliação do docente pelo discente, que é feita pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e poderá ser subsidiada por uma autoavaliação de curso articulada com essa demanda.

As propostas para o desenvolvimento dos processos autoavaliativos nos cursos de graduação da Unipampa foram descritas no produto desta pesquisa. Que na forma de fluxograma, aponta as diretrizes para esse processo.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa observou-se o empenho e a vontade dos entrevistados no sentido de contribuírem com a implantação das diretrizes para o desenvolvimento de um processo autoavaliativo para os cursos de graduação da Unipampa. Bem como o reconhecimento de suas responsabilidades nesse processo autoavaliativo. Espera-se que seja formada a chamada “Bola de Neve”, que Andriola (2005) denomina de Consciência Institucional, quando as mudanças advindas da mobilização começam a surtir efeitos desejados, despertando nos atores institucionais a necessidade de engajamento e participação ativa, convertendo-se em coparticipantes do processo de autoavaliação dos cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Paula Santos. GATS. **O Acordo sobre Serviços da OMC**. Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB, Brasília, v.2, n.2, p. 502-526, jul./dez.2005.

AMARAL, Alberto; MAGALHÃES. Antônio. **Mercados, Autonomia e Regulação: O mito de Jano Revisitado**. Portugal: Cipes, 1999.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Desafios e necessidades que se apresentam às Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) das Instituições de Educação Superior (IES), visando à Implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). In: RISTOFF, Dilvo I. **Avaliação participativa: perspectivas e desafios**. Brasília: INEP, 2005.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARREYRO, G. B., ROTHEN, J. C. (2006). **“SINAES” Contraditórios: Considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.**, Campinas: Educação Sociais, 1996 – Especial: 955 – 977.

BOND, Maria Thereza. **Secretário com cogestor**. 2ª ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FLICK, Uwe; BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Tradução Marcelo Figueiredo. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia (Primera Edición en español)**. Washington, D.C.: BIRF/BM, 1995.

BELLONI, Isaura; BELLONI, José Ângelo. Questões e propostas para uma avaliação institucional formativa. In: FREITAS, L. C. de; BELLONI, I.; SOARES, J. F. **Avaliação de escolas e universidades**. Campinas: Komedi, 2003, p. 9-57.

BOTH, Ivo José. **Avaliação: “voz da consciência” da aprendizagem**. Curitiba: Ibpex, 2011. (série avaliação educacional)

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 13, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção 1, n. 72, p. 3-4.

_____. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014:** Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/cpa/documentos/notas-tecnicas/>> Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Resolução CNE/CES nº 04/2005:** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2005. Seção 1, p. 26.

CASTRO, Marta Luz Sisson de; WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Administração comparada com área temática:** periódicos brasileiros 1982 e 2000. Revista Educação, Porto Alegre: PG Educação/PUCRS, v. 27, n. 2, 2004.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada:** guia prático para análise qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CPPD UNIPAMPA, Comissão Permanente de Pessoal Docente da Universidade Federal do Pampa. **Memorando Circular 01/2017:** orientação para a realização das avaliações de desempenho didático com participação discente. Bagé: Unipampa, 2017. Disponível em: <<http://porteiros.s.unipampa.edu.br/cppd/files/2017/03/memorando-cppd-no-01-2017-orientacoes-avaliacoes-discentes.pdf>> . Acesso em 10 jun. 2017.

CUNHA, Maria Isabel da. **O professor universitário na transição de paradigmas.** 1. Ed. Araraquara: JM Editora, 1998.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação.** 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e Transformação da Educação Superior Brasileira (1995-2009):** do Provão ao SINAES. Revista Avaliação, Campinas, v.15, n.1, p. 195-224, mar. 2010.

_____. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. **Avaliação institucional: teoria e experiências.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. Políticas de avaliação, reformas de Estado e da educação superior. In: Zainko, M. A. S.; Gisi, M. L. (Org.). **Políticas e gestão da educação superior.** Curitiba: Champagnat; Florianópolis: Insular, 2003b. p. 61-90 (coleção Educação: Gestão e Política, 2)

FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Gestão e Modelos da Educação Superior. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.) **Enciclopédia de Pedagogia Universitária.** Vol 2. Brasília-DF: Inep/MEC, 2006.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1ª Edição. Porto Alegre: editora UFRGS, 2009.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de métodos na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRIBOSKI, Cláudia Maffini. **Abordagem crítica do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação**. 2015. Brasília, DF: Palestra realizada no Seminário da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) em 08 jun. 2015. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/documentos/claudia_maffini_griboski_seminario_junho_15.pdf> acesso em 18 mar. 2017.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Métodos e técnicas de pesquisa I**. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: < <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/Aula6.pdf>> Acesso em 09 set. 2017.

GÜNTHER, Hartmut. **Como Elaborar um Questionário**. (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 01). Brasília: UNB, 2003.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação institucional externa**: subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica na modalidade presencial. Brasília: SIG, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/instrumentos1>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____, _____. **Instrumento de avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**: Versão 2012. Brasília: SIG, 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____, _____. **Instrumento de avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**: Versão 2015. Brasília: SIG, 2015. Disponível em: <download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____, _____. **Instrumento de avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**: Versão 2016. Brasília: SIG, 2016. Disponível em: <<http://cpa.ufsc.br/files/2017/02/Instrumento-Curso-2016.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____, _____. **Instrumento de avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**: Reconhecimento e renovação de reconhecimento, Versão 2017. Brasília: Inep/MEC, 2017.

_____, _____. **Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior.** Vol. 5 Avaliação In Loco: Referenciais no âmbito do SINAES. Brasília: INEP/MEC, 2015.

LANKSHEAR, Colin e KNOBEL, Michele. **Pesquisa Pedagógica:** do projeto à implementação. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias.** Avaliação Institucional Participativa. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

_____. Avaliação da Educação Superior. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.) **Enciclopédia de Pedagogia Universitária.** Vol 2. Brasília-DF: Inep/MEC, 2006.

_____ e NUNES, Ana Karin. **Avaliação Participativa:** constatações e aprendizagens. Revista Contexto e Educação, Ijuí, v.24, n.81, p. 147-169, jan./jun. 2009.

_____. **Inovação, avaliação e tecnologias da informação.** Porto Alegre: Pacartes, 2010.

LÜCK, Eloísa. **Perspectivas da avaliação institucional da escola.** Vol. VI. Série Cadernos de Gestão. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil.** Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Professor universitário: um profissional da educação na atividade docente.** IN: Docência na universidade (Org) Campinas: Papirus, 1998.

MAUÉS, Olgaíses Cabral e BASTOS, Robson dos Santos. **As políticas de educação superior na esteira dos organismos internacionais.** RBPAE. v. 32, n. 3, p. 699-717. Set/dez. 2016.

MEC, Ministério da Educação. **Portaria 554, de 28 de dezembro de 2013:** Estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, de que trata o capítulo III da Lei no 12.772. Brasília, DOU, 23/07/2013, nº 140, Seção 1, pág. 10

McGEE, James V. **Gerenciamento estratégico da informação.** Rio de Janeiro: Campos, 1994.

NEAVE, Guy; VAN VUGHT, Frans. **Government and higher education relationships accross three continents, the winds of change.** Londres: Pergamon Press, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2002.

PICCOLI, Humberto Camargo; SOUZA, Roni de Azevedo e DALBON, Antônio Carlos Sampaio. **Autoavaliação Institucional 2005/2006**. Rio Grande: FURG, 2007.

POLIDORI, Marlis Morosini. **Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e outros índices**. Revista Avaliação, v.14, n.2, p. 439-452. Campinas, SP, jul. 2009.

RODRIGUES, Sidinei Gonsalves. **A estruturação do processo de auto-avaliação de Instituições de Ensino Superior: uma contribuição para a gestão educacional**. 2005. 137 p. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ, 2005.

SOUSA, Clarilza Prado de e MARCONDES, Anamérica Prado. **Buscando possibilidades para a avaliação institucional da educação superior**. Revista Avaliação, v.10, n.4, p. 23-38. Campinas, SP, dez. 2005.

STRAUSS, Anselm e CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros, et al . **A relação expansão-avaliação da educação superior no período pós-LDB/ 1996**. Revista Eletrônica de Educação. v. 8, n. 1, p. 92-105. São Carlos, SP, 2014. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1014>> Acesso em 14 out 2017.

TUMOLO, Ligia Maria Soufen. **O ENADE como processo de autoavaliação dos cursos de graduação e da Instituição**. Cadernos Acadêmicos. v. 2, n. 2, p. 1-14. Tubarão, SC, jul./dez. 2010.

UNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Bagé: Consuni, 2014. Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pdi/files/2015/08/PDI_Unipampa_v19_.compress.ed.pdf>. Acesso em 14 jun. 2017.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração**. Bagé: Consuni, 2016. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/127/5/PPC_Administra%C3%A7ao_2016.pdf>. Acesso em 16 jun. 2017.

_____. **Regimento da Comissão Própria de avaliação**. Bagé: Consuni, 2010. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-11_2010-Regimento-da-Comiss%C3%A3o-Pr%C3%B3pria-de-Avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 15 mar. 2018.

WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (Coords.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil, 1991 a 1997**. Brasília, ANPAE, Campinas: Editores Associados, 2001.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **Gestão da Instituição de Ensino e Ação Docente**. Curitiba: Ibpex, 2008.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BERTOLIN, Júlio Cesar Godoy. **Avaliação da Qualidade do Sistema de Educação Superior Brasileiro em Tempos de Mercantilização** – Período 1994/2003. 2007. 281 p. Tese (doutorado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2007.

_____ e MARCHI, Ana Carolina Bertoletti de. **Instrumentos para avaliar disciplinas da modalidade semipresencial: uma proposta baseada em sistemas de indicadores.** Revista Avaliação. v. 15, n. 3, p. 131-146. Sorocaba, SP, nov. 2010.

_____ e MARCON, Telmo. **O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira** – Das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. Revista Avaliação. v. 20, n. 1, p. 105-122. Sorocaba, SP, mar. 2015.

FONTAN, Emanuella Aparecida. **Procedimento para auto-avaliação de cursos universitários segundo a percepção de docentes, discentes e técnicos administrativos.** 2008. 181 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)- Universidade Estadual Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2008.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai e MOROSINI, Marília Costa. **Qualidade na Educação Superior: Dimensões e Indicadores.** v. 4. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

HORA, Paola Matos da. **Sentidos e significados do índice geral de cursos na regulação da qualidade da educação superior.** 2013. 240 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

LIMA, Gabriela Pereira da Cunha e MENDES, Cláudio Lúcio. **Currículo, avaliação e a constituição do sujeito docente.** Revista Práxis Educativa. v. 11, n. 3, p. 714-735. Ponta Grossa, set./dez. 2016.

MARTINS, Clícia Bühner. **Autoavaliação Institucional e suas Articulações com a Reformulação Curricular de Cursos de Graduação.** 2016. 116 p. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2016.

SILVA, Rafael Paris da. **A contribuição dos critérios de excelência na gestão de cursos de graduação: um estudo de caso.** 2015. 177 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

SILVA, Tattiana Tessye Freitas da. **Configurações da Ação do Estado na Educação Superior: Processos de regulação e avaliação institucional no Brasil (1853-2004).** 2007. 260 p. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2007.

SILVEIRA, Joice Trindade e ROCHA, João Batista Teixeira da. **Avaliação do Ensino por Alunos.** Revista Iberoamericana de Avaliação Educativa. v.9, n.2, p.

191-205, 2016. Disponível em <dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5825912>
Acesso em 03 jan 2017.

SUDAN, Alessandra Maria. **Proposta metodológica para análise dos resultados de avaliações dos cursos de graduação.** 2015. 194 p. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações e Sistemas)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA POLÍTICAS DE AUTOAVALIAÇÃO NA GRADUAÇÃO ENTREVISTA

(João Timóteo)

| Quadro de Apoio para a Realização da Entrevista | |
|--|--|
| 1. Agendamento da Entrevista | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Agendar a entrevista com o entrevistado indicado • Confirmar o agendamento com o entrevistado indicado com um dia de antecedência | |
| 2. Organização da Realização da Entrevista | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Preparar materiais para a realização da entrevista: gravador, caderno para registro • Seguir o Quadro de apoio para a Realização de Entrevista | |
| 3. Preâmbulo da Entrevista | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar-se, como Aluno do curso de pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional e como membro do NEC grupo de pesquisa DOCEFOM • Apresentar as intenções do Grupo em termos da pesquisa mais abrangente e relacionar essas intenções com a necessidade desta entrevista • Pedir autorização para gravar a entrevista e explicar a necessidade e importância desta gravação • Depois de transcrita a entrevista, o material ficará a disposição do entrevistado • Oferecer ao entrevistado um panorama geral de como vai se desenvolver e entrevista | |

ROTEIRO DE ENTREVISTA

| REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA | | | |
|--------------------------|---------------------|-----------|-------|
| Nome do setor: | | | |
| Local da entrevista: | | | |
| Entrevistador(a): | | | |
| Equipamento de gravação: | | | |
| Data: | | | |
| Dia da semana: | | | |
| Horário de início: | | | |
| Horário de término: | | | |
| Duração: | | | |
| ENTREVISTADO (A) | | | |
| Nome: | | | |
| Formação | Curso de graduação: | | |
| | Curso complementar: | | |
| Atuação | Profissional | | |
| | Tempo de atuação | | |
| Contatos | E-mail | | |
| | Telefones | Res.: () | Cel.: |

1. Que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa?

1. Fale sobre como você percebe a avaliação institucional na Unipampa.
2. Quais tipos de autoavaliações conhece na Unipampa?
3. Você sabe como foram construídos os instrumentos de avaliação institucional.
4. Como você vê o processo de autoavaliação no curso de graduação?
5. Quem seriam os sujeitos que deveriam se envolver na construção dos processos de autoavaliação.
6. Qual a periodicidade das avaliações? Que periodicidade Sugere?
7. Quais as dificuldades/possibilidades para implantação desses processos?

2. Como se caracterizam os processos de Autoavaliação realizados pela Unipampa?

1. Como são escolhidos os membros da CPA?
2. Que formação receberam esses membros?
3. Quais indicadores utilizados para a formulação do instrumento de autoavaliação institucional?
4. Quem são os Participantes do processo – como participaram?
5. Forma de aplicação do instrumento de autoavaliação institucional?
6. Existe articulação com a avaliação institucional?
7. Como é feita a análise e composição dos resultados?
8. Como é feita a Divulgação dos resultados?
9. Conhece a existência de algum outro instrumento avaliativo na Unipampa?
10. Que parâmetros são utilizados para formular indicadores avaliativos nos diferentes instrumentos?

3. Que implicações a Autoavaliação têm na organização e funcionamento do Curso de Graduação?

1. Como define a aplicabilidade dos resultados apontados pelas autoavaliações existentes na instituição?
2. Com relação ao curso de graduação, como vê a aplicabilidade dos resultados apresentados no relatório de autoavaliação institucional?

APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Educação - CE/UFSM
 Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)
 Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Diretrizes para a gestão dos processos de autoavaliação dos cursos de graduação em uma universidade federal

Pesquisador responsável: Profa. Dra. Maria Eliza Rosa Gama

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria/PPPG/Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional.


Telefone para contato: (55) 99148 7167


Local da coleta de dados: Universidade Federal do Pampa – Campus de Santana do Livramento - RS

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de entrevistas individuais e coletivas com professores e alunos do curso de Administração, bem como servidores técnicos administrativos lotados no Núcleo de Desenvolvimento Educacional e na Secretaria Acadêmica do Campus de Santana do Livramento, da Universidade Federal do Pampa, entre o período de 20 de março a 24 de abril de 2018, nos turnos da manhã e tarde.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 16b, sala 3353c, CEP 97105-970 - Santa Maria – RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Profa. Pesquisadora Maria Eliza Rosa Gama. Após este período os dados serão destruídos. O projeto de pesquisa foi construído no âmbito do projeto guarda-chuva "Elementos Constitutivos do Trabalho Docente em Escolas Públicas de Ensino Médio", registrado no GAP/CE/UFSM Nº 037986. Este projeto encontra-se registrado na Plataforma Brasil, Área temática: versão 1, sob o número CAAE:87176116.3.0000.5346 que foi aprovado no Comitê de Ética desta universidade.

Santa Maria, 27 de outubro de 2017.


 João Timóteo de los Santos
 Acadêmico Pesquisador


 Maria Eliza Rosa Gama
 Pesquisadora Orientadora

APÊNDICE C - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADOR



Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Educação – CE/UFSM
 Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)
 Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional

Carta de Apresentação do Pesquisador

Santa Maria, 27 de outubro de 2017.

Prezado Sr. Rafael Vitória Schmidt, diretor do Campus de Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa,

Por meio desta apresentamos o acadêmico João Timóteo de los Santos, matriculado no 3º semestre do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional nesta instituição de ensino, que está realizando a pesquisa intitulada "Diretrizes para a gestão dos processos de autoavaliação dos cursos de graduação em uma universidade federal". O objetivo do estudo é "Compreender as demandas para a institucionalização de processos de gestão de autoavaliação de curso de graduação na Unipampa".

Nesta oportunidade, solicitamos autorização para que realize a pesquisa no Campus de Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa através de coleta de dados por meio de entrevistas individuais e coletivas com professores e alunos do curso de Administração, bem como servidores técnicos administrativos lotados no Núcleo de Desenvolvimento Educacional e na Secretaria Acadêmica do Campus de Santana do Livramento, da Universidade Federal do Pampa, entre o período de 20 de março a 24 de abril de 2018, nos turnos da manhã e tarde. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade das pessoas participantes.

Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento do pesquisador em proporcionar aos sujeitos da pesquisa a participação voluntária, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre e esclarecido que será assinado pelos participantes. Esclarecemos que tal autorização é uma pré condição.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de ampliação de conhecimentos sobre o tema deste estudo. Em caso de dúvida poderá entrar em contato com a coordenadora do PPPG, pelo telefone (55) 3220-8450, ou pelo e-mail pppg@ufsm.br.

Atenciosamente,

Prof. Dra. Maria Eliza Rosa Gama
 Professora Orientadora

APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Educação – CE/UFMSM
 Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)
 Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional

Carta de Apresentação do Pesquisador

Santa Maria, 27 de outubro de 2017.

Prezado Sr. Rafael Vitória Schmidt, diretor do Campus de Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa,

Por meio desta apresentamos o acadêmico João Timóteo de los Santos, matriculado no 3º semestre do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional nesta instituição de ensino, que está realizando a pesquisa intitulada "Diretrizes para a gestão dos processos de autoavaliação dos cursos de graduação em uma universidade federal". O objetivo do estudo é "Compreender as demandas para a institucionalização de processos de gestão de autoavaliação de curso de graduação na Unipampa".

Nesta oportunidade, solicitamos autorização para que realize a pesquisa no Campus de Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa através de coleta de dados por meio de entrevistas individuais e coletivas com professores e alunos do curso de Administração, bem como servidores técnicos administrativos lotados no Núcleo de Desenvolvimento Educacional e na Secretaria Acadêmica do Campus de Santana do Livramento, da Universidade Federal do Pampa, entre o período de 20 de março a 24 de abril de 2018, nos turnos da manhã e tarde. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade das pessoas participantes.

Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento do pesquisador em proporcionar aos sujeitos da pesquisa a participação voluntária, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre e esclarecido que será assinado pelos participantes. Esclarecemos que tal autorização é uma pré condição.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de ampliação de conhecimentos sobre o tema deste estudo. Em caso de dúvida poderá entrar em contato com a coordenadora do PPPG, pelo telefone (55) 3220-8450, ou pelo e-mail pppg@ufsm.br.

Atenciosamente,

Prof. Dra. Maria Eliza Rosa Gama
 Professora Orientadora

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Educação – CE/UFSM
 Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)
 Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Diretrizes para a gestão dos processos de autoavaliação dos cursos de graduação em uma universidade federal

Pesquisador responsável: Profa. Dra. Maria Eliza Rosa Gama

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria/PPPG/Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional.

Telefone para contato: (55) 99148 7187

Local da coleta de dados: Universidade Federal do Pampa – Campus do Santana do Livramento - RS

Eu João Timóteo de los Santos, responsável pela pesquisa "Diretrizes para a gestão dos processos de autoavaliação dos cursos de graduação em uma universidade federal", o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

O objetivo desta pesquisa é Compreender as demandas para a Institucionalização do processos de gestão de autoavaliação de curso de graduação na Unipampa. Acreditamos que ela seja importante porque poderá contribuir com a implantação de um programa de autoavaliação de cursos na instituição em estudo. Para sua realização será feito o seguinte: coleta de dados por meio de entrevistas individuais e coletivas com a coordenação do curso, professores vinculados ao Núcleo Docente Estruturante e alunos do curso de Administração, bem como servidores técnicos administrativos lotados no Núcleo de Desenvolvimento Educacional e na Secretaria Acadêmica do Campus de Santana do Livramento e dirigentes da Pró-reitoria de Graduação, da Divisão de Regulação e Avaliação e da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa, entre o período de 20 de março a 24 de abril de 2018, nos turnos da manhã e tarde. Sua participação será por meio de opiniões verbais a respeito do tema, que poderão ser gravadas por equipamentos de áudio e vídeo.

Existe um risco mínimo para os participantes da pesquisa, no sentido de que possam sentir algum desconforto ou intimidação durante a realização da entrevista. Nesse sentido, fica garantido o seu direito de desistir em qualquer momento sem qualquer prejuízo. A relevância de sua participação na pesquisa se justifica pelo fato que estará contribuindo para a ampliação de conhecimentos sobre a temática. Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar está garantida.

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, sendo que suas falas não serão identificadas com seu nome, apenas por meio de nomes fictícios. Os dados coletados ficarão arquivados em completo sigilo na sala 3353C do Centro de educação na UFSM, sob a responsabilidade da Profa. Maria Eliza Rosa Gama (orientadora da pesquisa), por um período de cinco anos. Após esse período os dados serão completamente apagados e/ou destruídos. Os dados coletados serão utilizados com o único propósito de execução deste estudo, podendo ser citados no relatório da pesquisa, em eventos e em artigos de cunho científico, mas de forma anônima. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada na sala 3353C do centro de educação na UFSM e outra será fornecida a você. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

AUTORIZAÇÃO

Eu _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Santana do Livramento, RS, 10 de abril de 2018.

Assinatura do Participante

João Timóteo de los Santos
Pesquisador

Maria Eliza Rosa Gama
Orientadora

APÊNDICE F - RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO

OBSERVAÇÃO FEITA NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, na sala de aula treze do Campus de Santana do Livramento, às quatorze horas, reuniu-se a comissão do curso de Administração para tratar assuntos referentes ao curso. Estavam presentes na reunião dezessete professores e três alunos da referida Comissão. Nesta reunião não se fizeram presentes os dois representantes técnicos administrativos vinculados à comissão.

Entre os temas tratados, foi apresentada a proposta de Instrumento de Autoavaliação de curso encaminhada pela Divisão de Regulação e Avaliação, vinculada a Pró-reitoria de Graduação (Prograd) da Unipampa. A proposta de instrumento possui 24 questões e está direcionada ao público discente da IES. Para análise do instrumento e contribuições, a Prograd encaminhou um memorando circular que orienta as coordenações dos cursos.

O referido instrumento de avaliação foi o primeiro ponto discutido na pauta da reunião. Quando a coordenadora do curso de Administração passou a palavra aos participantes, para que apresentem suas contribuições, os professores salientaram que não conhecem o critério pedagógico do instrumento, afirmando que não sabem como ele irá contribuir com o curso. Salientaram que falta sustentação teórica para a formulação dos indicadores. Apontaram que para a construção do instrumento de avaliação é preciso saber para que irão contribuir as respostas obtidas. Questionaram novamente sobre quais as bases teóricas utilizadas para a formulação do instrumento, afirmando que não é possível contribuir com o mesmo por não ter ao menos um texto introdutório sobre sua criação.

Com relação as possíveis inclusões de novas questões, os professores argumentaram que não basta cada curso incluir questões sem critério algum. O aluno que responder precisa de uma resposta sobre o que respondeu, o curso terá que estar preparado para analisar os dados recebidos e buscar solucionar as demandas. Falta também embasamento sobre o que originou tais questões, bem como índices de escala. Por exemplo a questão de apresentação do plano de ensino não pode ser medida em nível, mas em “sim ou não”. As questões parecem ser

produzidas de docentes para docentes, sem utilizar linguagem acessível aos discentes. Deve ser analisado o quanto cada questão refletirá as demandas dos alunos. Professores opinaram sobre a possibilidade dos alunos avaliarem os próprios colegas. Também salientaram que o campus já possuiu um instrumento de avaliação dos cursos e que o mesmo não está sendo mais utilizado. Nesse instante sugeriram encaminhar esse instrumento do Campus para a referida Divisão de Avaliação, mas nenhum dos presentes possui nem soube informar onde localizar tal instrumento de autoavaliação.

Os integrantes da Comissão, incluindo os discentes, afirmaram que podem ser feitas muitas críticas com relação a formatação das perguntas, devendo em alguns casos existirem opções do tipo “não se aplica”. Foi criticada a questão 9 que avalia o domínio do conteúdo pelo docente, sendo manifestado pelos participantes que a mesma não é possível ser respondida pelos alunos. Também argumentaram que algumas questões dão entendimento de serem avaliações individuais, pois alguns itens não são avaliados de forma coletiva. Nas conclusões finais a respeito do ponto em pauta, os membros da comissão concluíram ser fundamental que o instrumento seja discutido coletivamente entre todos os cursos. Propuseram a construção de um documento coletivo entre os cursos do Campus para apresentar os ajustes sugeridos em comum acordo.

As quatorze horas e trinta e dois minutos, foi encerrada a discussão e em nenhum momento discutiu-se qual seria o público alvo dos questionários. Nem sobre a possibilidade de aplicação semestral, conforme previsto no memorando circular 58/2017/Prograd.

Ficou evidenciado, nesta observação, que a Comissão do curso de Administração do Campus de Santana do Livramento da Unipampa preocupa-se com os critérios a serem utilizados para a formulação das questões em instrumentos de autoavaliação, bem como os índices de satisfação estarem adequados a cada questão. Não pode ser utilizado um índice de pontuação para medir questões que tenham como resposta possível somente as afirmações de que exista ou não tal indicador avaliado. Mesmo não sendo questionado sobre a participação dos demais segmentos da comunidade acadêmica na pesquisa, como servidores docentes ou técnicos administrativos, a comissão apontou que algumas questões possivelmente não podem ser respondidas por alunos, pois poderão não expressar a realidade do curso.

APÊNDICE G - DEVOLUTIVA DE QUESTIONÁRIO POR E-MAIL

Entrevista por e-mail: dia 10/04/2018

Entrevistada: Responsável pela Divisão de Regulação e Avaliação da Unipampa

1. Considera necessário que os docentes e TAEs participem como respondentes no processo de autoavaliação de cursos de graduação? Caso sim, como poderão participar?

Sim é importante, mas considero que essas avaliações já são feitas nos NDEs e reuniões de comissão de curso, reuniões essas onde os docentes trazem os problemas e discutem, no grupo, qual a melhor solução.

2. Com relação a aplicação do instrumento de autoavaliação, em qual período dos semestres letivos deverá ser aplicado?

No final do semestre letivo, mas a reflexão na comissão de curso deve ser imediata, para que os problemas não se repitam no próximo semestre.

3. Como deverá ser aplicado? Um para cada componente curricular que o aluno esteja matriculado ou um para o curso no geral?

Devem existir perguntas gerais, do tipo avaliação da coordenação, da Unipampa e da infraestrutura, mas as outras deveriam ser relacionadas aos componentes. Neste caso estaria avaliando o desempenho do professor daquele componente, avaliação essa que poderia ser utilizada para CPPD. Seria uma possibilidade de mapear de forma mais pontual algum problema.

4. Com relação a dinâmica de aplicação do instrumento. Como pode ser pensada uma possibilidade para garantir um bom índice de participação?

Na Unipampa, se pensa na institucionalização desse tipo de avaliação, com envio do link de um instrumento único a todos discentes. No entanto, sabemos que não garante a adesão dos discentes. Tenho experiência de aplicação por turmas em formulário impresso, mas para facilitar o processo de análise, o ideal é que seja link de um formulário, porém o momento da avaliação poderia ser feito por um docente que levaria a turma para o laboratório de informática.

5. Como poderão ser trabalhados os resultados das autoavaliações?

Os resultados seriam discutidos na comissão de curso e, no caso de implicações em melhoria do projeto do curso (PPC), ser levado ao NDE.

6. Descreva os possíveis agentes e suas atribuições em um fluxo completo de um processo de autoavaliação.

PROGRAD- Envio de um instrumento de autoavaliação sugerido pela CPA, para discussões nos cursos

COMISSÃO DE CURSO- Avaliar o instrumento inicial

PROGRAD- escrita de uma resolução para institucionalizar a autoavaliação de curso (institucionalizar faz parte de cuidar da melhoria dos cursos e Universidade com reflexos nas avaliações externas).

DTIC- acionar link geral aos estudantes, se for o caso ou auxiliar no caso de instrumento individual/curso

COMISSÃO DE CURSO- Avaliar os resultados e gerar relatório para encaminhamentos de melhorias e soluções

NDE- Replanejar e propor melhorias no projeto de curso

APÊNDICE H - DEMONSTRATIVO DE QUADRO PARA TABULAÇÃO DAS ENTREVISTAS

| <p style="text-align: center;">QUESTÃO 1</p> <p style="text-align: center;">1 – Que concepções acerca da institucionalização de processos de avaliação e autoavaliação de cursos de graduação revelam as práticas de gestão na Unipampa?</p> | | | | | | |
|---|-------|------|---|---|--|---|
| Sub. Questão | Setor | Cod. | Resposta | Limpeza | Ideias centrais extraídas da resposta | Observações |
| 1- Entendimento sobre os processos de Avaliação institucional | CPA | CPA | <p>O que se percebe é que não se tem uma cultura avaliativa na instituição. Embora nós estejamos amadurecendo o processo de avaliação e autoavaliação institucional, precisamos ter uma forma de acompanhamento sistemático de nosso trabalho, que aconteça de forma participativa e construtiva.</p> <p>Percebo que a avaliação ainda é muito vista como uma coisa para cumprir uma exigência legal e alguns entendem como uma forma de controle e punição. Nós ainda não conseguimos construir uma cultura de avaliação com sendo algo construtivo, como algo que faz parte de um acompanhamento.</p> | <p>precisamos ter uma forma de acompanhamento sistemático de nosso trabalho, que aconteça de forma participativa e construtiva.</p> <p>Nós ainda não conseguimos construir uma cultura de avaliação com sendo algo construtivo, como algo que faz parte de um acompanhamento.</p> | <p>ainda não se conseguiu criar uma cultura avaliativa na IES. Muitas pessoas ainda veem a avaliação como sendo algo punitivo.</p> <p>É preciso implantar uma cultura participativa e construtiva para a avaliação na Unipampa</p> | <p>A entrevistada informa que os processos de autoavaliação ainda não estão consolidados na Unipampa. Justifica isso pelo fato de ser uma instituição nova, ainda em fase de implantação.</p> |

APÊNDICE I – FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL

Grupo de Pesquisas "Docência, escolas, e formação de professores (DOCERPRO)"

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL – NÍVEL MESTRADO PROFISSIONAL

ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA ESPECIALIZADA (ERLE) Aspectos Básicos para Produção, Descrição e Análise (ABPDA)

(MrsForm54 - João Timóteo - fev.18)

| DIGITAÇÃO / PREENCHIMENTO | | | | | | | | | |
|---------------------------|------|---------------|-----|------------|-------|------|------------|--------------|------------|
| RESPONSABILIDADE | | | | UTILIZAÇÃO | | | | | |
| Mrs. | Data | Nome Reduzido | Gr. | Núc. | Subg. | Cat. | Finalidade | Detalhamento | Observação |
| | | | | | | | | | |

| CAMINHOS A ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL | | | |
|--|-------------------|------------------------------------|--|
| Nº | Item analisado | Fonte Bibliográfica | Texto coletado |
| 1. | Composição da CPA | Regimento da Comissão de Avaliação | a comissão central de Avaliação (CCA) será composta por: [...] o (a) coordenador (a) de avaliação da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (Prop/Plat) |
| 2. | | | |
| 3. | | | |
| 4. | | | |
| 5. | | | |
| 6. | | | |

ANEXO A - PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO

CAMPUS.....

AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Prezado Discente

Sua avaliação é muito importante para o curso e para a UNIPAMPA.

As questões formuladas devem ser avaliadas de acordo com uma escala numérica crescente de 1 a 5, onde cada número corresponde a um conceito, a saber:

- | |
|-------------------------|
| 1 - Não Existente |
| 2 - Insuficiente |
| 3 - Suficiente |
| 4 - Muito Bom/Muito Bem |
| 5 - Excelente |

1 – Você tem conhecimento sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)? *

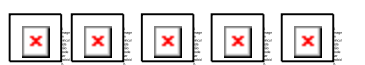
1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

2 – O Plano de Ensino é apresentado aos discentes ao iniciarem os trabalhos de cada componente curricular? *

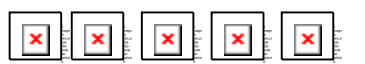
1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

3- O Plano de Ensino é discutido com os discentes ao iniciarem os trabalhos de cada componente curricular? *

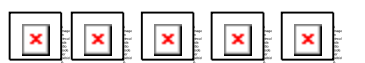
1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

4 – Os docentes cumprem os planos de ensino? *

1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

5 – Nos componentes curriculares do curso, os conceitos teóricos são relacionados com a prática profissional? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

6 - Os conteúdos dos componentes curriculares são adequados aos objetivos do Curso? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

7 - A carga horária dos componentes curriculares é adequada aos conteúdos curriculares? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

8 - As metodologias de ensino e avaliação são adequadas ao PPC do curso, aos planos de ensino e às características dos alunos? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

9 - Os docentes apresentam domínio em relação aos conteúdos ministrados? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

10 - Os docentes do curso apresentam com clareza os conteúdos que ministram? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

11 - Os docentes do curso cumprem com a pontualidade, a assiduidade e com o compromisso na aprendizagem de todos os alunos? *

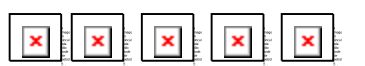
1 2 3 4 5

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

12 - O curso proporciona atividades de recuperação e atendimento extraclasse ao longo do desenvolvimento dos componentes curriculares: *

1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

13 – As atividades de estágio contribuem na formação profissional? *

1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

13 – As atividades de TCC contribuem na formação profissional? *

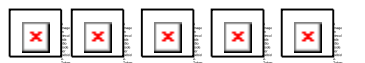
1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

14 - As aprendizagens construídas ao longo do curso contribuem para a formação profissional e cidadã? *

1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

15 – A participação dos alunos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão são incentivadas pelo curso? *

1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

16 - O acervo bibliográfico é acessível às necessidades dos componentes curriculares do Curso? *

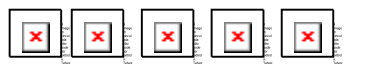
1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

17 - Os espaços e materiais destinados à realização das atividades do Curso possuem acessibilidade física e de comunicação? *

1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

18 – O espaço físico para a realização das atividades do curso atende critérios de iluminação, acústica, ventilação e disponibilidade de espaço e quantidade de equipamentos por aluno? *

1 2 3 4 5



Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

19 - O Coordenador do Curso atende às necessidades dos alunos? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

20 - O Coordenador Acadêmico atende às necessidades dos alunos? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

21 - A Secretaria Acadêmica atende às necessidades dos alunos? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

22 – A Assistência Estudantil é ofertada no âmbito do Curso/Campus? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

23 – Como avalia sua satisfação com o Curso? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo

24 – Como avalia sua satisfação com a UNIPAMPA? *

1 2 3 4 5

| | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|

Em caso de conceitos 1 ou 2 favor justificar abaixo:

ANEXO B – ORIENTAÇÕES DA PROPOSTA DE INSTRUMENTO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Avenida General Osório, nº 1139 – Centro – Bagé – RS
CEP 96400-100 – tel. (53) 3240-5436

Memorando Circular 58/2017/PROGRAD/UNIPAMPA

Bagé, 21 de dezembro de 2017.

Assunto: Instrumento de Autoavaliação dos cursos de graduação presencial e a distância da UNIPAMPA

Aos (Às)

Coordenadores (as) de Cursos de Graduação

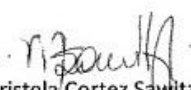
Coordenadores (as) Acadêmicos (as)

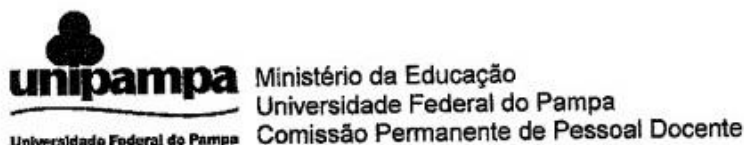
Prezados(as)

1. Ao cumprimentá-los(as) cordialmente, PROGRAD, em atenção aos indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes (BRASIL, 2017), em particular o indicador - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa - comunica que, está verificando junto à DTIC, mecanismos para que a autoavaliação dos cursos da UNIPAMPA se torne sistemática em todos os cursos a cada semestre.
2. A finalidade é a comprovação de que todos os cursos da UNIPAMPA implementam mecanismos permanentes de avaliação, cujos resultados influenciam na melhoria da qualidade da formação oferecida, com ampla divulgação dos resultados e a construção de um plano de melhoria às fragilidades identificadas.
3. A autoavaliação de curso (avaliação interna) faz parte da dimensão 1 (Organização Didático-Pedagógica) do instrumento de avaliação externa, com peso 40% para autorização de curso e peso 30% para reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso;

4. Assim, a PROGRAD solicita aos (às) Coordenadores (as) de Curso e Coordenadores (as) Acadêmicos (as), apreciação e contribuições no formulário de autoavaliação do curso pelos discentes (anexo editável), com retorno para o e-mail <regulacaoevaluacao@unipampa.edu.br> até o dia 30 de março de 2018.

Ficamos a disposição


Maristela Cortez Sawitzki
Pró- Reitoria de Graduação
Universidade Federal do Pampa

ANEXO C – MEMORANDO CIRCULAR 01/2017/CPPD

Memorando Circular nº 01/2017/ CPPD

Bagé, 05 de maio de 2017.

Aos Diretores de Campus e Coordenadores Acadêmicos da Unipampa

Assunto: Orientação para a realização das Avaliações de Desempenho didático com participação discente.

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da Universidade Federal do Pampa, no uso de suas atribuições, vem por meio deste estabelecer orientações para os coordenadores acadêmicos, bem como, coordenadores de curso sobre a realização das Avaliações de Desempenho didático com participação discente, no que concerne à:

Realização das avaliações - A realização da Avaliação de desempenho didático com participação discente, conforme a Resolução 80 do CONSUNI, datada de 28 de agosto de 2014 é de responsabilidade dos cursos. Entretanto, institucionalmente a UNIPAMPA (NTIC) tem realizado de forma padronizada semestralmente esta avaliação, o que não exime as Comissões de Curso de se certificarem de que a mesma foi realizada, bem como, de garantirem aos docentes a realização da mesma.

Fluxograma de entrega das avaliações realizadas pelo NTIC – Caso haja avaliação de desempenho didático com participação discente pelo NTIC, após a realização da mesma, são encaminhadas para o Coordenador Acadêmico que reencaminha para os Coordenadores de Curso.

Obs: As avaliações realizadas pelas Comissões de Curso não precisam passar pelo Coordenador Acadêmico.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Pampa
Comissão Permanente de Pessoal Docente

Distribuição dos resultados - Com os resultados das avaliações de desempenho didático com participação discente em mãos, o coordenador de curso deve gerar um relatório individual para cada docente de seu curso, devendo este ser apreciado e assinado pela Comissão de Curso, conforme a Resolução nº 80 do CONSUNI e não apenas pelo Coordenador do mesmo. Entretanto, se o curso atribuir esta função exclusivamente ao Coordenador, deve registrar esta definição em ATA para comprovar a análise da avaliação.

Lembramos que a Avaliação de desempenho didático com participação discente é uma prerrogativa indispensável para os Processos de Promoção/Progressão Funcional na carreira Docente, sendo de responsabilidade dos Coordenadores de Curso garantirem a mesma para os docentes.



Prof. Dr. Luis Ernesto Roca Bruno
Presidente CPRD / UNIPAMPA